



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NATAN DOS SANTOS RODRIGUES JÚNIOR

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE
BRASILEIRA: TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
EM FORTALEZA

FORTALEZA

2019

NATAN DOS SANTOS RODRIGUES JÚNIOR

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE
BRASILEIRA: TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientadora: Prof(a). Dra. Alba Maria Pinho de
Carvalho

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- R614s Rodrigues Junior, Natan dos Santos.
Superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira : trabalhadores da Indústria da Construção Civil em Fortaleza / Natan dos Santos Rodrigues Junior. – 2019.
152 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.
1. Indústria da Construção Civil. 2. Golpe de 2016. 3. Superexploração da força de trabalho. I. Título.
CDD 301
-

NATAN DOS SANTOS RODRIGUES JÚNIOR

SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE
BRASILEIRA: TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM
FORTALEZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientadora: Prof(a). Dra. Alba Maria Pinho de
Carvalho

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Eptácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

In Memoriam

Esta dissertação é dedicada à minha irmã, Francisca Patrícia dos Santos Rodrigues (21/08/1977 – 20/09/2017), e ao meu pai, Natan dos Santos Rodrigues (31/07/1945 – 02/08/2018). Sei que estão sempre comigo. A vocês, esta conquista e todas as outras que eu vier a alcançar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Natan dos Santos (*In Memoriam*) e Maria Salete, e às minhas irmãs Patrícia (*In Memoriam*) e Andréa por todo o amor, cuidado e atenção que sempre dispensaram a mim. Tudo o que passamos nos fez mais fortes e unidos. Não teria chegado aqui sem vocês!

Aos meus sobrinhos Vinicinho, Maria Eduarda e Beatriz e aos meus cunhados Leoneto Antunes e Vinicius Nunes, essa vitória também é de vocês!

Ao Luis Henrique Barros, pelo companheirismo, amor, apoio e lealdade em todos os momentos. Com você eu caminho muito melhor.

À minha orientadora, mestra e querida amiga Alba Maria Pinho de Carvalho. São nos momentos mais difíceis que reconhecemos as pessoas mais humanas. Por toda amizade, carinho e apoio, sou eternamente grato!

Aos professores debatedores que compõe a Banca de Avaliação desta dissertação, Epitácio Macário, Jawdat Abu-El-Haj e Mathias Seibel Luce, meu muito obrigado!

Aos queridos amigos e amigas Dani Alves, Léo Santos, Raquel Brito, Manu Soares, Gerlane Borges, David Albuquerque, Fafá, Rebeca Mota, Ruivo, Roberh Braga, Raquel Araújo, Iorran, Lara Denise, Dayse Gomes, Sambara Paula, Erlenias Sobral, Ítalo Andrade, Paula Tárzia, Antônio José Júnior, Thyara de Oliveira, Mariana Nunes, Juliana Almeida, Edvania Vieira, Aliny Darlley e Luís Fernandes, vocês fazem a caminhada da vida ser mais leve, muito obrigado!

Aos amigos e amigas da minha turma do mestrado Thalyta Pinto, José Eleonardo, Luana Carolina, Fernando Bralo, Jaci Oliveira, Erich Soares, Neivania, Juliana Araújo, Ana Cíntia, Ítalo Barbosa, Talles Alexandre e Thais Mendes, muito obrigado!

Aos camaradas do Partido Comunista Brasileiro – PCB, da União da Juventude Comunista – UJC, da Unidade Classista – UC, do Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro - CFCAM, do Coletivo LGBT Comunista e do Coletivo Minervino de Oliveira... tudo nosso, nada deles!

Aos companheiros do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza – STICCRMF, por todo apoio na realização desta pesquisa, minha eterna gratidão!

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará – PPGS/UFC.

Ao Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS/UECE e à Rede Universitária de Pesquisadores sobre América Latina – RUPAL/UFC.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças no perfil e nas condições laborais, bem como os novos desafios para a atuação político-sindical dos trabalhadores na indústria da construção civil, em Fortaleza, considerando o aprofundamento da crise econômica no Brasil, em 2015, e os circuitos de superexploração da força de trabalho nos processos do Golpe de 2016. Para tanto, parte-se da apropriação de bibliografia de autores contemporâneos que se fazem clássicos, como referências de estudo, cabendo destacar as formulações dos pensadores da Teoria Marxista da Dependência – TMD, em especial, Ruy Mauro Marini, Jaime Osório e Mathias Seibel Luce; da coleta de conjunto de dados macroeconômicos e do mercado de trabalho brasileiro, recorrendo a fontes secundárias disponibilizadas pela internet, em especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; e da pesquisa de campo, com realização de observação e entrevistas com trabalhadores que atuam no ramo da construção civil em Fortaleza. A precarização do trabalho no País, ocorrida nas últimas décadas e intensificada, de maneira brutal, a partir do Golpe de 2016, em especial com a Contrarreforma Trabalhista, traz à tona as discussões sobre a *superexploração da força de trabalho*, como elemento fundante da dependência brasileira e impulsionador da acumulação de capital no Brasil do presente. Esta formulação orienta a hipótese central desta pesquisa, sobre a existência de um acirramento da superexploração da força de trabalho na construção civil em Fortaleza.

Palavras-chave: Indústria da Construção Civil. Golpe de 2016. Superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

The objective of this paper is to analyze the changes in the profile and working conditions, as well as the new challenges for the workers' political union in the construction industry, in Fortaleza, considering the deepening of the economic crisis in Brazil, in 2015, and the circuits of overexploitation of the workforce in the processes of the 2016 coup. To this end, it is based on the appropriation of bibliography of contemporary authors who make themselves classical, as references for study, and it is worth highlighting the formulations of thinkers of the Marxist Theory of Dependence - TMD in particular Ruy Mauro Marini, Jaime Osorio and Mathias Seibel Luce; the collection of macroeconomic data sets and the Brazilian labor market, using secondary sources available through the internet, especially from the Intersindical Department of Statistics and Socioeconomic Studies - DIEESE; and field research, with observation and interviews with workers working in the field of construction in Fortaleza. The precariousness of work in the country, which has occurred in recent decades and brutally intensified since the 2016 Coup, especially with the Labor Counter-Reform, brings up discussions about the overexploitation of the workforce as a founding element of dependence. Brazil and a driver of capital accumulation in Brazil at present. This formulation guides the central hypothesis of this research, about the existence of an intensification of the overexploitation of the workforce in the civil construction in Fortaleza.

Keywords: Construction Industry. Coup 2016. Overexploitation of the workforce.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Classificação dos segmentos de trabalhadores/as entrevistados/as.....	86
Gráfico 2 - Naturalidade dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.....	87
Gráfico 3 - Escolaridade dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.....	89
Gráfico 4 - Distribuição dos/as entrevistados/as de acordo com locais de residência (Fortaleza e RMF).....	89
Gráfico 5 - Distribuição dos entrevistados residentes em Fortaleza, de acordo com as Secretarias Executivas Regionais (as SERs).....	90
Gráfico 6 - Raça e etnia dos trabalhadores/as entrevistados/as.....	91
Gráfico 7 - Gênero dos/as trabalhadores/as entrevistados/as.....	93
Gráfico 8 - Faixa etária dos entrevistados/as.....	96
Figura 1 - Trabalhadoras da construção civil de Fortaleza.....	92
Figura 2 - Assembleia de greve da construção civil no Centro de Fortaleza.....	105
Figura 3 - Ato de greve dos trabalhadores/as da construção civil de Fortaleza.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantidade de trabalhadores entrevistados por empresa.....	22
Tabela 2 -	Distribuição dos trabalhadores entrevistados por ocupação profissional no âmbito da construção civil.....	23
Tabela 3 -	Percentual do crescimento anual das exportações de bens e serviços 1994-2006.....	41
Tabela 4 -	América Latina: coeficiente das exportações de bens e serviços 1980-2007.....	41
Tabela 5 -	América Latina: as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica..	42
Tabela 6 -	Mercados das exportações: 2000 e 2007 (em % do total de exportações).....	44
Tabela 7 -	Participação dos salários no PIB a custo de fatores 1970-2004.....	45
Tabela 8 -	Evolução do salário mínimo de 1994 – 2015.....	64
Tabela 9 -	Taxa de variação do PIB – Indústria no Brasil e construção civil.....	76
Tabela 10 -	Participação da indústria da construção na população ocupada.....	77
Tabela 11 -	Mudanças no mundo do trabalho da construção civil em Fortaleza.....	80
Tabela 12 -	Participação das mulheres na indústria da construção civil em Fortaleza	94
Tabela 13 -	Evolução do piso salarial da construção civil em Fortaleza em relação ao salário mínimo necessário do DIEESE de 2008 – 2017.....	98
Tabela 14 -	Adoecimento e acidentes de trabalho na construção civil em Fortaleza..	102
Tabela 15 -	Venda do tempo de descanso na construção civil em Fortaleza.....	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONLUTAS	Coordenação Nacional de Lutas
CSP-CONLUTAS	Central Sindical e Popular – Conlutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EIR	Exército Industrial de Reserva
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FMI	Fundo Monetário Individual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NR	Normas Regulamentadoras
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PIB	Produto Interno Bruto
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SINDUSCON/CE	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará
STICCRMF	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	De onde parte a pesquisa?.....	15
1.2	Construção do objeto e percursos metodológicos.....	16
1.3	Inspirações teóricas.....	20
1.4	A experiência da pesquisa de campo: uma narrativa metodológica.....	22
1.5	A dinâmica expositiva deste texto de dissertação.....	25
2	CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	28
2.1	Elementos da superexploração da força de trabalho no capitalismo latinoamericano: aportes analíticos de Ruy Mauro Marini.....	29
2.2	Padrão de reprodução do capital e novo padrão exportador de especialização produtiva: vias interpretativas de Jaime Osório.....	39
2.3	superexploração da força de trabalho: elemento central na discussão marxista contemporânea.....	47
3	CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: GOLPE DE 2016 E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS.....	52
3.1	Crise do capital, mundialização e reestruturação produtiva.....	52
3.2	Ofensiva neoliberal na civilização do capital.....	55
3.3	Inserção brasileira ao capitalismo financeirizado: ciclos de ajuste na década de 1990 e anos 2000.....	58
3.4	A ideologia do neodesenvolvimentismo e a emergência do social-liberalismo.....	60
3.4.1	<i>A superexploração da força de trabalho no Brasil em tempos de social-liberalismo petista.....</i>	62
3.5	Erosão do pacto social-liberal e Golpe de 2016: ofensiva do capital no contexto de acirramento da luta de classes.....	66
3.6	Contrarreforma Trabalhista e o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil.....	70
3.7	Ofensiva conservadora-liberal e a eleição de Jair Bolsonaro (PSL).....	72
4	A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO BRASIL	

	CONTEMPORÂNEO: DESIGUALDADES REGIONAIS, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O PERFIL DO “PEÃO” DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA.....	75
4.1	A indústria da construção civil brasileira no contexto do novo padrão de reprodução do capital na América Latina.....	75
4.2	A indústria da construção civil na dinâmica econômica do Ceará: um resgate histórico.....	77
4.3	Expansão e reestruturação da Indústria da construção civil no Brasil e em Fortaleza nos circuitos de governos petistas.....	79
4.4	Estratificação no mundo do trabalho na indústria da construção civil em tempos contemporâneos.....	84
4.5	Quem é o “peão” da indústria da construção civil em Fortaleza?.....	86
4.6	Superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil..	97
5	ATUAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE INCREMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	110
5.1	A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF: dos anos iniciais à vitória da oposição sindical em 1989.....	110
5.2	A resistência na década neoliberal: a greve de 1995 como marco histórico de uma tradição combativa no STICCRMF.....	118
5.3	O movimento sindical da construção civil de Fortaleza na era do “lulismo” e o Golpe de 2016.....	123
5.4	Desafios para um sindicalismo classista na era do “bolsonarismo”.....	127
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	139
	APÊNDICE A – ENQUETE COM TRABALHADORES/AS EM CANTEIROS DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA-CE.....	147
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SINDICALISTAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

“Mas papai — disse Josep, chorando — se Deus não existe,
quem fez o mundo?
— Bobo — disse o operário, cabisbaixo, quase que segredando —. Bobo. Quem fez o mundo fomos nós, os pedreiros.”
(O Livro dos Abraços – Eduardo Galeano)

Os trabalhadores da indústria da construção civil¹ têm um papel fundamental, em especial nas sociedades capitalistas contemporâneas, como “construtores do mundo”. Tal como brincantes em um jogo de montar, estes operários levantam arranha-céus, abrem estradas e avenidas, mudam as paisagens e remodelam as cidades, ainda que as relações sociais fetichizadas, sob domínio do capital, em que impera a lógica do estranhamento (MARX, 2004), dificultem a conscientização sobre a centralidade e o poder do trabalho. Esta fetichização das relações sociais, a gestar o estranhamento no âmbito do trabalho, e o processo de tomada de consciência, são expressos no conto de Eduardo Galeano, na epígrafe supracitada.

A partir dos anos 80/90 do século passado, no contexto de expansão do neoliberalismo por todo o planeta, com a generalização das relações mercantis, as cidades passaram a ser, elas mesmas, produzidas e consumidas como mercadorias. Governos, em todo o mundo, comandados por partidos abertamente de direita ou oriundos da esquerda, ao assumirem o credo neoliberal, atuaram como gestores da cidade-mercadoria, patrocinando os chamados “mega-eventos”, sob a lógica da fragmentação e privatização dos espaços públicos, da segregação socioespacial, da exclusão e criminalização da pobreza. É a consolidação do poder empresarial e da especulação urbana no comando das cidades, colocando o urbanismo a serviço dos interesses do capital.

No Brasil, ao longo dos governos do Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (1995-2002) e sob os governos do Partido dos Trabalhadores/PT (2003-2015), não foi diferente. Como afirma o arquiteto e urbanista Pedro Arantes (2017):

A cidade como fundamento da cidadania, como território em que se realizam direitos, segue sendo recorrentemente violada e desestruturada. Essa derrota da agenda da **Reforma Urbana**, mesmo com o **PT** no poder, foi decorrente de escolhas realizadas nos últimos anos, em que, em nome de fazer o “**bolo imobiliário**” crescer (depois repartir), os protagonistas favorecidos foram crescentemente as empresas de

¹ Segundo Marta Farah (1996), o setor industrial da construção civil divide-se, no Brasil, em três subsetores: construção pesada; montagem industrial e edificações. O subsetor de edificações inclui as atividades de construções de edifícios (residenciais, industriais e comerciais), de conjuntos habitacionais e serviços complementares, como reformas. De agora em diante, ao usar o termo genérico “construção civil” farei referência a este subsetor, foco da presente dissertação.

construção e incorporação imobiliária (concentradas, com capital aberto em bolsa e internacionalizadas), o setor financeiro e os vendedores de pacotes tecnológicos de transportes e saneamento ambiental. O cidadão ficou por último, fragilizado, recebendo serviços ou moradias de péssima qualidade e pagando tarifas caras.

Nesse contexto de expansão da especulação urbana e da mercantilização da cidade, a indústria da construção civil, ao lado dos setores ligados ao agronegócio, foi, nos últimos anos, um dos pilares da economia brasileira.

Sofrendo os impactos da crise mundial de 2008, que ocasionou retração dos investimentos estrangeiros, coube ao Governo Federal do Brasil, em sintonia com o chamado projeto neodesenvolvimentista², atuar em benefício do setor da construção civil no País. A ampliação da oferta de crédito ao consumo, bem como programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), expandiram o mercado da construção civil, especialmente no Nordeste. Para se ter uma dimensão deste impacto econômico e social, do final de 2009, ano de criação do referido programa, até 2015, foram contratadas aproximadamente 3,9 milhões de unidades pelo MCMV³, tornando-se o carro-chefe do crescimento da construção civil.

Os investimentos para a Copa do Mundo do Brasil (2014) aqueceram ainda mais o setor como um todo no País, já que doze capitais brasileiras foram escolhidas para sediar jogos deste evento esportivo: Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Brasília (DF), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Natal (RN), Recife (PE) e Salvador (BA). As obras construídas para a Copa do Mundo nestas doze cidades, somadas aos investimentos para a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, intensificaram a expansão do setor da construção civil no contexto brasileiro.

A expansão e modernização do setor, com uso ampliado de novos produtos e materiais, máquinas modernas e sistema de montagem, não se refletiram, porém, em melhorias significativas das condições de trabalho dos operários da construção civil. Segundo dados da Previdência Social, os índices de acidentes⁴ no setor da construção civil, diante do universo total de acidentes no País, revelam um aumento significativo: em 2009, foi de 7,6%;

² Este seria, segundo Giovanni Alves (2016), “[...] uma outra visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital” (p. 114), com forte atuação do Estado afim de criar as condições para o crescimento da economia, bem como fortalecimento do mercado interno com redução de pobreza e políticas distributivas. Voltaremos a este tema no terceiro segmento desta dissertação, a discutir o neodesenvolvimentismo nos ciclos de ajuste do Brasil ao capitalismo mundializado.

³ Conferir em **Setor da construção civil aguarda Minha Casa Minha Vida 3 como milagre**: Disponível em: <http://www.cimentoitambe.com.br/construcao-civil-aguarda-minha-casa-minha-vida-3/>

⁴ O Ministério da Previdência Social (2007, p.489) define acidente de trabalho como: “[...] aquele que ocorre pelo exercício do trabalho [...] provocando lesão corporal ou perturbação funcional, permanente ou temporária, que cause a morte, a perda ou a redução da capacidade para o trabalho. Consideram-se acidente do trabalho, a doença profissional e a doença do trabalho.

em 2010, 7,9%; e, em 2011, 8,4% (SOARES, 2013). Em se tratando dos casos de mortes em decorrência do trabalho, durante o mesmo período, foram registrados 2.560 casos, sendo que os trabalhadores da construção civil representam 16% e 17% dessas mortes, respectivamente, nos anos de 2009 e de 2011 (idem). Este quadro trágico será devidamente trabalhado no segmento 4, ao analisarmos a superexploração do trabalhador no setor da construção civil.

A pretensão deste trabalho é, portanto, analisar as mudanças no perfil e nas condições laborais, bem como os novos desafios para a atuação político-sindical dos trabalhadores na indústria da construção civil em Fortaleza, a partir do aprofundamento da crise econômica no Brasil em 2015 e dos circuitos de superexploração da força de trabalho nos processos do Golpe de 2016.

Como as mudanças em curso no setor da construção civil impactam a vida e o trabalho da categoria operária em Fortaleza? Esta é a questão norteadora que procuro desvendar ao longo deste trabalho. Trabalho a hipótese da existência de uma intensificação da superexploração da força de trabalho no setor da construção civil em Fortaleza, fundamento para a acumulação capitalista dependente específica desse setor.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, compreender a reconfiguração do mercado de trabalho e das relações laborais na indústria da construção civil em Fortaleza, considerando as expressões da superexploração da força de trabalho, circunscritas na pesada arquitetura do Golpe 16 (CARVALHO, 2018), a impor desafios para a classe trabalhadora, em seus mais distintos segmentos. Como objetivos específicos, as pretensões deste estudo assim se definem: 1) analisar os processos de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira, focando o setor da construção civil no Brasil e, especificamente, em Fortaleza; 2) investigar as mudanças no perfil do trabalhador da indústria da construção civil, no contexto fortalezense, em tempos contemporâneos; 3) analisar as transformações nas condições de trabalho no setor, em relação à ocupação, à formalização/informalização dos empregos, às relações de trabalho e o rendimento médio real, em Fortaleza, na segunda década dos anos 2000; 4) Compreender os desafios e perspectivas para a atuação sindical, no âmbito da construção civil, em tempos de superexploração da força de trabalho na contemporaneidade brasileira e fortalezense.

1.1 De onde parte a pesquisa?

“Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.” (Leonardo Boff)

Inspirado na tradição marxiana e marxista que toma o trabalho como elemento estruturante da vida social, desde meus primeiros estudos - ainda na graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual do Ceará – UECE e mediante participação no Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS/UECE - o interesse pela análise das transformações do mundo do trabalho e seu impacto na vida social tornou-se uma constante preocupação teórica e política. Os anos de militância social, primeiro no movimento estudantil da referida Universidade, depois no movimento popular urbano de Fortaleza, culminando na organização política nas fileiras do Partido Comunista Brasileiro – PCB, em que atuo, desde o ano de 2012, aguçaram minhas inquietações iniciais a respeito do mundo do trabalho, em especial sobre a degradação contemporânea das condições laborais e de vida da classe trabalhadora.

A pesquisa, ora em curso, fundamenta-se em investigação, iniciada ainda na graduação, sobre as particularidades do capitalismo dependente na América Latina, em especial no Brasil, que propiciou o estudo sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini, resultando na produção de monografia sobre a categoria *subimperialismo brasileiro*⁵. Agora, nos percursos da pesquisa no mestrado, amplio a discussão de Marini, movimentando a categoria de *superexploração do trabalho*⁶.

O interesse pelo estudo da temática advém de preocupações não apenas teóricas, mas também éticas e políticas, a partir do autoreconhecimento de ser parte integrante da classe trabalhadora, que vivencia os efeitos deletérios das mudanças recentes no âmbito do trabalho, com especial impacto nas juventudes contemporâneas. E não poderia ser de outra forma, visto que a relação entre “sujeito/objeto”, nas Ciências Sociais, não é uma relação de externalidade, como pressupõe o cânone da Ciência Moderna, mas, sim, uma relação em que o sujeito está implicado no “objeto”. Portanto, esse entendimento exclui qualquer

⁵ RODRIGUES JUNIOR, N. S. **O Subimperialismo brasileiro em Ruy Mauro Marini: Fundamentos socioeconômicos, particularidade do fenômeno e debates contemporâneos**. 2014. 75f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

⁶ Marcelo Carcanholo (2013b) afirma ser mais correto falar em *superexploração da força de trabalho*, já que o capital se apropria, na primeira fase da circulação, da mercadoria força de trabalho, explorando-a por um determinado tempo (jornada de trabalho), durante o qual esta realiza seu valor de uso (o trabalho). A especificidade da mercadoria força de trabalho é a capacidade de produzir, durante seu consumo, um valor a mais (mais-valia) do que o necessário para reproduzi-la, daí seu caráter especial (MARX, 1983). Seguindo a observação de Carcanholo (2013b), de agora em diante, ao utilizarmos a categoria de Marini, nos referiremos à *superexploração da força de trabalho*. Voltaremos a este assunto no seguimento 2 do presente trabalho.

possibilidade de “neutralidade”, tão em voga em reedições da matriz de pensamento positivista, muitas vezes confundida com “objetividade”.

Ao contrário do que afirma Durkheim (2007), a objetividade do conhecimento, nas Ciências Sociais, não pode ser alcançada através de esforço de controle autoconsciente dos preconceitos e pré-noções do sociólogo. Antes, faz-se necessário reconhecer que a subjetividade do pesquisador é um elemento ineliminável da produção do conhecimento. Como afirma Pierre Bourdieu (1989), impõe-se a exigência de promover uma modalidade de reflexividade sociológica, a almejar um processo de objetivação, utilizando, para isso, todos os instrumentos disponibilizados pela Ciência Social, tais como: levantamento estatístico, registro etnográfico e investigação histórica. Para ele, apenas mediante uma sociologia reflexiva, rompendo com qualquer ilusão de neutralidade, é possível a conquista da objetividade nas Ciências Sociais.

1.2 Construção do objeto e percursos metodológicos...

“Antes de chegar à peça
A ideia se processa
E pelo juízo acessa
A visão imaginária
De forma particular
Atravessa e vai buscar
Adonde ela pode achar
A obra extraordinária”
(Abdias Campos)

Karl Marx (1983) sustenta que é preciso esforço metódico para apreender a matéria em sua essência, apanhar os nexos existentes entre os elementos simples que compõem o objeto em estudo e as relações que o próprio objeto mantém com outros objetos constitutivos da realidade. Mediante a pesquisa, viabilizada pelo método⁷, o pesquisador pode reproduzir, no plano do pensamento, a estrutura e a dinâmica do objeto que investigou, delineando determinações e construindo mediações⁸. E, para o método marxista, que orienta este trabalho, a teoria possui uma instância de referência e objetivação: a prática social e histórica.

⁷ “O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja, a estrutura e dinâmica do objeto)” (NETTO, 2011, p. 22).

⁸ “[A categoria *mediação*] É responsável pelas moventes relações que se operam no interior de cada complexo relativamente total e das articulações dinâmicas e contraditórias entre estas várias estruturas sócio-históricas. Enfim, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva de Totalidade” (PONTES, 1995, p. 81)

Pierre Bourdieu, por sua vez, no capítulo “Introdução a uma sociologia reflexiva”, do livro *O Poder Simbólico* (1989), alerta-nos a complexidade do exercício da construção científica do objeto de investigação, ao considerar a pesquisa uma atividade racional que se aprende através da prática. Diz-nos, ainda, sobre a necessidade de pensar relacionalmente, visto que “o objecto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27-28).

Ao dialogar com autores como Bourdieu, na já citada obra, e com Remi Lenoir, no livro *Iniciação à prática sociológica* (1998), fica claro que uma das dificuldades iniciais na construção do objeto é a necessária ruptura com o senso-comum, com aquilo que já foi pré-construído socialmente em relação à realidade a ser investigada.

A primeira dificuldade encontrada pelo sociólogo deve-se ao fato de estar diante de representações preestabelecidas de seu objeto de estudo que induzem a maneira de apreendê-lo e, por isso mesmo, de defini-lo e concebê-lo. O ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações que, como escrevia Émile Durkheim em *Les règles de la méthode sociologique*, são como um véu que se interpõe entre as coisas e nós e acabam por dissimulá-las tanto melhor quanto mais transparentes julgamos ser tal véu (LENOIR, 1998, p. 61).

Dessa forma, a representação social construída do trabalhador da construção civil como o “peão⁹” homem e de baixa escolaridade, precisa ser posta em suspenso, praticando o exercício da dúvida, para assim apreender o processo dinâmico de mudanças e permanências que resultam no que é, hoje, a força de trabalho atuante neste setor, em Fortaleza. A diferenciação de gênero permanece a mesma? E a faixa etária desses trabalhadores? E quais as exigências de escolaridade e qualificação diante das mudanças no setor, em tempo de nova reestruturação produtiva? São desafios que apenas o rigor da análise, não confundida com rigidez, como nos alerta Bourdieu (1989), pode esclarecer. É preciso desnaturalizar, no plano do exercício do pensar relacional.

As próprias classificações ditas acima, que parecem tão naturais, como de gênero e faixa etária, precisam ser relativizadas e inseridas em seu contexto histórico, como bem salienta Lenoir (1998). Tais classificações são construções sociais que cumprem determinando papel na organização da vida coletiva. E, no esforço de mensuração, estas classificações transformam-se em dados estatísticos, encarnando pressupostos e concepções. Assim, é preciso atenção sobre como tais dados foram elaborados, pois podem direcionar a

⁹ O termo “peão” pode significar, entre outros, o trabalhador rural, cujo estereótipo é aquele sujeito com pouco saber educacional, “matuto”, que vive naquela vida monótona, praticamente à margem da vida excitante dos grandes centros urbanos. Já o “pião” seria aquele brinquedo (hoje um tanto esquecido) que é impulsionado por um cordão nele enrolado e que lhe imprime o movimento giratório. Ora, os trabalhadores se identificam com estes termos, tanto devido à sua origem camponesa, como também às condições específicas de trabalho: o constante deslocamento do espaço a que estão submetidos, “girando”, portanto, de um lugar para o outro (NÓBREGA, 2006).

investigação e explicação do pesquisador mais desatento. Como afirma o sociólogo norte-americano Howard Becker, no livro *Falando da Sociedade* (2011), os fatos nunca são apenas fatos, pois estão carregados de teoria:

Cada afirmação de um fato pressupõe uma teoria que explica que entidades estão ali para serem descritas, que características elas podem ter, quais dessas características podem ser observadas e quais podem ser apenas inferidas a partir de características observáveis, e assim por diante (BECKER, 2011, p. 24).

Para compreender corretamente o objeto é preciso contextualizá-lo historicamente, pensando suas determinações e construindo as necessárias mediações.

Diante do exposto, parte-se da apropriação de bibliografia de autores contemporâneos que se fazem clássicos, como referências de estudo, cabendo destacar Ruy Mauro Marini e Francisco de Oliveira, que analisam a gênese e desenvolvimento do capitalismo brasileiro como uma forma portadora de particularidades. Compreendemos, ainda, o processo de reestruturação produtiva, em curso, como fenômeno inerente à crise estrutural do capital, à luz dos teóricos que tem se debruçado sobre as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho no Brasil, tais como Ricardo Antunes, Ruy Braga e Giovanni Alves.

A pesquisa qualitativa, mediante levantamento bibliográfico e feitura de anotações de campo e fichamentos, possibilita responder às perguntas na problematização desta pesquisa, e que certamente dará embasamento para a continuidade das investigações futuras. Segundo Minayo (2010):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (2010, p. 21).

A dimensão quantitativa faz-se presente, neste texto, via coleta de conjunto de dados macroeconômicos e do mercado de trabalho brasileiro, recorrendo a fontes secundárias disponibilizadas pela internet, em especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. A série comparativa entre a evolução do salário base da categoria dos trabalhadores da construção civil em Fortaleza, o salário mínimo praticado no País e o salário mínimo necessário (SMN), calculado pelo DIEESE, é um importante recurso metodológico (LUCE, 2018) para aferir a distancia entre o preço e o valor da força de trabalho, fundamento da superexploração.

É preciso ter sempre em mente, no entanto, que não existem fatos “puros” e que os dados “não falam por si só”, adquirindo significado a partir de uma teoria subjacente. Tais dados funcionam como arquivos que possibilitam a construção de argumentos, como diz Becker (2011). Caso contrário, a pesquisa ficará imersa apenas na descrição da aparência socialmente construída, que não leva em conta as condições que a tornaram possível e nem estabelece relações do objeto com o todo.

A pesquisa de campo, com realização de observação e entrevistas, via enquete operária (THIOLLENT, 1982)¹⁰, com trabalhadores/as que atuam no ramo da construção civil em Fortaleza, visará compreender como estes sujeitos, vinculados diretamente ao mundo do trabalho, percebem as transformações em curso e dão sentido à atividade laboral que realizam. Bourdieu (1989) nos chama atenção para o necessário cuidado com os “pormenores de procedimento da pesquisa” (p. 27). De fato, inspirados na leitura de “Introdução a uma sociologia reflexiva” é possível levantar questões a respeito da utilização das técnicas, sua adequação ao problema posto e as condições de seu emprego. No caso do campo referente a esta pesquisa, colocam-se como questões básicas: como ter acesso aos locais de trabalho? Como definir os/as entrevistados/as? Quais empresas serão foco da investigação? São algumas inquietações que exigiram e ainda exigem reflexão, amadurecimento, rigor e vigilância.

Em síntese, é necessário uma postura ativa e sistemática perante o objeto, tendo a consciência de que o resultado da investigação será a produção de uma análise sociológica que, embora parcial, inconclusa e sempre menor do que o próprio real, pode ser uma contribuição a mais para a compreensão do fenômeno estudado, tendo em vista que, como alerta Becker (2011), as Ciências Sociais não possuem o monopólio sobre o que acontece na sociedade.

¹⁰ A obra **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, de Michel Thiollent, apresenta uma reflexão crítica à tradição sociológica positivista, com foco na análise das técnicas de questionário e entrevistas. Embora o autor aceite a validade destes procedimentos na investigação sociológica, questiona a pretensa neutralidade axiológica presente na concepção tradicional de uso de questionários e entrevistas, bem como na interpretação de seus resultados. Assim, o autor empreende uma contundente crítica às orientações empiricistas, ao afirmar que o pesquisador não deve se ater, apenas, à descrição dos fatos e reprodução de opiniões, desconsiderando as determinações históricas condicionantes destes fatos e opiniões. Dessa forma, segundo Thiollent, é preciso elaborar novas alternativas metodológicas que possibilitem a problematização, teorização e criticidade na investigação social.

1.3 Inspirações teóricas...

“Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.”
(Karl Marx)

A presente pesquisa é orientada, em linhas gerais, pelo arcabouço teórico marxiano, ou seja, junto às obras e ao método de investigação elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels (1983, 2004, 2008 e 2009). Buscamos, igualmente, referência nas formulações de pensadores marxistas: Chesnais (1995), em especial na sua teorização sobre a mundialização financeira; David Harvey (1992; 2005), como inspiração na compreensão da acumulação flexível e do projeto neoliberal; Istvan Mészáros (2009), na análise sobre a crise estrutural do capital.

Além de autores clássicos e contemporâneos que são, hoje, essenciais para o entendimento da dinâmica e estrutura do modo de produção capitalista, faz-se necessário resgatar a Teoria Marxista da Dependência - TMD, com destaque para as ideias de Ruy Mauro Marini (1972, 2005, 2012a e 2012b) – uma das principais referências deste estudo -, que busca dar atenção à forma particular e diferenciada com que se manifestam as tendências do desenvolvimento capitalista na América Latina e, principalmente, no Brasil. Mesmo que as ideias desse autor e militante socialista tenham se mantido quase completamente desconhecidas na academia nacional, por motivos nem sempre explicitados, elas são revisitadas por cada vez maior número de pesquisadores interessados em desvendar os problemas que assolam o Brasil e os países latino-americanos, na atual fase de inserção subordinada ao mercado mundial.

Desta forma, compreender a situação brasileira a partir de pensadores latino-americanos, como Marini, mais do que um tributo ao pensamento aqui produzido, é um reconhecimento de que a luta pela emancipação econômica, social e política perpassa também pelo reconhecimento e valorização da dimensão epistêmica.

O que tem levado, porém, à redescoberta e a consequente ruptura do silêncio em torno da obra de Marini, no contexto brasileiro?

A intensificação da exportação de capitais de multinacionais de origem brasileira para países da América Latina e África na última década, bem como os conflitos que algumas destas empresas protagonizaram com governos locais destes países¹¹, tem levado muitos pesquisadores a refletirem sobre o caráter da expansão econômica e política brasileira sobre a

¹¹ Como as denúncias de violação dos direitos trabalhistas que pesam contra a Vale na África e Ásia (ver <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=789>); denúncias contra a Petrobrás na Bolívia no caso da nacionalização dos hidrocarbonetos daquele país (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u108141.shtml>), para citar alguns exemplos.

região, dando especial atenção ao conceito de *subimperialismo brasileiro*, formulado por Marini.

Além disso, a precarização do trabalho no País, ocorrida nas últimas décadas e intensificada, de maneira brutal, a partir do Golpe de 2016, em especial com a Contrarreforma Trabalhista, traz à tona as discussões sobre a *superexploração da força de trabalho*, como elemento fundante da dependência brasileira e impulsionador da acumulação de capital no Brasil do presente. Esta formulação orienta a hipótese central desta pesquisa, sobre a existência de um acirramento da superexploração da força de trabalho na construção civil em Fortaleza. Muito importante, também, para a realização deste trabalho, é o diálogo com intérpretes e continuadores contemporâneos da TMD, com destaque para Jaime Osório (2012a, 2012b e 2013), Marcelo Carcanholo (2013a, 2013b) e Mathias Seibel Luce (2013 e 2018).

A análise dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), época de fortes incentivos, expansão e reestruturação da indústria da construção civil no Brasil, bem como de grandes transformações no mundo do trabalho, é realizada a partir das diferentes contribuições: Giovanni Alves (2016), Ruy Braga (2012 e 2016), Armando Boito Jr (1996), Leda Paulani (2008 e 2016), Alba Carvalho (2014 e 2015), Epitácio Macário (2014 e 2016) e Rodrigo Castelo (2013 e 2016).

O golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), alçando o até então vice-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro/MDB) ao comando do Executivo Federal, é analisado à luz das contribuições teóricas de analistas como Leda Paulani (2016), Ruy Braga (2016) e Alba Carvalho (2017a, 2017b e 2018). Esta nova fase da vida nacional, com especial impacto no mundo do trabalho, representa uma ofensiva restauradora da ortodoxia neoliberal, no contexto de aprofundamento da crise, que implementa uma agenda regressiva, sem concessões mínimas, ao por em prática a retirada de direitos sociais e trabalhistas em um ritmo acelerado.

O diálogo com a Sociologia do Trabalho brasileira, em especial com os sociólogos Giovanni Alves (2000, 2011 e 2016), Ricardo Antunes (2003 e 2009) e Ruy Braga (2012 e 2017), encontra importante repercussão para a feitura desta pesquisa, por possibilitar o desvendamento das configurações contemporâneas das relações laborais, as novas formas de precarização do trabalho e as práticas de resistência ou de acomodação do sindicalismo no Brasil.

1.4 A experiência da pesquisa de campo: uma narrativa metodológica

“Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar...” (Antonio Machado)

Junto com a pesquisa bibliográfica e a coleta de dados secundários, o trabalho de campo, mediante observação *in loco* nos canteiros de obras, com desenvolvimento da enquete com os/as trabalhadores/as da construção civil em Fortaleza, ampliou-se, adentrando diferentes locais de trabalho, a abarcar seis grandes construtoras que atuam no cenário fortalezense: Diagonal, C. Rolim, Dias de Sousa, RCI, Milênio e Mota Machado. Para ouvir as vozes dos/as trabalhadores/as, nestes canteiros de obras, desenvolvi uma enquete, tomando como inspiração a “Enquete Operária” de Michel Thiollent (1982). Para tanto, trabalhei com entrevistas estruturadas, com 36 perguntas objetivas e três questões de caráter aberto, para possibilitar a livre expressão dos sujeitos. A enquete com estes/as operários/as da construção civil em Fortaleza foi desenvolvida com 100 trabalhadores/as, das seis construtoras indicadas, conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Quantidade de trabalhadores entrevistados por empresa

CONSTRUTORAS	NÚMERO DE ENTREVISTADOS
Diagonal	18
C. Rolim	17
Dias de Sousa	15
RCI	15
Milênio	16
Mota Machado	18

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete
Elaboração própria

Nesta enquete foram contempladas distintas ocupações profissionais atuantes em um canteiro de obras, assim categorizadas: serventes; semi-profissionais; profissionais; encarregados de setor; técnicos e engenheiros¹², como se observa na Tabela 2:

¹² As ocupações circunscritas em cada uma das categorias presentes em um canteiro de obras estão devidamente explicitadas no segmento 4 desta dissertação, mais especificamente no item 4.4. Cabe esclarecer que esta categorização dos/as trabalhadores/as da construção civil está devidamente configurada na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, que assim define: **Servente**: Aquele empregado contratado para exercer funções de apoio ao meio-profissional e ao profissional; **Semi-profissional**: Aquele empregado contratado para exercer funções, tais como: auxiliar de ferreiro, auxiliar de carpinteiro, auxiliar de eletricitista, auxiliar de bombeiro, auxiliar de almoxarife, auxiliar de laboratorista, auxiliar de balanceiro, auxiliar de pintor, moldador, vigia, betoneiro operador de betoneira não auto carregável e apontador de obra; **Profissional**: Aquele empregado contratado para exercer funções especializadas, tais como: pedreiro, almoxarife, balanceiro, carpinteiro, ferreiro armador, pintor, bombeiro, eletricitista, soldador, gesseiro, motorista, marceneiro, laboratorista, impermeabilizador, encarregado de setor de pessoal de obra, betoneiro operador de betoneira auto carregável e operador de elevador de carga/passageiro; **Encarregado de setor**: Aquele profissional qualificado, com amplo conhecimento de setores específicos de uma obra de construção civil, tais como: mestre de ferreiro, mestre de carpinteiro, mestre de eletricitista e mestre de bombeiro. Os trabalhadores técnicos e os engenheiros, apesar de fazerem parte da categoria dos trabalhadores/as da construção civil, não são representados pelo Sindicato dos

Tabela 2 - Distribuição dos trabalhadores entrevistados por ocupação profissional no âmbito da construção civil

Serventes	29
Semi-profissionais	19
Profissionais	45
Encarregados de setor	2
Técnico em Edificações	1
Técnico de Segurança do Trabalho	2
Engenheiros	2

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete
Elaboração própria

Tal inserção no campo se fez possível somente a partir da intermediação dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza - STICCRMF¹³, ao permitir-me acompanhá-los e, assim, ter acesso aos locais de trabalho, enquanto os dirigentes faziam a atividade sindical.

Ir a campo com a intermediação do sindicato da categoria impôs algumas limitações às minhas observações como pesquisador: 1) redução do tempo em campo, já que dispunha apenas do horário que a entidade sindical realizava sua intervenção no canteiro de obra; 2) dificuldade em visualizar os operários em efetivo processo de trabalho, já que a maioria deles saía dos seus postos para dialogar com o sindicato.

Importantes vantagens, no entanto, também foram obtidas, compensando as limitações iniciais: 1) adentrar nos canteiros de obra - que sem ajuda do sindicato não seria possível - podendo, desse modo, observar o ambiente de trabalho, as instalações, as máquinas, os equipamentos, os locais destinados à alimentação dos trabalhadores - inclusive, partilhando dessa alimentação em diversas situações - e os banheiros; 2) vivenciar estes encontros entre os trabalhadores e sua entidade de representação, o que me possibilitou presenciar momentos expressivos do enfrentamento típico da luta de classe, como nas várias paralisações do trabalho, por conta de irregularidades cometidas pelos patrões e denúncias, feitas pelos trabalhadores, de autoritarismo e assédio moral, cometidos pelos representantes das empresas; 3) ter acesso ao trabalho político/sindical, mediante discussões e análises que versam sobre os mais diferentes assuntos, desde a conjuntura política do País às Contrarreformas Trabalhista e da Previdência, questões salariais, não cumprimento de acordos e, até mesmo, questões relacionadas às dimensões de gênero e sexualidade, reflexo do aumento da diversidade na composição desta força de trabalho.

Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza - STICCRMF, portanto, não tem seu trabalho regido pela Convenção Coletiva assinada por esta entidade sindical.

¹³ De agora em diante, ao referir-me a este sindicato, utilizo a sigla oficial da entidade: STICCRMF

O trabalho de campo nos canteiros de obras e, também, na sede do STICCRMF foi realizado em dois momentos: no período de março a junho de 2018, ou seja, antes da Banca de Qualificação, com visitas sistemáticas ao sindicato, desenvolvendo contatos, conversas informais e três entrevistas com dirigentes sindicais, envolvendo um atual dirigente, um ex-dirigente e um assessor sindical; no período de janeiro a junho de 2019, com idas sistemáticas aos canteiros de obras, desenvolvendo a enquete com 100 trabalhadores/as e mais duas entrevistas com um dirigente sindical recém-eleito e uma técnica de segurança do trabalho. Enfim, a minha inserção em campo envolveu 105 sujeitos da construção civil em Fortaleza, sendo 100 trabalhadores/as, mediante o que pode ser considerado uma “enquete operária” e entrevistas semi-estruturadas com 4 dirigentes sindicais e uma entrevista com uma técnica de segurança do trabalho.

Considero um momento marcante do trabalho de campo o que estou a denominar de “enquete operária”, quando entrevistei 100 trabalhadores/as do setor, tendo, cada entrevista, um tempo de duração média de 25 minutos. Ao iniciar cada entrevista apresentei-me como pesquisador da universidade e ressaltéi que os participantes não seriam identificados na pesquisa, garantindo o anonimato e a livre expressão. Obtive, desse modo, boa receptividade dos sujeitos em campo, em especial nas perguntas acerca das condições de trabalho e sobre saúde e adoecimento. Nestas questões, os/as trabalhadores/as relatavam, com ênfase, suas experiências na construção civil, configurando a pesquisa como espaço de diálogo e, muitas vezes, denúncias das violações cotidianas de direitos no âmbito do trabalho. Pude perceber, ainda, que, em meio à pesada rotina de trabalho, aqueles homens e mulheres anseiam por momentos de reflexão crítica sobre seu fazer laboral, encontrando, tais ocasiões, em parte, durante as idas do sindicato aos canteiros de obras. Nesta perspectiva, a boa receptividade que obtive em campo parece indicar - e esse também é meu desejo! - que a presente pesquisa possa ter configurado, ainda que em momentos específicos, oportunidade de discutir o cotidiano de trabalho destes “construtores do mundo”, que, com sua práxis, remodelam a cidade, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, vivenciam condições de negação de direitos e de precarização estrutural do trabalho.

É importante ressaltar que durante a inserção em campo, pude observar a eleição do STICCRMF, realizada nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2018. Três chapas se formaram para a disputa da entidade, expressando o nível de fragmentação das forças políticas que atuam na categoria. Destaco, ainda, que, durante todo o processo de trabalho de campo, presenciei assembleias do sindicato, em 2018/2019 e a própria greve da categoria, em 2018, como espaços decisivos do protagonismo político dos/das trabalhadores/as da construção civil. Tal

greve, ocorrida pouco depois da acirrada eleição para a diretoria do sindicato, me possibilitou ter em conta as novas dificuldades em se fazer luta sindical em um contexto de implementação da contrarreforma trabalhista. De fato, junto à intransigência das construtoras, somaram-se as ameaças de demissão, em um cenário de forte desemprego, bem como a insuficiência financeira do STICCRMF, resultado do fim do imposto sindical. Dessa forma, pude testemunhar as estratégias alternativas e as redes de solidariedade fomentadas por estes homens e mulheres que se empenharam na dura batalha da luta de classes, em uma conjuntura de avanço do conservadorismo em todo País¹⁴.

Na tentativa de realizar o movimento teórico que vai do abstrato ao concreto, em busca do concreto pensado, a categoria *superexploração da força de trabalho* perpassa todo o presente texto, como fio condutor, ganhando maiores níveis de concreticidade, nas abordagens do contexto da construção civil no Brasil e, particularmente, em Fortaleza.

1.5 A dinâmica expositiva deste texto de dissertação

A dissertação está constituída com seis segmentos. Inicia-se com a presente introdução, que contempla determinados aspectos, tais como: anunciar a justificativa e os objetivos geral e específicos desta pesquisa; apresentar minha trajetória, como pesquisador e militante, bem como a relação que estabeleço com a investigação acerca do mundo do trabalho no Brasil contemporâneo; delinear o processo de construção do objeto; configurar os percursos metodológicos; expor os referenciais teóricos que orientaram a presente investigação e, por fim, narrar as impressões e dificuldades da experiência da pesquisa de campo.

O segundo segmento deste trabalho possui caráter eminentemente teórico e anuncia as bases fundantes que alicerçam esta pesquisa. Desse modo, enfoca a análise de Ruy Mauro Marini sobre o capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho, configurando a atualidade das suas teorizações na civilização contemporânea do capital, especificamente no Brasil do século XXI. A Teoria Marxista da Dependência – TMD - na ótica de Ruy Mauro Marini, aponta a articulação dialética de entraves estruturais internos e externos causadores da dependência latino-americana. Nesta perspectiva, retomei as obras de Marini *Dialética da Dependência* e *Ciclo do capital na economia dependente*, onde o autor circunscreve uma instigante análise da superexploração da força de trabalho. Em seguida, busco delinear dimensões da particularidade brasileira, na visão de Marini, enfatizando a

¹⁴ A greve e as eleições para a diretoria do sindicato, como fenômenos políticos vivenciados pela categoria, serão abordados ao longo dos segmentos 4 e 5 desta dissertação.

industrialização dependente e o subimperialismo. Ainda no segmento 2, abordo a importante contribuição do sociólogo mexicano Jaime Osório, um dos principais continuadores da TMD, a partir do desenvolvimento da categoria *padrão de reprodução do capital*. Esta categoria propicia a mediação necessária para análises de maior concreticidade, como aquelas que se dedicam ao desvendamento das formas específicas de reprodução do capital, em determinadas formações socioeconômicas. Por fim, resgata-se a discussão marxista contemporânea a respeito da categoria *superexploração da força de trabalho*.

O terceiro segmento analisa o contexto sócio-histórico do Brasil Contemporâneo. Nesse sentido, aborda o desgaste do projeto neoliberal e o acirramento das lutas sociais que propiciaram a eleição de Lula (PT), em 2002, com a conformação do *social-liberalismo*. Analiso, também, os impactos da crise de 2008 na economia brasileira, marcada pelo padrão exportador de especialização produtiva, tal qual analisado por Osório (2012b). Esta crise se configurou como um elemento desestabilizador do governo Dilma Rousseff (PT), gestando a possibilidade de ruptura, por parte das classes dominantes, com os governos petistas de pacto social e a implementação de um projeto neoliberal radical, sem concessões mínimas, a partir do processo de impeachment, a deflagrar o Golpe 16. Por fim, em um nível menor de abstração, discute-se as novas configurações da *superexploração da força de trabalho, no Brasil, no contexto do Golpe de 2016 e da Contrarreforma Trabalhista*.

O quarto segmento trata da Indústria da Construção Civil, no Brasil e em Fortaleza, particularmente da reestruturação produtiva, da modernização e da expansão, bem como dos impactos da crise econômica de 2008 no setor. Começo, aqui, a analisar as transformações nas condições de trabalho em relação à ocupação, rendimentos e jornadas de trabalho, mas também no perfil do trabalhador/a deste setor, em relação à escolaridade, gênero, faixa etária, a partir dos dados do DIEESE e das entrevistas em campo. Pretendo apreender as manifestações da *superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil em Fortaleza*. Ainda neste segmento, trago falas relativas às cinco entrevistas abertas realizadas, que consubstancia análises empíricas: um atual diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil da Região Metropolitana de Fortaleza – STICCRMF, entrevistado em março de 2018; um ex-diretor do STICCRMF, da gestão anterior, entrevistado em junho de 2018; um assessor do STICCRMF, também ex-diretor da entidade sindical, entrevistado em julho de 2018; um diretor do STICCRMF, em sua primeira experiência na gestão do sindicato, entrevistado em abril de 2019; e uma técnica de segurança do trabalho, entrevistada em junho de 2019. No texto, identifico as falas utilizando nomes de militantes de esquerda que lutaram contra a ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-

1985). Assim, para o diretor entrevistado em março de 2018, utilizo a denominação de Prestes; para o ex-diretor do sindicato, Lamarca; para o assessor sindical, Marighella; para o diretor sindical entrevistado em abril de 2019, Montenegro e para a técnica de segurança do trabalho, Soledad.

No quinto segmento da dissertação, analiso os impasses que a reestruturação produtiva estabelece para a atuação política e sindical dos operários/as da indústria da construção civil em Fortaleza. Considero a história e trajetória do sindicato da categoria, no contexto do sindicalismo brasileiro, no sentido de compreender de que forma os dirigentes da entidade buscam incorporar (ou não), em sua prática sindical, as novas demandas advindas das transformações no mundo do trabalho e os desafios postos para a efetivação de um sindicalismo classista.

O sexto e último segmento configuram as considerações finais desta investigação, em que se realiza a síntese das discussões apresentadas. Destaca-se a análise da relação entre a expansão e modernização da indústria da construção civil e o incremento da superexploração da força de trabalho no setor. Apresenta-se, ainda, apontamentos sobre o novo patamar da luta de classes no País em um contexto configurado pela ofensiva conservadora e o avanço da extrema-direita, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política.

2 CAPITALISMO DEPENDENTE E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A crise, que atualmente se desenrola no plano mundial, implica no acirramento das contradições do capital, seja nos centros mais dinâmicos (como a tríade Estados Unidos - EUA, Europa e Japão), seja nas periferias do sistema. Como resultado, os conflitos sociais têm se expressado sob a forma de grandes levantes de massa que, se não têm clara definição de rota anticapitalista, põem a nu as contradições desse sistema que se espalhou para toda a terra. Diante disso, as relações de dependência se reestruturam e se recompõem sob novas formas, mas sempre impondo a superexploração da força de trabalho nos países de extração dependente, como testemunham a aprovação da Contrarreforma Trabalhista e a proposta de desmonte da Previdenciária Social, em curso no Brasil contemporâneo.

Nesse contexto de ofensiva do capital sobre o mundo do trabalho, em especial na América Latina, as formulações de Marini ganham destaque, na busca por desvendar a particularidade do capitalismo dependente, com vistas à transformação social.

O sociólogo brasileiro Ruy Mauro Marini compreendia o capitalismo como um sistema mundial hierarquizado e desigual, com a formação de diferentes padrões de reprodução do capital¹⁵, que se distinguem nacional/localmente. Partindo do ponto de vista da totalidade¹⁶, próprio do pensamento de matriz marxiana, Marini analisava este sistema mundial como uma composição integrada e hierárquica, entre centros imperialistas, de um lado, e nações dependentes, de outro, que transferem valor para os primeiros.

As formulações da Teoria Marxista da Dependência-TMD, elaboradas na América Latina em meados da década de 1960, visavam dar uma resposta aos novos desafios colocados aos países latino-americanos, constituindo-se um complemento necessário à Teoria Marxista do Imperialismo, que tem em Lênin seu principal expoente. A TMD se debruçou, sobretudo, em relação às novas configurações do desenvolvimento dos países dependentes que se inserem, de maneira subordinada, na base da pirâmide da divisão internacional do trabalho.

Trata-se, ainda, de importante desafio refletir criticamente, a partir da elaboração de pensadores críticos latino-americanos, tal como Ruy Mauro Marini e a TMD, a respeito

¹⁵ A discussão sobre padrão de reprodução do capital será retomada no item 2.2. deste segmento.

¹⁶ “A realidade é concreta exatamente por isso, por ser a 'síntese de muitas determinações', a 'unidade do diverso' que é própria de toda totalidade” (NETTO, 2011, p. 44).

das novas configurações do capitalismo dependente e das expressões contemporâneas da superexploração da força de trabalho, em seus mais diversos matizes.

2.1 Elementos, na análise de Ruy Mauro Marini, da superexploração da força de trabalho no capitalismo latino-americano

Enquanto Karl Marx operava sua teoria a partir de um nível maior de abstração, alcançando as determinações mais gerais do modo de produção capitalista, Marini se interessava em perceber como as leis tendenciais que regem a acumulação do capital se reproduzem, de modo específico, nas periferias do sistema. Em outras palavras, Marini, seguindo o método marxiano, partia do abstrato ao concreto, em busca da particularidade do capitalismo dependente na América Latina.

Marini (2005) analisa o que há de universal e o que há de particular no capitalismo latino-americano, em relação ao capitalismo clássico, descartando as análises que não viam nada além de “insuficiência de capitalismo” na América Latina, como se a história seguisse uma linha reta de etapas sucessivas. Ao mesmo tempo em que também se contrapunha às análises que reivindicavam a formação de relações capitalistas mais “justas”. Marini, ao contrário, advoga, no ensaio *Dialética da Dependência*, a existência de um capitalismo *sui generis* na América Latina:

[...] ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2005, p. 138)

Portanto, o autor opera em um nível de análise de maior concreticidade e está interessado em desvendar a lógica específica de funcionamento do capitalismo dependente que, embora seja orientado pelas leis gerais de tendência da acumulação capitalista, tal qual apreendidas por Marx, as reproduz de maneira particular.

A independência formal dos países latino-americanos coincidiu com o aprofundamento da Revolução Industrial nos países centrais, onde os primeiros foram incorporados de forma dependente à nascente divisão internacional do trabalho e ao mercado mundial. Portanto, de acordo com Marini (1972), para compreendermos a formação de países dependentes devemos ter como ponto de partida a circulação do capital em escala mundial. Para o autor,

sólo podemos entender la formación y la evolución de un país dependiente cuando captamos su articulación con el mercado mundial. De lo contrario, no podemos entender de qué manera se genera en una determinada zona del sistema capitalista, en un centro de circulación que se convierte él mismo en un centro de producción de capital. Yo diría que está allí lo esencial de la formación de una estructura dependiente. (MARINI, 1972, p. 1)

Dessa forma, é a integração ao mercado mundial que cria e determina as condições para o desenvolvimento da estrutura produtiva dos países dependentes. Segundo Marini (1972, p.2):

Es por tanto la circulación, que se engendra a partir de ese centro manufacturero europeo (Inglaterra), lo que da bases sólidas para la división internacional del trabajo, y por ende, para el mercado mundial. La dependencia se refiere entonces, a esta altura del razonamiento, a estructuras de producción surgidas en función de la circulación internacional del capital y estrechamente condicionadas por ella. Para América Latina eso correspondió, en el siglo pasado, a lo que nosotros llamamos la etapa de la economía primaria exportadora, que exportaba alimentos y materias primas a los países industriales.

Foi a subordinação latino-americana que possibilitou a Revolução Industrial nos países europeus, já que estes necessitavam assegurar uma ampla oferta de gêneros alimentícios e matéria-prima para indústria, podendo, dessa forma, se especializar na produção de bens manufaturados, liberando cada vez mais trabalhadores do campo para a cidade (MARINI, 2005). A ampla oferta de gêneros alimentícios a baixo preço, advinda dos países latino-americanos para os países centrais, possibilitou a desvalorização dos bens-salários (bens necessários à reprodução da força de trabalho) dos operários europeus, já que diminuía o tempo de trabalho necessário para repor os gastos com salários e aumentava o tempo de trabalho excedente, produtor de mais-valia.

Dessa forma, é a situação de dependência e especialização na exportação de bens primários dos países da periferia que possibilita o deslocamento do eixo de acumulação do capitalismo mundial, passando para uma extração de mais-valia relativa, o que caracterizaria de forma plena o modo de produção capitalista.

Além dos gêneros alimentícios que incidem no barateamento do capital variável¹⁷, os países latino-americanos exportavam também matérias-primas industriais em abundância, o que contribuiu para baratear também os gastos com capital constante¹⁸, servindo, dessa

¹⁷ “A parte do capital convertida em força de trabalho em contraposição muda seu valor no processo de produção. Ela reproduz seu próprio equivalente e, além disso, produz um excedente, uma mais-valia que ela mesma pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de grandeza constante em grandeza variável. Eu a chamo, por isso, parte variável do capital, ou mais concisamente: capital variável.” (MARX, 1983, p. 171)

¹⁸ “A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Eu a chamo, por isso, parte constante do capital, ou mais concisamente: capital constante.” (MARX, 1983, p. 171)

forma, como mecanismo de contra-tendência à lei tendencial da queda das taxas de lucro¹⁹, já apontada por Marx (1983).

Marini (2005) afirma que enquanto nos países centrais a acumulação se baseia na produtividade do trabalho, com investimento crescente em capital constante e redução do tempo de trabalho necessário à reposição com os gastos em capital variável, e consequentemente no aumento da taxa de mais-valia, nos países dependentes a acumulação está fundada em uma superexploração da força de trabalho.

Orientado pela perspectiva marxiana em relação à lei do valor, Marini avança na análise, em relação às formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, ao afirmar que por meio das *trocas desiguais*, entre países dominantes exportadores de produtos industrializados e países dependentes exportadores de bens primários, ocorre uma transferência sem equivalente de valor das nações dependentes em favor dos países centrais, que configura uma transferência de mais-valia. Esta apropriação de mais-valia faz cair as taxas de lucro nos países periféricos, enquanto contribui como um mecanismo para contrabalancear a tendência à queda das taxas de lucro nos países industriais. Incapazes de se contrapor a tal transferência de mais-valia, restam às nações latino-americanas, portanto, buscar mecanismos, no plano da produção interna, para compensar as perdas por conta das trocas desiguais: nos países dependentes, a remuneração mal possibilita a simples reprodução social da força de trabalho, ocorrendo a apropriação de parte do fundo destinado ao salário e a conversão deste em capital, o que configura uma *superexploração da força de trabalho*.

É por meio da superexploração da força de trabalho que os países dependentes conseguem, não apenas compensar a perda de mais-valia que sofrem mediante as trocas desiguais, mas se desenvolver de forma capitalista, ao aumentar a exploração sobre seus trabalhadores. Contudo, estes países não rompem com a dependência (ao contrário, a aprofundam!) e impõem fortes restrições ao mercado interno, agravando a questão social.

No caso do Brasil, analisado por Marini (2012a), consegue mesmo alcançar o estágio econômico de domínio dos monopólios e do capital financeiro, tornando-se uma potência regional subimperialista²⁰.

¹⁹ A elevação da composição orgânica do capital conduz à queda tendencial da taxa de lucro, já que há uma redução relativa da proporção da mais-valia em relação ao crescente montante total investido em capital (constante e variável), que deve ser mobilizado para produzi-la.

²⁰ A teoria do subimperialismo pretendia explicar as transformações econômicas, políticas e sociais do Brasil, sob a ditadura tecnocrática-militar, que colocaram o Brasil em uma relação de dominação sobre, principalmente, os países da região – notadamente aqueles de baixo dinamismo industrial. Analisamos, de forma mais detida, o fenômeno do *subimperialismo brasileiro*, enquanto elo intermediário da dominação imperialista, em RODRIGUES JUNIOR, N. S (2014) e em MACÁRIO, E; RODRIGUES JR, N. S (2013).

Marini defendeu arduamente que, no Brasil, a revolução burguesa se punha de forma particular, articulada pelo alto e de forma pactuada entre a nascente burguesia industrial e as antigas oligarquias dominantes ligadas ao latifúndio exportador. A complementariedade que existia entre indústria e latifúndio foi possível graças ao fato de que os recursos necessários ao impulsionamento da primeira advinham do comércio de exportação do segundo, que eram drenados para a indústria através do sistema bancário. Dessa forma, Marini se contrapunha frontalmente às teses largamente difundidas do dualismo estrutural, sobre a existência de uma suposta oposição entre indústria e latifúndio.

A relação de complementariedade existente entre indústria e latifúndio não significou, porém, a ausência de conflitos de interesses no interior da aliança. Essas contradições se manifestaram diversas vezes, por exemplo, nas disputas em torno das taxas de câmbio, porém ficaram submetidas sempre aos limites estabelecidos pelo pacto, caracterizando um processo de unidade do diverso ou, nas palavras de Marini, *cooperação antagônica*²¹. Segundo o autor, esses “conflitos interburgueses se manifestaram numa instabilidade superficial, sem nunca colocar em xeque, de fato, as próprias bases do poder.” (MARINI, 2012a, p.57)

Em uma perspectiva mais ampla, Marini (2012b) discute a particularidade do padrão de reprodução do capital na periferia do sistema capitalista.

Inicialmente, à luz da teoria marxiana, aponta que o ciclo do capital abarca três fases, conforme a fórmula $D - M \dots P \dots M' - D'$: a circulação inicial (C1), em que o capital se apresenta como capital-dinheiro (D), comprando, no mercado, força de trabalho e meios de produção; a produção (P) é a segunda fase do ciclo, onde os trabalhadores movimentam os meios de produção e proporcionam o processo de valorização do capital, ou seja, é nessa fase que ocorre a criação de valor novo, mediante exploração da força de trabalho; e, por último, novamente a fase de circulação (C2), cujas mercadorias (M') são vendidas no mercado e a mais-valia realizada, retornando o capital à forma capital-dinheiro (D').

No referido texto, o autor aponta dois aspectos relevantes: o primeiro, a importância do dinheiro, forma em que aparece o capital no começo do ciclo e a que reaparece ao final, para dar início a um novo processo de valorização. O segundo aspecto a que o autor nos chama atenção é o fato de que a criação de valor novo ocorre na esfera da

²¹ Conceito elaborado pelo marxista alemão August Thalheimer para caracterizar a acomodação das rivalidades intercapitalistas ao invés do confronto aberto, no pós II Guerra, é apropriado por Marini para caracterizar emergência de subcentros econômicos na divisão internacional do trabalho e a relação destes com os centros imperialistas, bem como caracterizar as contradições internas das frações burguesas no estudo do Brasil. (Ver LUCE, 2011, p. 63-64)

produção, mediante a extração de mais-valia, que é a origem de todas as formas de remuneração do capital (lucro industrial, comercial, juros e renda da terra). Dessa forma, é ilusório pensar em processos de valorização que não passem pela esfera da produção, como muitas vezes aparenta ocorrer com a especulação financeira.

Na economia dependente latino-americana, no entanto, o ciclo de reprodução do capital apresenta particularidades importantes, em que as contradições inerentes ao capitalismo são agudizadas ao máximo. Ao abordar a primeira fase da circulação (C1), Marini discute sobre a origem do dinheiro que inicia, aqui, o processo de valorização do capital, que pode ser de três tipos: 1) capital privado interno; 2) investimento estatal; 3) capital privado estrangeiro. Na realidade latino-americana, os dois últimos conformam as principais fontes de investimento capitalista na região.

Em relação ao investimento estatal, Marini (2012b) aponta que este se refere a uma parte da mais-valia oriunda, como já dito, da esfera produtiva e que é apropriada pelo Estado sob a forma de impostos diretos sobre o capital, tributos indiretos sobre os rendimentos (lucros, proventos, etc), ou impostos diretos e indiretos pagos pelos trabalhadores. Outra forma, é a produção de mais-valia levada a cabo diretamente por empresas do Estado, enquanto capitalista, através de um processo direto de exploração. Deve-se ter em mente que nem todos os gastos estatais são produtivos, a exemplo do orçamento da educação e saúde que, embora improdutivos do ponto de vista da valorização do capital, são imprescindíveis, pois contribuem com a reprodução e qualificação da força de trabalho. Nas palavras de Marini (2012b, p.24):

Como se pode ver, a importância do papel do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais-valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho. Isso explica, de certo modo, o peso que o investimento público tem na economia dependente.

Em relação à indústria da construção civil, é digno de destaque o importante papel desempenhado pelo Estado brasileiro como impulsionador deste setor da economia, principalmente a partir da década de 1950, com o programa rodoviário, a construção das grandes usinas hidrelétricas, a formação das grandes metrópoles e a construção de Brasília.

A ditadura tecnocrático-militar²² no Brasil (1964-1985), inclusive, também cumpriu um papel decisivo em alavancar o setor da construção civil no país, a partir de forte

²² Expressão usada por Marini para destacar que o golpe de 64 não foi obra apenas de uma quartelada militar, uma vez que, para o seu sucesso, houve um complexo jogo de interesses internos e externos ao país, a fim de

intervenção estatal, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), Sistema Federal de Habitação (SFH), Serviço Federal de Habitação e Urbanização (Serfhau), as Companhias de Habitação (Cohab's), todas elas implicadas no Plano Nacional de Habitação (PNH), forjado no governo de Castelo Branco (1964-1967).

De acordo com Farah (1996), a dinamização da produção da construção civil não foi acompanhada, no entanto, por grandes inovações tecnológicas incorporadas ao processo do trabalho, como aconteceu nas indústrias de transformação. Isso se deve ao fato do papel atribuído à construção habitacional na política nacional de empregos. Segundo Farah (1996, p.115):

[...] até meados dos anos 70, a inserção macroeconômica da construção habitacional tendeu a articular a meta de produção de moradias à de absorção de mão-de-obra não-qualificada, política que contribuiu à preservação da base técnica e do padrão organizacional tradicionais no setor. Um segundo fator interfere também para a definição do processo de trabalho no âmbito da promoção estatal: a 'instabilidade' característica do mercado de habitação do país. Tal instabilidade associa-se, de um lado, à forte dependência da construção habitacional com relação ao desempenho global da economia, em face das repercussões deste sobre a geração de empregos e de renda, variáveis diretamente ligadas à demanda por moradias e à estrutura de financiamento para o setor. (...) Finalmente (...) contribui também o fato de as iniciativas de inovação serem assistemáticas, propostas de fora para dentro (pelo contratante – o Estado), de forma episódica, não chegando a constituir uma nova 'cultura' das empresas.

Ao analisarmos, mais a frente, a indústria da construção civil na contemporaneidade, será possível compreender as grandes transformações ocorridas neste ramo industrial, a partir da combinação de: continuidade do papel estratégico do Estado, ainda hoje, como grande impulsionador do ciclo do capital; grande modernização tecnológica, inovações nos métodos gerenciais e uso de novos materiais; e um aumento considerável da qualificação da força de trabalho. Este amálgama de elementos ajuda a explicar a grande expansão e protagonismo da indústria da construção civil como um dos pilares da economia nacional na segunda década do século XXI.

Ainda em relação aos argumentos de Marini, o capital privado de origem estrangeira, modalidade central de investimento nas economias dependentes, intensificado após a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), pode se apresentar, basicamente, de forma direta, quando o capitalista estrangeiro investe diretamente (ou de forma associada com o capital privado interno) na economia, detendo a propriedade do capital produtivo e se apropriando da mais-valia gerada; ou indireta, sob a forma de empréstimos e financiamentos contratados pelo Estado ou diretamente pela burguesia interna dos países dependentes.

garantir o ingresso do Brasil em uma nova etapa de seu desenvolvimento econômico por meio de uma estratégia contrarrevolucionária para o continente.

Saído vitorioso da 2ª Guerra, a economia dos EUA alcançara tal grau de concentração do capital que passava a buscar novos locais de investimentos lucrativos, via *exportação de capitais* e a conseqüente *integração dos sistemas de produção internacional*.

O aumento do excedente passível de ser investido que estes centros dispõem, por muito que seja malgasto em atividades não produtivas – como a indústria bélica e a publicidade – acarreta um aumento constante dos investimentos diretos nas economias periféricas, através dos quais se realiza progressivamente a integração do sistema produtivo destas economias ao sistema do centro integrador (MARINI, 2012a, p. 54).

A fase imperialista que surgiu com o fim da 2ª Guerra Mundial repôs em novas bases a divisão internacional do trabalho e implementou as condições históricas para o surgimento do subimperialismo, através do financiamento direto do capital estrangeiro à indústria de alguns países periféricos. Isso se explica pelo montante de capitais excedentes concentrados em empresas monopolistas nos países centrais, a exigirem escoamento rumo às periferias que estavam em condições de oferecer altas taxas de retorno aos investimentos, bem como se apresentavam como elos estratégicos da dominação do imperialismo mundial.

Com o grande esforço de guerra, desenvolveu-se enormemente a indústria pesada nos países centrais e, em consequência, surgiu a necessidade de criar mercado para as plantas industriais e aparatos tecnológicos, que, diga-se de passagem, já estavam obsoletos em países como EUA, Alemanha e Japão. De acordo com Marini (1972, p.7):

¿Qué pasa a ser más importante para los países desarrollados? El control de ciertas etapas del proceso productivo, donde sí mantienen el monopolio; lo que es la electrónica pesada, por ejemplo, o la industria química. Pero, etapas menos sofisticadas de la producción industrial pueden ser transferidas a otros países y estos países deben participar de esas etapas de producción, plantearse necesariamente el problema de la escala del mercado.

As tecnologias que respondem por etapas inferiores da produção industrial foram transferidas amplamente para os países latino-americanos, enquanto os setores de ponta continuavam como monopólios dos países centrais. Portanto, Marini (2012b) observa que importante parte dos meios de produção, forma que o capital-dinheiro assume mediante intercâmbio, vem do exterior. Embora este fato não seja exclusivo das economias dependentes, essa característica, aqui, se agudiza.

Após os anos 1970, embora o investimento direto tenha crescido, a predominância passou a ser a forma indireta de entrada do capital financeiro na região.

Nesse caso, muda o tipo de remuneração que se obtém: à diferença do lucro ou dividendo [*benefício*] industrial, o capital estrangeiro, além das taxas de amortização, cobra taxas de juro que são deduzidas da mais-valia gerada pelo investimento produtivo para o qual ele contribuiu, sem haver assumido, contudo, os riscos da produção e realização dessa mais-valia (MARINI, 2012b, p. 25).

E mais,

A partir do momento em que, cumprido o ciclo de produção, o capital estrangeiro contribuiu para a produção de mais-valia, ele tem direito a uma parte dela sob a forma de lucro ou juros, conforme se trate de investimento direto ou indireto. Isso dá lugar a transferências de mais-valia ao exterior (MARINI, 2012b, p. 26).

Com isto, o autor rejeita as formulações que viam no capital estrangeiro um papel complementar ao investimento interno, a contribuir para o desenvolvimento da economia dependente. Mostra-nos o papel fundamental que cumpre o Estado, bem como o capital estrangeiro, na primeira fase da circulação (C1), já que o ciclo do capital nas economias dependentes encontra-se totalmente articulado a este fator externo, sobre o qual elas não exercem nenhum controle.

Enquanto nos países centrais houve um processo de industrialização orgânica, em que a produção industrial de bens de consumo demandou, a partir de determinado período histórico, o desenvolvimento de bens de capital, nas nações dependentes este processo foi distinto. A industrialização tardia latino-americana, durante o século XX, pôde prolongar a fase de produção de bens de consumo pelo fato de buscar no mercado mundial a tecnologia e os meios de produção necessários, em particular equipamentos e maquinaria, possibilitando avançar na industrialização sem base própria de bens de capital, bem como, ainda, desdobrar a produção em bens de consumo suntuários.

Na verdade, a indústria manufatureira dos países dependentes se apóia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, por meio do mercado mundial. Por conseqüência, essa indústria manufatureira é dependente não só em termos materiais, no que se refere aos equipamentos e maquinaria enquanto bens materiais de produção, mas tecnologicamente, ou seja, na medida em que deve importar também o conhecimento para operar esses meios de produção e, eventualmente, fabricá-los. Isso incide, por sua vez, na relação financeira com o exterior, dando lugar aos pagamentos na modalidade de royalties ou assistência técnica, que constituem outros tantos fatores de transferência de mais-valia, de descapitalização (MARINI, 2012b, p. 27-28).

Portanto, o ciclo do capital nas economias dependentes, em sua fase primeira de circulação (C1), encontra-se duplamente articulado e dependente em relação ao exterior, a partir do fluxo externo de capital-dinheiro, bem como da importação de meios de produção, encontrando-se, nessa fase, parcialmente centrada no mercado mundial.

Na análise da produção (P), segunda fase do ciclo do capital, a origem do capital não é relevante, o que importa é o processo de valorização, criador de mais-valia. No entanto, esta fase está condicionada à anterior, ou seja, a produção ganha características próprias de acordo com a forma da circulação C1.

Observemos que, dado o desnível tecnológico existente entre os países avançados e os dependentes, os meios de produção que provêm daqueles implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país dependente ou, inclusive, uma tecnologia que não existe neste. Por sua conexão com o exterior ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital

estrangeiro sob a forma de dinheiro e sob a forma de mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou as que correspondem a associações de capital interno e estrangeiro aquelas que tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nesses meios de produção (MARINI, 2012b, p. 28)

Desse modo, a introdução desses avanços tecnológicos advindos do exterior tem consequências diretas na estrutura produtiva das economias dependentes. O fato de uma empresa estrangeira, que atua em território latino-americano, possuir o monopólio de certa tecnologia, lhe possibilita ter ganhos de produtividade de tal magnitude que reduzam os preços de produção e individual das mercadorias abaixo dos preços de mercado. Assim, esta empresa monopólica, que produz com custos menores, pode vender suas mercadorias pelo preço estabelecido pelo nível das demais empresas do setor, obtendo, portanto, um lucro extraordinário.

As empresas que operam em condições privilegiadas e obtém sistematicamente uma mais-valia extraordinária concentram porções cada vez maiores da mais-valia produzida e, por conseguinte, do capital que é investido na economia dependente, por meio do que adquirem uma posição de dominância indiscutível (MARINI, 2012b, p. 29)

Outra possibilidade é esta mesma empresa monopólica reduzir o preço de mercado de seus produtos, dado o fato de produzir em condições especiais e, dessa forma, obrigar as demais, que produzem em condições normais, a fazerem o mesmo, levando-as à falência e gerando um processo de centralização brutal do capital, mediante a aquisição dos capitais menores pelos maiores. Em outras palavras, um processo de monopolização precoce nas economias dependentes.

As médias e pequenas empresas reagem a essa transferência de parte de sua mais-valia às empresas monopolistas através da elevação da taxa de mais-valia. Isso se verifica na indústria da construção civil, por exemplo, no fato de que as empresas menores são as que mais negligenciam na questão dos gastos com segurança do trabalho, dentre outros aspectos, como ficará explícito na fala dos diretores do STICCRMF, que será abordada no quarto segmento deste texto.

Para isso, as médias e pequenas empresas aumentam a intensidade do trabalho, prolongam a jornada laboral e/ou remuneram a força de trabalho abaixo do seu real valor, o que configura a superexploração dos trabalhadores, como mecanismo de compensação à perda de mais-valia. Nas palavras do autor:

Sendo um recurso que os capitais com menor poder de competição acionam, a superexploração acaba, ao final, favorecendo os capitais monopolistas, posto que ali também se emprega força de trabalho cujo nível de remuneração obedece, em linhas gerais, ao nível médio fixado nas empresas que trabalham em condições médias. Portanto, reduz-se também em termos relativos a massa de salários pagos pelas

empresas monopolistas, abatendo-se seu custo de produção. E, mais, como a superexploração implica que se reduzam os custos de produção, todas as matérias-primas e os demais insumos industriais vêm seus preços de mercado deprimidos, o que beneficia também as grandes empresas. Estabelece-se assim um círculo vicioso no qual a estrutura de preços tende sempre a ser deprimida, pelo fato de que se deprime artificialmente o preço do trabalho, o salário (MARINI, 2012b, p. 30)

Além dos lucros extraordinários e da remuneração abaixo do valor real da força de trabalho, Marini (2012b) acrescenta duas características que particularizam a fase da produção no ciclo do capital nas economias dependentes: 1) a existência de um permanente exército industrial de reserva (EIR), uma “massa de operários sobrantes não incorporados à produção (de maneira permanente ou temporária), que pressionam constantemente o mercado de trabalho e ameaçam a situação do setor empregado da classe operária” (2012b, p. 31), configura-se, nas economias dependentes, como um mecanismo fundamental para a efetivação da superexploração da força de trabalho, já que impõe aos trabalhadores condições laborais extremamente difíceis e dificultam as lutas por suas reivindicações²³; 2) os setores produtivos e as técnicas que utilizam são, na maioria das vezes, impostos de fora, razão pela qual as decisões sobre os investimentos são totalmente alheias às economias dependentes.

Estes mecanismos ocasionam, nos países dependentes, uma estrutura produtiva voltada para bens que são de consumo corrente nos países centrais, mas que são suntuários nas nações dependentes, ou seja, estão em desacordo com as necessidades de consumo mais imediata da maior parte população destes países. Segundo Marini (2012b), “em consequência, a estrutura de produção se separa progressivamente da capacidade real das necessidades reais de consumo das massas trabalhadoras” (2012b, p. 32).

Na segunda fase da circulação (C2), ou a fase da realização, o capital circula sob a forma de mercadorias, em três categorias: os bens-salários, que são bens que entram no consumo ordinário dos trabalhadores e determinam o valor de sua força de trabalho; bens de consumo suntuários, que não estão incluídos no consumo ordinário dos trabalhadores, a exemplo do automóvel, na década de 1970; e os bens de capital (matérias-primas, bens intermediários e as máquinas).

O consumo individual, no interior das nações dependentes, enfrenta obstáculos advindos da estrutura produtiva, pois a superexploração, ao remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor real, restringe a capacidade de consumo dos trabalhadores e, portanto,

²³ No quarto segmento deste texto, ao analisar a indústria da construção civil em Fortaleza, é possível compreender como o EIR é funcional para a imposição do incremento da superexploração da força de trabalho no setor.

dificulta a realização dos bens produzidos. Este mecanismo de compensação das burguesias internas nos países periféricos ocasiona, em consequência, o aumento da concentração de renda em estratos sociais cada vez mais reduzidos, que configuram o setor dinâmico de consumo nestas nações, capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos suntuários.

O truncamento do mercado consumidor, em decorrência da superexploração da força de trabalho, influi sobre o aparato produtivo e desloca parte das mercadorias para serem realizadas no mercado mundial, através das exportações. Em uma análise marcadamente dialética, Marini (2012b) afirma que:

[...] assim como a circulação em sua primeira fase influi sobre a produção, também se faz sentir sobre esta em sua segunda fase, ao mesmo tempo que as duas fases da circulação dependem da forma com que se desenvolve o aparato da produção (2012b, p. 34)

Somente a análise do conjunto das fases permite a compreensão da particularidade do ciclo do capital nas economias periféricas e sua dependência com relação ao exterior.

O Brasil, uma vez alcançado o degrau intermediário de potencia regional subimperialista, manteve sua dependência estrutural em relação ao capitalismo central, ao mesmo tempo em que passou a exercer importante domínio sobre nações em estágio industrial inferior, principalmente na América do Sul.

2.2 Novo padrão exportador de especialização produtiva, na interpretação de Jaime Osório

A grave crise que se abate nos países centrais, no início dos anos 1970, definida por Meszáros (2009) como crise estrutural do capital, condiciona mudanças profundas no sistema mundial capitalista. Tal crise abre o caminho para o declínio do padrão de industrialização dependente na América Latina e a conformação de um período de transição, que se estende até meados dos anos 1980. Este contexto é marcado pelo processo de mundialização do capital, entendido como uma expansão particular do sistema mundial capitalista, distinta de outras fases.

Na mundialização, por sua vez, apresenta-se um período de transito no qual o capital, com base em novos avanços tecnológicos, busca as condições para a conformação de novas modalidades de reprodução e de recuperação da taxa média de lucro, propiciando reestruturações que liquidam ou readequam as formas organizativas da reprodução do capital, tanto nas esferas da circulação como na produção, exigindo novas formas de relocalização produtiva, de mobilidade do capital, de exploração da força de trabalho e de reorganização do mercado mundial, aproveitando a expansão deste com a desintegração da ex-União Soviética e a incorporação ativa da China, assim como os significativos avanços em matéria de transporte e comunicação (OSÓRIO, 2012a, p. 84-85).

Em outras palavras, a mundialização ocorre no quadro de revoluções na microeletrônica, na aceleração das comunicações, na redução dos preços dos transportes, nas mudanças na divisão internacional do trabalho e sob hegemonia do capital financeiro, em uma correlação de forças amplamente desfavorável para a classe trabalhadora.

É no contexto da mundialização que emerge o atual padrão de reprodução do capital na América Latina, que ganha forma em meados dos anos 1980 e é denominado por Osório (2012a) como padrão exportador de especialização produtiva. Em suas palavras, esse padrão se caracteriza

pelo regresso a produções seletivas, seja de bens secundários e/ou primários, seja de realocização de segmentos produtivos, novas organizações da produção, em geral qualificadas como “toyotismo”, flexibilidade laboral e precariedade, economias voltadas à exportação, drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência (OSORIO, 2012a, p. 85).

Ainda segundo Osório (2012b), em texto que aprofunda o entendimento sobre o novo padrão,

Fala-se em *especialização produtiva* como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens comparativas na produção e no comércio internacional (2012b, p. 111)

Este novo padrão exportador, que emerge em meados dos anos 1980, guarda semelhanças com o antigo padrão exportador (que vigorou de meados do século XIX até a segunda década dos anos 1920), a exemplo do importante peso dos produtos agromineiros na pauta de exportação. No entanto, a produção dos novos bens requer, no padrão atual, um maior grau de elaboração, ao mesmo tempo em que a este se somam bens secundários com algum nível de processamento industrial, seja de produção local, seja de montadoras/maquiladoras.

Outra importante característica do novo padrão exportador de especialização produtiva na América Latina é o intensificado processo de subordinação do setor industrial à nova dinâmica, ou até mesmo, em alguns casos, a própria destruição do parque industrial da região, transformado, em grande medida, em simples linhas de montagem, configurando o fenômeno da desindustrialização. Em um contexto de mundialização hegemônica pelo capital financeiro, o novo padrão de reprodução do capital na região expressa os interesses desta fração das classes dominantes dentro do bloco de poder, bem como a redução do poder da fração burguesa associada ao capital industrial.

A vocação exportadora do novo padrão fica evidente quando analisamos a tabela abaixo:

Tabela 3 – Percentual do crescimento anual das exportações de bens e serviços 1994-2006²⁴
(em dólares constantes ao ano de 2000)

Mundo	7,1
Países desenvolvidos	5,9
América Latina	7,4
China	18,2

Fonte: *World Bank, World Development Report, 1995-2008*

Superadas apenas pela China, carro-chefe da expansão exportadora no mundo, as exportações latino-americanas cresceram em ritmo constante, acima da média mundial e em uma taxa bem superior a média dos países centrais.

Essa tendência fica evidente quando consideramos o peso das exportações em relação ao PIB das economias na região, em uma série mais longa, como demonstra a Tabela 4:

Tabela 4 – América Latina: coeficiente das exportações de bens e serviços²⁵
1980-2007
(percentuais do PIB a preços constantes)

1980	10,3*
1985	12,9
1990	15,3
1995	15,2**
2000	19,9
2004	21,9
2005	22,6
2006	22,9
2007	23

*Cepal, *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe 1999* (cifras em dólares a preços de 1990)

**Cepal, *Anuário estadístico de América Latina y el Caribe 2008* (com base em cifras em dólares a preços de 2000)

O capital estrangeiro é o principal agente de reestruturação da economia das regiões dependentes no mundo, a partir dos anos de 1990. Segundo Osório (2012b), o investimento externo direto (IED) nessas regiões saltou de 14,9%, em 1990, para 37,8% do total mundial, em 1996. A América Latina, neste período, é a região do mundo em que estes

²⁴ Retirado de OSÓRIO, 2012b, p. 108.

²⁵ Retirado de OSÓRIO, 2012b, p. 107.

investimentos mais cresceram, em termos relativos, ficando atrás apenas da Ásia, quando se considera os números absolutos.

O Brasil, na região latino-americana, é o país que mais se destaca, com larga vantagem, na atração de recursos estrangeiros, passando de 989 milhões de dólares em IED, para mais de 45 bilhões de dólares, em 2008. A privatização de empresas públicas e as políticas neoliberais tem sido uns dos principais fatores do aumento do IED na região, bem como do fortalecimento de grandes grupos monopolistas de capital privado nacional.

A Tabela 5, abaixo, mostra os setores de atuação do capital privado nacional, estrangeiro e as grandes estatais, na América Latina:

Tabela 5 – América Latina: as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica²⁶ (em %)

	Privadas locais	Estatais	Transnacionais
Primário			
Mineração	19	51	30
Petróleo/gás	10	80	10
Manufatureiras			
Automobilística/peças	7	-	93
Eletrônica	23	-	77
Agroindústria/alimentos	63	-	37
Serviços*			
Telecomunicações	53	1	46
Energia elétrica	21	53	26
Comércio	70	-	30

Fonte: Cepal, *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007*

*Não estão incluídos os serviços financeiros, atividades em que o capital estrangeiro tem peso predominante

As principais pautas de exportação concentram-se nos setores primário e manufatureiro, com predomínio do grande capital estrangeiro e da atuação de gigantescas empresas estatais, com exceção da agroindústria e indústrias alimentícias, controladas, majoritariamente, por grandes grupos privados locais. Em outras palavras, a América Latina continua sendo uma grande fornecedora de matérias-primas e gêneros alimentícios para o mercado internacional, mas também de produtos como bens agrícolas, petróleo, minerais e mercadorias oriundas das atividades de montagem, como automóveis e eletroeletrônicos.

As atividades orientadas, em especial, para o reduzido e concentrado mercado interno ficam a cargo, em grande parte, dos capitais privados locais, que comandam o

²⁶ Retirado de OSÓRIO, 2012b, p. 110.

comercio e as telecomunicações, com exceção da produção e distribuição de energia elétrica, ainda majoritariamente estatal. Segundo Osório (2012b, p. 113)

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local.

O padrão atual, portanto, aprofunda a subordinação da América Latina ao mercado mundial, ao estabelecer as exportações como eixo dinâmico econômico, sob direção do grande capital transnacional, acrescido de um reduzido e excludente, mas poderoso, mercado interno de consumo. Reedita, em novas bases, as velhas estruturas da dependência, como modalidade particular do capitalismo latino-americano, já analisadas por Marini (2005). A soberania nacional, que sempre foi desigualmente distribuída no sistema mundial capitalista, debilita-se ainda mais nos países dependentes, em tempos de cadeias produtivas globais e mundialização do capital.

A expansão das exportações latino-americanas esteve alicerçada, em grande medida, na crescente demanda mundial pelos valores de uso produzidos na região, a partir do crescimento econômico de mercados emergentes, em especial da China.

A alta dos preços das commodities e dos bens manufaturados - resultantes dessa demanda mundial em expansão - e o acirramento da luta de classes na América Latina possibilitaram, na década de 2000, políticas sociais que mitigaram, em maior ou menor grau, a pobreza e a miséria na região, implementadas por governos alinhados a diferentes projetos políticos, uns de viés mais radical no enfrentamento à agenda neoliberal, como as experiências da Venezuela e Bolívia, e outros que buscavam agir moderadamente para atenuar as “falhas do mercado”, como a experiência social-liberal dos governos do PT, no Brasil²⁷.

Analisando a Tabela 6, podemos identificar os principais mercados consumidores dos valores de uso produzidos na América Latina:

²⁷ No próximo segmento será discutida a política dos governos petistas, com ênfase no impacto no mundo do trabalho.

Tabela 6 – Mercados das exportações: 2000 e 2007²⁸ (em % do total de exportações)

	AL e Caribe	China	Ásia / Pacífico	Estados Unidos	União Europeia
AL e Caribe	16-18	1-6	6-12	60-42	12-15
Argentina	48-39	3-10	8-16	12-18	18-19
Brasil	25-25	2-10	12-18	24-15	28-24
Chile	22-16	5-15	29-36	18-13	25-24
Colômbia	29-36	0-3	3-6	51-31	14-18
México	3-6	0-1	1-3	89-78	3-6

Fonte: Cepal, *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2007*.

Os dados da CEPAL evidenciam o grande crescimento, na década de 2000, das relações comerciais entre América Latina e Ásia, particularmente com a China, e uma tendência de queda nas exportações para os Estados Unidos, ainda que este país tenha permanecido como o principal mercado consumidor dos produtos latino-americanos.

Destaca-se, ainda, o Brasil com o maior aumento relativo (quintuplicou) nas exportações para a China, bem como um equilíbrio nas relações com os demais mercados e uma autonomia relativa em relação aos Estados Unidos. Esta diversificação nas exportações refletiu, certamente, na política externa dos governos do PT, na medida em que se tentou uma maior integração Sul-Sul.

No outro oposto, merece menção, também, o caso mexicano, com um grau elevado de dependência em relação a um único mercado, o dos Estados Unidos.

A crise de 2008, irrompida nos Estados Unidos, maior potência imperialista, logo generalizou-se para o sistema mundial capitalista. Esta crise retraiu a demanda internacional e provocou a queda dos preços dos bens exportados pela América Latina, atingindo de forma diferenciada os países da região, conforme o seu grau de dependência em relação aos principais centros imperialistas.

Enquanto países como o México, por exemplo, sofreram de forma imediata as consequências da crise econômica, dado sua estreita relação de dependência com os Estados Unidos, conforme se pode observar na tabela 4, o Brasil pôde contornar, nos primeiros anos, seus efeitos mais deletérios. Isso somente foi possível dada a diversidade de mercados consumidores para os quais se dirigiam as exportações brasileiras, a ponto de o ex-presidente Lula afirmar, à época, que a crise de 2008, “se chegar ao Brasil, será uma marolinha”²⁹.

²⁸ Retirado de OSÓRIO, 2012b, p. 121.

²⁹ Conferir em: **Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>

A crise, no entanto, se generalizou e atingiu a Europa e a Ásia, a partir de 2011, diminuindo a demanda de bens importados da América Latina. De fato, o que parecia, inicialmente, uma “marolinha”, logo se tornou onda violenta no Brasil, a partir de 2013. Em terras brasileiras, a crise causou impactos econômicos e sociais que se faziam sentir na segunda metade do primeiro governo de Dilma Rousseff, com consequências para o mercado de trabalho e para a indústria da construção civil.

Osório (2012b) nos chama atenção para o fato de que o avanço vertiginoso das exportações latino-americanas, que caracteriza o novo padrão de reprodução, não se reflete em melhorias para a grande maioria da população da região, mas ao contrário, é crescente o nível de precarização das condições de vida e de trabalho na América Latina. E isso não se dá, como já alertava Ruy Mauro Marini, por “insuficiências na modernização” ou por “resquícios pré-capitalistas”, mas sim pela própria dinâmica interna da reprodução do capital em situações de dependência. Por conseguinte, o aumento da degradação das condições laborais e de vida da classe trabalhadora é resultado do pleno amadurecimento do capitalismo dependente latino-americano. A análise da Tabela 7 ilustra esse fenômeno:

Tabela 7 – Participação dos salários no PIB a custo de fatores 1970-2004³⁰ (em %)

	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	México
1970	45,8	40,7	47,8	42,2	37,5
1975	40,4	36,6	45,3	41	40,4
1980	30,8	38,4	43,3	46,2	39
1985	29,6	42,5	42,4	45,3	31,6
1990	29,6	53,5	38,7	41,4	32,3
1995	36,8	45,3	40,9	38,7	34
2000	31,9	45,2	46,5	37,8	34,5
2004	23,9	42,9	44,2	35,7	33,6

Diferença em percentuais entre ano mais alto e 2004					
	47,8	19,8	7,5	22,7	16,8

Fonte: Elaborado com dados do Anuário de La Cepal 2007

Observa-se, desse modo, o aparente paradoxo referente ao fato de que no mesmo período em que acontece a rápida expansão das exportações latino-americanas, ocorre a

³⁰ Retirado de OSÓRIO, 2012b, p. 128.

diminuição da participação dos salários no PIB, demonstrando a pouca importância destes na dinâmica das economias dependentes. Na particularidade brasileira se registra o aumento desta participação entre os anos de 1985 a 1990, como resultado do acirramento da luta de classes e da ação dos movimentos que lutaram pela redemocratização da sociedade e que conquistaram a promulgação da Constituição de 1988, que completou 30 anos em 2018. A partir dos anos 1990, no entanto, época de implementação do ajuste neoliberal, verifica-se nova tendência de queda.

O novo padrão exportador de especialização produtiva, em sua lógica interna de funcionamento, produz a tendência à precarização da vida e das relações de trabalho, a partir de dois elementos: 1) o fato de que os valores de uso que se constituem nos eixos dinâmicos da produção na América Latina estejam direcionados, em grande parte, para o mercado mundial. Ou seja, os assalariados locais pouco contribuem para a realização das mercadorias dos setores mais importantes da economia, importando mais como produtores do que como consumidores, o que favorece a existência de uma estrutura produtiva dinâmica divorciada das necessidades da maioria da população. Essa tendência, já apontada por Marini (2005), leva, invariavelmente, à ruptura do ciclo do capital no capitalismo dependente; 2) a deterioração dos salários locais e a diminuição do custo do trabalho constitui uma vantagem comparativa que os capitais que operam em nações dependentes se utilizam na concorrência internacional, ainda mais quando se leva em consideração o aumento do nível de escolaridade dos trabalhadores na região, o que possibilita a produção de bens mais complexos a custos mais baixos (OSÓRIO, 2012b).

É à luz destas características que é possível compreendemos a recente implementação da Contrarreforma Trabalhista no Brasil, durante o governo ilegítimo de Michel Temer, assunto que será abordado no segmento seguinte.

Diante disto, Osório (2012b, p.129) afirma que:

Uma ofensiva brutal do capital sobre o fundo de consumo dos trabalhadores, convertidos agora em fundos de acumulação, é o que sustenta o atual padrão exportador na América Latina. Não há campo da vida laboral e social do mundo dos trabalhadores em que não se apresente a devastação alcançada pelo novo padrão exportador em andamento.

Esta devastação social, que se expressa na queda da importância dos salários na riqueza nacional, no aumento da pobreza relativa e da concentração de renda, fundamenta o novo padrão de reprodução do capital na América Latina e traz novos elementos para o entendimento da superexploração da força de trabalho, no limiar do século XXI.

2.3 Superexploração da força de trabalho: elemento central na discussão marxista contemporânea.

A superexploração da força de trabalho - formulada por Ruy Mauro Marini no âmbito da TMD - é uma das principais e, também, mais polêmicas categorias do autor. Ela expressa uma realidade particular das economias dependentes, no sentido de se efetivar como um mecanismo de compensação em relação às transferências de valor da periferia para o centro capitalista, como já visto anteriormente.

Segundo Marini (2005, p.153),

[...] as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (...), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador.

A superexploração da força de trabalho é uma modalidade particular de exploração presente nas economias dependentes, e não apenas um aumento quantitativo do grau de exploração da força de trabalho. Ela é um traço estrutural das economias latino-americanas e tem consequências, como vimos, nas modalidades como o capital se reproduz nestas nações.

A força de trabalho, ao ser apropriada pelo capital, tal qual toda mercadoria, tem seu valor definido pelo tempo socialmente necessário para produzir e reproduzir sua capacidade de trabalho. Osório (2012a) chama atenção para a dupla dimensão do valor da força de trabalho – valor diário e valor total - e afirma que:

[o valor total] considera o tempo total da vida útil do trabalhador ou o total de dias em que o possuidor da força de trabalho vende sua mercadoria no mercado, em boas condições, além dos anos de vida em que já não participará da produção (anos de aposentadoria) (2012a, p. 50).

O valor total da força de trabalho determina o seu valor diário, que “deve ser calculado, então, considerando determinado tempo médio de vida dos trabalhadores, de acordo com as condições dominantes na época” (OSÓRIO, 2012a, p. 50). Para este cálculo, é determinante o valor dos meios de vida necessários para assegurar a reprodução da classe trabalhadora, como os que se referem à alimentação, habitação, educação, vestuário, saúde, etc.

O pagamento diário da força de trabalho, portanto, deve permitir ao trabalhador subsistir, em condições adequadas, de tal modo que o permita apresentar-se ao mercado de trabalho, em condições normais de existência, de acordo com a expectativa média de vida produtiva, além dos anos restantes de aposentadoria.

Na realidade latino-americana, a superexploração da força de trabalho se caracteriza pela queda dos preços da força de trabalho abaixo do seu valor, que mal garantiria, portanto, a reprodução desta mercadoria, o que significa que parte do fundo salarial é apropriado como fundo de acumulação do capital. Este rebaixamento consiste, para Marini (2005) e Osório (2013), em uma violação da lei do valor.

Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total (OSÓRIO, 2013, p. 49).

Mathias Luce (2018) nos chama atenção para o fato de que a violação da lei do valor, característica da superexploração da força de trabalho, não significa a anulação desta lei. Neste sentido, com o objetivo de auferir maior precisão a esta categoria, o autor se refere a uma “violação *do* valor contida *na* lei do valor” (LUCE, 2018, p. 29). Portanto, segundo o autor:

Entendemos a superexploração como determinação negativa do valor da força de trabalho, contida no âmbito da lei do valor. A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercambio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e o pagamento abaixo de seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno de seu valor quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor. Por isso, enquanto tendência negativamente determinada, ela exacerba a relação-valor em seus aspectos alienantes. Daí chamarmos de determinação negativa do valor da força de trabalho contida na lei do valor (LUCE, 2018, p. 155)

Carcanholo (2013b) destaca a diferença que existe entre a categoria superexploração e as distintas formas de se obter a elevação da taxa de mais-valia, que se desenvolve por meio de quatro mecanismos, podendo se manifestar isoladamente ou de maneira combinada: elevação da jornada laboral ou aumento da intensidade do trabalho, sem haver correspondência, em ambos os casos, entre a remuneração e o maior desgaste do trabalhador; e a redução salarial. A estes três mecanismos, já discutidos por Marini em a *Dialética da Dependência*, soma-se o aumento da qualificação do trabalhador ou do valor moral da força de trabalho, sem os salários corresponderem ao incremento deste valor.

O prolongamento da jornada de trabalho provoca o aumento do tempo de trabalho excedente e a extração de mais-valia absoluta e, segundo Osório (2012a), aumenta o valor da força de trabalho, já que requer um número maior de bens que possam repor o desgaste provocado pelas horas-extras, ao mesmo tempo em que proporciona um desgaste físico imediato e a elevação dos casos de acidentes de trabalho.

A ampliação da intensidade, por sua vez, supõe um maior dispêndio de trabalho. Nela, o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo, “para elevar a taxa de exploração em condições que violam o valor da força de trabalho, seja em seu valor diário, seja em seu valor total” (2012a, p. 58), resultando, muitas vezes, no aumento de doenças nervosas e psicológicas.

O terceiro mecanismo reflete o fortalecimento da classe dominante, no sentido de impor uma queda dos salários a um patamar inferior ao valor da força de trabalho. Um dos principais meios para a imposição do chamado “arrocho salarial” é a existência de um exército industrial de reserva (EIR), dado que o enorme contingente de trabalhadores desempregados exerce pressão sobre aqueles que se encontram empregados, o que os faz, muitas vezes, se submeterem a condições precárias de trabalho, com o fim de manterem-se no emprego.

Nas palavras de Osório (2012a, p.51),

Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com sobredesgaste (seja pelo prolongamento da jornada laboral, seja pela intensificação do trabalho), que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos *em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida*. Definitivamente, estamos diante de processos de exploração redobrada, na medida em que se viola o valor da força de trabalho.

Essa discussão, portanto, não é meramente salarial, mas engloba um conjunto de condições sociais que o trabalhador deve ter acesso para reproduzir sua força de trabalho, em um determinado momento histórico. Isso quer dizer que o imenso desgaste provocado por processos laborais sustentados pelo aumento da jornada ou intensificação do trabalho, ainda que sejam acompanhados pelo pagamento de horas extras ou bônus salariais, pode provocar a redução da vida útil e da vida total do trabalhador. Pois,

[...] embora seja possível ter acesso à quantidade necessária (e inclusive a uma quantidade maior) de bens que satisfaçam os meios de vida para assegurar a reprodução do trabalhador, este não pode dispor das horas e dias de descanso necessários para repor o desgaste físico e mental de longas e intensas jornadas. Quando isso ocorre, o salário extra só recompensa uma parte dos anos futuros de que o capital se apropria com jornadas extenuantes ou de trabalho redobrado (OSÓRIO, 2012a, p. 51).

Este aspecto é fundamental para esta pesquisa, considerando ser a indústria da construção civil, a despeito dos incrementos tecnológicos recentes, fundamentada no uso intensivo de força de trabalho. Investigar as condições de labor destes trabalhadores, bem como os meios cotidianos de incremento salarial (horas extras, “bicos” nos fins de semana ou dias de folga, etc), apresenta indícios de formas de superexploração da força de trabalho no referido setor.

Em relação ao quarto aspecto da elevação da extração de mais-valia, típica de processos de superexploração, que se refere ao incremento do valor da força de trabalho sem a correspondência dos salários, Osório (2013, p.58) afirma que:

Isso implica que a massa ou volume de produtos que conformam uma cesta de bens-salário não pode ser composta sem considerar as condições históricas e culturais, ou seja, não pode, por exemplo, incluir produtos somente pelo seu baixo preço ou por critérios relativos ao que deve ser uma boa alimentação. Por outro lado, deve considerar que o desenvolvimento produtivo de uma sociedade faz com que certos produtos suntuários se tornem posteriormente bens-salário, que se integram aos meios de vida necessários para a população trabalhadora. Uma televisão, uma geladeira ou um celular comum estariam neste conjunto a princípios do século XXI. Fazem parte da sociabilidade e da vida em comum que o capital vai estabelecendo em seu desenrolar.

Em outras palavras, significa afirmar que o desenvolvimento material da sociedade converte novas mercadorias em bens necessários para a reprodução social da classe trabalhadora, em épocas e contextos históricos determinados. Este incremento dos bens necessários pressiona no sentido da elevação do valor da força de trabalho, que pode não ser correspondido, na mesma proporção, pelos acréscimos salariais, o que configura uma modalidade de superexploração. Esta questão, tal qual a anterior, é central para esta pesquisa, considerando algumas mudanças importantes no perfil dos trabalhadores e trabalhadoras da indústria da construção civil em Fortaleza.

Uma das polêmicas que envolvem o uso da categoria superexploração da força de trabalho é sobre a generalização desta modalidade de exploração para todo o sistema mundial capitalista. Ou seja, em tempos de mundialização e crise estrutural do capital, a superexploração, supostamente, não seria mais uma característica específica dos países dependentes. Sobre essa importante questão, afirma o professor Marcelo Carcanholo (2013b, p. 93):

Se a especificidade das economias dependentes está na necessidade de responder aos distintos mecanismos de transferência de valor para o centro da acumulação capitalista mundial com base na superexploração, esta, enquanto categoria, não poderia ser utilizada para entender a especificidade do capitalismo central, como visto.

Para este autor, a superexploração não pode ser entendida como simples formas de elevar a taxa de mais-valia, em situações que os salários ficam abaixo do valor da força de trabalho, pois esta maneira de reagir a crises e a problemas de acumulação é típica do capitalismo, central ou dependente. Ao supormos que a globalização neoliberal generalizou a superexploração da força de trabalho para toda a economia mundial, terminamos por confundir, segundo Carcanholo (2013b), a categoria superexploração com as diversas formas de extração de mais-valia. Ao fazermos isso, segundo o autor, desconsideramos a

especificidade da situação de dependência e esvaziamos de sentido, inclusive, a necessidade de uma teoria específica sobre o capitalismo dependente, tal qual a pretensão da TMD.

Esta polêmica, mais do que colocar óbices ao pensamento de Marini, demonstra, antes de tudo, a riqueza e a diversidade da corrente de pensamento inaugurada por este autor e, em especial, da categoria superexploração da força de trabalho, como modalidade particular de exploração empreendida pelo capital.

Para Carcanholo (2013a, p. 201):

Independentemente das oscilações cíclicas da conjuntura externa, os condicionantes estruturais da dependência obrigam o capitalismo dependente a superexplorar a força de trabalho como única alternativa para um desenvolvimento capitalista interno. Essa resposta do capitalismo dependente à crescente transferência de seu (mais) valor produzido gera, como consequência, a distribuição regressiva de renda e riqueza, assim como o agravamento dos problemas sociais. É essa a articulação dos componentes da dependência que definem a possibilidade do desenvolvimento capitalista nessas regiões.

Mais uma vez, o desenvolvimento capitalista subordinado trilhado pelos países da periferia, alcançando, inclusive, no caso do Brasil, o estágio de economia monopolista e subimperialista, com forte atuação do capital financeiro, exige, para tanto, somas cada vez mais elevadas de extração de mais-valia, retroalimentando a superexploração do trabalho nos países dependentes.

3 CONFIGURAÇÕES DO CAPITALISMO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: GOLPE DE 2016 E A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO CONTEXTO DE ACIRRAMENTO DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A crise do capital internacional, que ganhou os noticiários mundiais em 2008, agravou-se no Brasil a partir de 2013, colocando em xeque a continuidade do projeto social-liberal de conciliação de classes, encabeçado pelos governos petistas. Tal projeto objetivava manter o programa liberal, somado às políticas sociais de estímulo ao crescimento econômico e diminuição da extrema pobreza.

O golpe jurídico, parlamentar e midiático que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff (PT), alçando o, até então, vice-presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB) ao comando do Executivo Federal, representou uma ofensiva restauradora da ortodoxia neoliberal no contexto de aprofundamento da crise. Neste contexto, implementa-se uma agenda regressiva, sem concessões mínimas, ao pôr em prática a retirada de direitos sociais e trabalhistas em um ritmo acelerado, agravando no país a superexploração da força de trabalho, característica estrutural das formações histórico-sociais dependentes (RODRIGUES JÚNIOR; CARVALHO, A. M. P., 2018).

3.1 Crise estrutural do capital, mundialização e reestruturação produtiva

A crise manifestada no sistema financeiro em 2008 é parte de um processo mais amplo, caracterizado por Mézáros (2009) como crise estrutural, em meio à contínua queda das taxas de lucro do capital. Irrompida nos anos de 1970, a particularidade desta crise capitalista, em relação às anteriores, é demarcada por quatro princípios: 1) caráter sistêmico, ou seja, não é restrita a apenas um ramo de produção, ou estritamente financeira, por exemplo; 2) de amplitude global, na medida em que se expande para um grande número de países; 3) sua dimensão não-conjuntural (cíclica), em outras palavras, se manifesta em longa duração, em uma escala de tempo extensa; 4) possui um desdobramento gradual e contínuo, ao contrário das anteriores, marcadas por colapsos dramáticos.

A nova etapa de desenvolvimento do capitalismo mundial, surgida nos anos 1980, é denominada por Chesnais (1995), como “mundialização do capital”. Este “novo regime de acumulação capitalista predominantemente financeiro” é marcado por um novo e particular patamar do processo de internacionalização do capital, com características rentista e

parasitária. Estas importantes transformações ocorreram em meio à derrocada da experiência socialista na URSS³¹, que fragilizou as resistências dos trabalhadores em todo o mundo.

A hipertrofia da esfera financeira está relacionada à sobreacumulação de capitais³² da década de 1970 e ao esgotamento do regime de acumulação fordista³³. Nesse contexto, os lucros não reinvestidos na produção expandiram-se para a esfera financeira. A partir daí, o poder desta oligarquia financeira tem sido sustentado pelos Estados mais poderosos do planeta e por instituições financeiras internacionais, tais como FMI e Banco Mundial. Dessa forma, o capital buscou, com auxílio decisivo dos Estados nacionais, todas as formas de desregulamentar sua ação pelo mundo. Segundo Chesnais (1995, p. 2):

[...] o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder ‘civilizá-lo’. (...) derrubou a ilusão, nascidas das conquistas anteriores, de que era possível domá-lo no âmbito dos modos de regulação nacionais

O processo contemporâneo de internacionalização do capital, na busca por movimentar-se livremente em todo o mundo, tem sido denominado pelos ideólogos do sistema como “globalização”. Esta ideologia escamoteia as particularidades deste novo regime de acumulação, ao obscurecer as formas contemporâneas de integração subordinada das periferias ao hierarquizado sistema mundial capitalista.

Sobre as especificidades do novo contexto, afirma Chesnais (1995, p. 4):

ao se observar as coisas de perto, percebe-se que o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das trocas, mas pela mundialização das operações do capital, em suas formas tanto industrial quanto financeira.

Ao contrário dos primórdios capitalistas, marcados pela “globalização das trocas”, nas relações comerciais, especialmente, entre “Ocidente e Oriente”, a mundialização do capital, a partir dos anos 1980, se caracteriza pela internacionalização dos investimentos e da produção. Tratava-se, agora, de intensificar a mobilidade do capital, levando-o para regiões que se caracterizam pelo baixo preço da força de trabalho.

Outro discurso ideológico associado à financeirização da economia tem suporte na aparência de que o capital financeiro se autoproduz, em que a produção de valor novo (valorização do capital) poderia prescindir da esfera produtiva. É também Chesnais que nos esclarece, ao afirmar que:

³¹ Após longa crise por toda década de 1980, o fim oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas/URSS foi decretado em dezembro de 1991, pondo fim à chamada Guerra Fria.

³² Refere-se à dificuldade do regime de acumulação capitalista em absorver de forma lucrativa os excedentes de capital, tema discutido no segundo segmento deste texto.

³³ Sistema de produção em massa implantado pelo empresário estadunidense Henry Ford, nos Estados Unidos da América, a partir da segunda década do século XX. Este sistema se caracteriza pela extrema racionalização capitalista, em inovações técnicas e organizacionais, na produção em grande escala e no consumo de massa.

O capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva. (...) A esfera financeira alimenta-se da riqueza gerada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho com múltiplos níveis de qualificação. Nada cria por si só. (...) aquilo ganho por um, dentro do campo fechado do sistema financeiro, é perdido por outro. [Assim, é pressuposto, para que a ciranda financeira não perca o seu principal ‘combustível’, que] as punções e as transferências continuem ocorrendo a partir da esfera produtiva, se possível de modo ininterrupto (CHESNAIS, 1995, p. 21).

Estamos diante, de fato, de mecanismos em que a esfera financeira se apropria de grandes quantidades de valor produzidas a partir da exploração concreta da força de trabalho mundial. Um exemplo desse processo, que afeta diretamente os países latino-americanos, é o mecanismo da dívida pública, que transfere vultosos recursos para a oligarquia financeira mundial.

No Brasil, todo ano, quase a metade dos recursos do Orçamento Geral da União é destinada para pagar a dívida. Em 2017, o País, transferiu para os grandes bancos, mediante pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública Federal³⁴, 986 bilhões, 110 milhões e 833 mil reais, o equivalente ao pagamento de 2,7 bilhões de reais por dia. Portanto, este processo configura uma enorme transferência de valor da esfera produtiva para o rentismo, impondo, uma vez mais, o recurso da superexploração da força de trabalho.

O capitalismo, nos marcos da mundialização, passou por um intenso processo de reestruturação produtiva da forma de organização do trabalho. O capital incorporou conquistas técnicas obtidas na chamada “terceira revolução tecnológica”³⁵ ao processo produtivo, objetivando o incremento de sua produtividade e de sua composição orgânica. No marco de intensas lutas que se espalhavam por todo o planeta, em fins da década de 1960, Antunes (2009) salienta que:

O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica. (2009, p. 46).

Tratava-se, para o capital, de avançar sobre as conquistas e a organização dos trabalhadores, com vistas a recuperar não apenas suas taxas de lucros, mas também o pleno domínio político e cultural no mundo, no contexto de fim da Guerra Fria.

³⁴ Conferir em Auditoria Cidadã da Dívida: <https://auditoriacidada.org.br/entenda-os-numeros-do-dividometro-e-do-estoque-da-divida/>

³⁵ “Terceira revolução tecnológica” ou “terceira revolução industrial” corresponde ao período após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que os novos avanços no campo tecnológico passaram a abranger não só o sistema produtivo, mas também se voltaram para o campo científico. Nesse contexto, ganharam destaque a robótica, a genética, a informática, as telecomunicações, a eletrônica, entre outros.

A “toyotização” do processo de trabalho se configurou como um modelo de racionalização da organização produtiva, oriundo no Japão, e que se diferencia do modelo fordista por ser uma produção mais vinculada à demanda. Segundo Harvey (1992), a chamada acumulação flexível:

[...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (1992, p. 140)

A produção “flexível”, marca da reestruturação produtiva contemporânea, caracteriza-se pelo trabalho em equipe e polivalente, na estrutura horizontalizada com ampliação da terceirização e subcontratação, transposição de unidades fabris para outros países ou regiões, uso do *just in time*, *kanban* e os Círculos de Controle de Qualidade. (ANTUNES, 2009).

Em um contexto de desemprego estrutural, essas transformações no âmbito do trabalho aumentam o nível de sujeição dos trabalhadores frente às exigências das empresas, diante do medo iminente da perda do emprego.

3.2 Ofensiva neoliberal na civilização do capital

A crise estrutural do sistema capitalista e o fim do bloco soviético criaram o terreno fértil para a emergência da fase contemporânea do imperialismo, caracterizada por David Harvey (2005) como acumulação por espoliação. Esta nova fase tem por estratégias, além da financeirização e a “globalização”, a implementação da política neoliberal.

O neoliberalismo, segundo Harvey (2016), é um projeto político contrarrevolucionário feito pela classe capitalista corporativa, a fim de combater o poder da classe trabalhadora, acumulado no contexto da Guerra Fria.

Uma das principais frentes de atuação do projeto neoliberal é o que diz respeito à dimensão ideológica. Para isso, foram criados, em todo o mundo, os *think tanks*, grandes instituições que se dedicam a produzir informações sobre temas específicos. Tais aparelhos privados de hegemonia, no sentido gramsciano, difundem ideias na sociedade, como, por exemplo, as formulações de Friedrich Hayek e Milton Friedman, com vistas a construir consensos e influenciar, decisivamente, a agenda política.

O diagnóstico neoliberal sobre as causas da crise do sistema, evidentemente, não poderia ir à raiz do problema, pois teria que considerar a contradição fundamental entre as

forças produtivas e as relações sociais de produção, o que levaria, em última instância, ao próprio questionamento da propriedade privada e de toda a lógica do capital. Os neoliberais, portanto, produzem uma análise superficial da crise, responsabilizando o Estado Benfeitor keynesiano, com excesso de oferta monetária, de impostos e de regulações do mercado. Em outras palavras, formulam uma ideologia. Como afirma Mézáros (2004, p. 65):

Na verdade, a ideologia não é uma ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas *sociedades de classe*. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como *consciência prática inevitável das sociedades de classe*, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos* (mas é claro, de modo algum *independentes*), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

O final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 são marcados pela ascensão de governos comprometidos com a ideologia neoliberal. As primeiras figuras políticas que expressaram e aplicaram o referido receituário foram Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha; Ronald Reagan, nos EUA; Helmut Kohl, na Alemanha e Nakasone, no Japão. A primeira experiência de implantação do modelo neoliberal, no entanto, se deu na América Latina, durante ditadura chilena de Augusto Pinochet, a partir de 1973.

Se, a princípio, a doutrina neoliberal foi aplicada por partidos e governos expressamente de direita, em um segundo momento foram os próprios sociais-democratas e euro-socialistas, em especial no sul da Europa, que se dedicaram a implementar, de forma resoluta, o novo receituário. Tal fato demonstra a força desta ideologia em meio às novas condições gestadas pela crise do capital

Segundo Perry Anderson (1995), o remédio receitado pela agenda neoliberal consistia em:

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (1995, p. 11).

O projeto neoliberal pode ser sintetizado pela consigna “Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores”. Estas ideias, portanto, não estão descoladas da

realidade social, mas ao contrário, como ideologias, elas guardam relação com interesses particulares, que se expressam com a aparência de universalidade.

A classe burguesa, em seu conjunto, beneficia-se com o acirramento da ortodoxia neoliberal como tendência contemporânea, particularmente no que toca à contenção dos salários - com a conseqüente retomada da taxa de lucro - e no que se refere às privatizações, à apropriação de parte do fundo público e a desconstrução das políticas públicas, configurando-se, assim, uma política de espoliação (CARVALHO, 2017a).

Em uma avaliação das composições orgânicas do capital, cabe salientar que o capital financeiro conquista hegemonia e consegue impor plenamente seus interesses. Desse modo, mudanças institucionais, em especial a desregulamentação dos mercados financeiros, criaram as condições propícias para um deslocamento dos capitais do setor produtivo para a especulação, com uma diminuição do comércio mundial de mercadorias, potencializada pela crise estrutural do sistema.

Ainda segundo Anderson (1995, p.23):

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

A verdadeira vitória do neoliberalismo, segundo Anderson (1995), de fato, foi política e ideológica. Seus princípios se impuseram ao mundo como inevitáveis no momento em que o capitalismo expressava seus limites, logo após o fim do bloco soviético. Como bem nos alerta David Harvey (2016), privatização e desregulamentação da economia; desenvolvimento tecnológico, desindustrialização através da automação e robotização, e o conseqüente desemprego em massa, fizeram - e ainda fazem - parte da estratégia burguesa para “esmagar a classe trabalhadora”.

O projeto neoliberal, implementado na América Latina durante os anos de 1990, a partir do chamado Consenso de Washington³⁶, adaptou o capitalismo dependente vigente na região às necessidades do imperialismo, em sua fase contemporânea, e gestou a emergência do novo padrão de reprodução do capital (OSÓRIO, 2012b) nos países latino-americanos. Nesse âmbito, importantes ajustes econômicos, políticos e culturais foram realizados,

³⁶ Receituário formulado, em 1989, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que visava difundir e impor o ajuste econômico neoliberal aos países dependentes. A esse respeito, merece destaque o trabalho de fôlego de Paulo Nogueira Batista (1994) intitulado “O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos”.

revelando a dominância do capital financeiro em suas orgânicas composições. Vejamos como essa ofensiva neoliberal se processou na realidade brasileira.

3.3 Ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado

A década de 1990 expressa a inserção do Brasil nos percursos do capitalismo financeirizado, ao demarcar a entrada do País no ciclo de ajuste da América Latina, no contexto de mundialização do capital. Este ajuste estrutural contou com participação ativa do Estado, ao empreender a financeirização do processo de acumulação, o que pode ser considerado um *primeiro ciclo de ajustes*, com a adoção, na íntegra, do receituário neoliberal (CARVALHO; GUERRA, 2015).

No Brasil, a implementação da agenda de Washington tem início, tardiamente, com a vitória de Fernando Collor de Melo na disputa eleitoral de 1989. O Governo Collor representou um novo salto para a modernização capitalista, orientada pelo trinômio - abertura econômica, privatização e desregulamentação do Estado.

Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma *integração subordinada* do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brusca reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos (ANTUNES, 2005, p. 16-17).

O projeto neoliberal do Governo Collor, de caráter antipopular e antinacional, configurou-se um retumbante fracasso econômico, pois, além de não conter a inflação, promoveu um desmonte do parque produtivo, ocasionando aumento do desemprego e precarização do trabalho. Acrescente-se, ainda, o sucateamento das empresas estatais, destruição do pequeno e médio capital, aguçamento da questão social e ampla insatisfação popular, acrescido da avalanche de denúncias de corrupção. Diante disto, o vice-presidente Itamar Franco assume o comando do Executivo Federal, em outubro de 1992, após um conturbado processo de impeachment, até completar o mandato, em 1994.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a Presidência da República, em 1995, e depois reeleito³⁷ para um segundo mandato, em 1998, representou a continuidade

³⁷ Vale mencionar que, em janeiro de 1997, a Câmara Federal aprovou emenda constitucional a fim de permitir a reeleição de prefeitos, governadores e presidente, para um segundo mandato consecutivo. Em maio do mesmo ano, o jornal Folha de São Paulo publica matéria denunciando a compra de votos de parlamentares para a aprovação da referida emenda, que não chegou a ser devidamente investigada. Conferir em: “Conheça a história da compra de votos a favor da emenda da reeleição” <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2014/06/16/conheca-a-historia-da-compra-de-votos-a-favor-da-emenda-da-reeleicao/>>

e consolidação da agenda neoliberal no país. A adaptação do Estado brasileiro às novas necessidades do capitalismo contemporâneo era um elemento central do referido projeto.

A rigor, ao longo dos percursos do ajuste brasileiro ao capitalismo financeirizado, foi se conformando o modelo rentista-neoextrativista³⁸, a articular os interesses e as formas de acumulação de dois segmentos do capital: capital rentista e o capital vinculado ao novo extrativismo mineral e vegetal, ao agronegócio (CARVALHO, 2017a; 2017b).

Em meio à implementação da agenda neoliberal, assistiu-se, na década de 1990, à ampla redução do assalariamento formal, em especial no setor secundário, resultado da política de desindustrialização em curso, decorrente dos percursos de experiência de ajuste brasileiro.

De 1994 a 2000, o desemprego no Brasil passou de 4,5 milhões para 11,5 milhões de trabalhadores, respectivamente, alcançando uma taxa de 15% de desempregados (POCHMANN; BORGES, 2002). Estes altos índices foram utilizados como elemento político fundamental para fragilizar o movimento sindical brasileiro e barrar as principais formas de resistência ao projeto. Ainda segundo os autores,

A partir de 1995, o fim do período hiper-inflacionário não veio acompanhado da elevação real do poder de compra dos trabalhadores. A ausência do crescimento econômico sustentado, combinada com a expansão do desemprego e a maior escolarização e qualificação da oferta de mão-de-obra, geraram ainda maior concorrência no interior das classes trabalhadoras o que levou à piora da parcela salarial na renda nacional (POCHMANN; BORGES, 2002, p. 36).

Flexibilização e expansão da informalização dos postos de trabalho tiveram como resultado a precarização ainda maior dos empregos assalariados de carteira assinada no país.

Ao final do século XX e limiar do século XXI, o projeto neoliberal demonstrava sinais de desgaste, motivados pelos baixos índices de crescimento econômico e o aumento da concentração de renda nas frações mais ricas das classes dominantes locais e internacionais, aumentando, em consequência, a desigualdade, o desemprego, a pobreza e a violência. Em outras palavras, como afirma Rodrigo Castelo (2016, p. 45), “a crise do neoliberalismo chegou ao nosso continente no final do século XX, antes de atingir o centro imperialista em 2008”.

Neste cenário, importantes lutas sociais desenvolveram-se em todo o mundo, como os movimentos anti-globalização em Seattle, a conformação dos encontros do Fórum Social Mundial e revoltas populares nas periferias do sistema. Estes processos de intensas mobilizações resultaram, inclusive, na eleição de governos comprometidos, em maior ou

³⁸ Modelo centrado na financeirização dependente e no extrativismo intensivo de riquezas, em uma reedição contemporânea do modelo extrativista primário-exportador (CARVALHO; GUERRA, 2015).

menor grau, com a agenda anti-neoliberal na América Latina, como, por exemplo: Hugo Chavez, na Venezuela (1999), Evo Morales, na Bolívia (2005) e Rafael Correa, no Equador (2006)³⁹.

Diante do desgaste do neoliberalismo, a grande burguesia internacional realizou ajustes em sua estratégia e introduziu uma variante mais moderada do mesmo modelo, em que o Estado passou a intervir nas “falhas do mercado”, buscando inserir, de forma precária e pontual, segmentos expropriados nos circuitos de expansão sem limites do capital.

No caso do Brasil, tal modelo acirrou a dependência brasileira ao sistema do capital e foi mantido e consolidado nos treze anos de governos petistas de Lula (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), em uma versão de conciliação de classes.

3.4 A ideologia do neodesenvolvimentismo e a emergência do social-liberalismo

A crítica ao neoliberalismo, empreendida no Brasil, ao longo da década de 1990, por importantes movimentos sociais e organizações políticas, sob liderança do PT, formou uma combinação contraditória que daria sustentação política e base ideológica à ascensão de governos petistas, por mais de uma década, mais precisamente de 2003 até 2016.

O primeiro governo Lula (2003-2006) deflagra um *segundo ciclo de ajustes*, ao conciliar elementos de continuidade da “Era FHC” com o aumento de políticas de alívio à pobreza e à miséria. De fato,

No século XXI, em meio aos circuitos da crise, em seus permanentes deslocamentos e às redefinições geopolíticas mundiais, consolida-se a posição brasileira no cenário mundial como emergente plataforma internacional da valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis ao capital financeiro, mediante elevação das taxas de juro, no âmbito de uma política monetária e cambial de ajuste (PAULANI, 2012a; 2012b⁴⁰). Este é o segundo ciclo de ajuste a se consubstanciar no primeiro e em parte do segundo governo Lula, que, de um lado, segue à risca a política macroeconômica de ajuste e, de outro, investe em políticas de enfrentamento à pobreza, garantindo uma inserção social passiva das massas pela via do consumo (CARVALHO; GUERRA, 2015, p. 50)

Os últimos dois anos do segundo governo Lula e o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014) demarcam uma inflexão do modelo de ajuste ao capitalismo

³⁹ Apesar dos importantes avanços sociais, um dos principais limites dos chamados “governos progressistas” foi o fato das significativas reformas e políticas públicas estarem condicionadas ao crescimento econômico, via exportações de combustíveis fósseis e matérias-primas agrícolas e minerais. Em outras palavras, estes governos, ao darem continuidade ao padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012), não romperam com a dependência que caracteriza a região latino-americana e ficaram a mercê das flutuações da economia mundial. O aprofundamento da crise de 2008, com a queda dos preços das *commodities*, estabeleceu impasses dramáticos para a continuidade de tais experiências na região.

⁴⁰ PAULANI, L. M. A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da História. **Boletim de Economia e Política Internacional**, Brasília, DF, n. 10, abr./ jun. 2012a.; PAULANI, L. M. A dependência dobrada. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2012b.

financeirizado. Em suma, este *terceiro ciclo de ajustes* propõe-se a articular a política de ajuste com o chamado neodesenvolvimentismo (CARVALHO; GUERRA, 2015).

O chamado neodesenvolvimentismo configura-se no contexto de desgaste do projeto neoliberal e emerge como desenvolvimento possível em meio à crise, dentro dos limites do sistema, atuando, portanto, no socorro do grande capital monopolista. Segundo Giovanni Alves (2016), o neodesenvolvimentismo seria “[...] uma outra visão de desenvolvimento capitalista na periferia do sistema-mundo do capital” (p. 114), com forte atuação do Estado, visando criar as condições para o crescimento da economia, bem como para o fortalecimento do mercado interno, com redução dos níveis de pobreza e políticas distributivas.

Com efeito, a expansão dos mercados financeiros globais e a elevação dos preços das *commodities*, produzidas na América Latina, somadas às escolhas políticas do novo governo, criaram um ambiente favorável ao crescimento econômico com baixa inflação, embora aquém dos demais países emergentes.

Os críticos do novo modelo apontam que, antes de promover uma ruptura com o ideário e a política neoliberal, o assim chamado novo desenvolvimentismo se propõe a conciliar os antigos pressupostos ortodoxos com uma inflexão política que pudesse permitir uma retomada, ainda que incipiente, do crescimento econômico.

Ao examinar criticamente as inflexões petistas no modelo de ajuste em voga, Rodrigo Castelo (2013) denomina este ciclo de ajuste de *social-liberalismo*, colocando ênfase na articulação das políticas de ajuste com as chamadas “políticas de enfrentamento à pobreza”, que circunscrevem a pretensão de uma conciliação de classes. Assim, avalia Castelo (2013, p.264):

O núcleo central das políticas neoliberais – que consiste em políticas econômicas e de refuncionalização estatal para as retomadas das taxas de lucro com ênfase na financeirização da riqueza – permanece como um dogma inquestionável, não passível de alteração nem mesmo de debate. Restaria, como alternativa “realista”, a promoção de ações sociais nas fissuras provocadas pelas falhas de mercado, uma espécie de operação microscópica sobre os mecanismos capitalistas de produção de gigantescas desigualdades socioeconômicas.

Este corpo de ideias, tal qual toda ideologia, possui uma consciência social prática marcada por interesses particulares (MÉSZÁROS, 2004), que visam a interesses materiais e políticos bem definidos em uma sociedade cindida pelo antagonismo de classe. Ainda segundo Mézárós (2004),

Os interesses desse discurso não devem ser articulados como proposições abstratas, e sim como indicadores práticos bem fundamentados e estímulos efetivamente mobilizadores, direcionado às ações socialmente viáveis dos sujeitos coletivos reais (e não de “tipos ideias” artificialmente construídos) (2004, p. 66).

O social-liberalismo, portanto, conformou um modelo de desenvolvimento capitalista sob direção do grande capital, mediante um papel de destaque para o Estado, seja como financiador, seja como investidor. Um importante exemplo deste modelo foi o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na perspectiva de atender, concomitantemente, às exigências da classe dominante e contemplando, também, alguns interesses imediatos de determinados segmentos da classe trabalhadora.

Neste contexto de social-liberalismo petista, houve uma redução da pobreza absoluta, aumento do crédito para o consumo e melhoria da posição externa do Brasil. Na política econômica mantiveram-se orientações neoliberais, como câmbio flexível, altas taxas de juros e *superavit* primário, mas operaram-se variações no modelo, obtendo resultados positivos em termos de crescimento econômico, geração de emprego e rendimento dos trabalhadores e estruturação de políticas assistenciais para os estratos mais vulneráveis da população, quando comparado aos números da década de 1990 (MACÁRIO; RODRIGUES JÚNIOR; SILVA, 2016).

Assim, o fenômeno do *lulismo*, segundo Ruy Braga (2016), pode ser entendido como uma forma específica de regulação do conflito de classes. Este fenômeno configurou-se a partir do *consentimento passivo* da classe trabalhadora, que conquistou melhorias efetivas durante o período de expansão econômica - ainda que incomparavelmente aquém dos ganhos da burguesia -, bem como do *consentimento ativo* da burocracia sindical, lideranças de movimentos populares e grupos médios intelectualizados.

Em outras palavras, uma das novidades fundamentais desse programa de conciliação de classes do capitalismo dependente brasileiro reside na participação da alta burocracia de centrais sindicais na gestão do Estado a partir da cooptação e do apassivamento do movimento sindical. Tal fenômeno conformou “um equilíbrio de forças do capital e do trabalho, desenvolvendo um governo de ajuste ao capital mundializado, em meio à adesão passiva das massas” (CARVALHO; GUERRA, 2015, p. 52).

3.4.1 A superexploração da força de trabalho no Brasil em tempos de social-liberalismo petista

No período compreendido entre 2003 e 2012 houve um crescimento de 53,6% no contingente dos empregados com carteira assinada no setor privado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). O desemprego total caiu de perto de 20%, em 2001, para menos de 10%, em 2012, expressando a importante geração de postos

de trabalho na faixa salarial acima de meio até dois salários-mínimos, que, junto à política de aumento real do salário mínimo acima da inflação, impulsionou o consumo de massas no País.

Nesse âmbito, o discurso ideológico oficial do Governo Federal alardeou a suposta ascensão de amplas camadas populares à classe média, composta, agora, de 53% da população brasileira⁴¹, a englobar famílias com renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1.019 por mês. Mathias Seibel Luce (2013), salienta que:

Primeiro, tal abordagem coloca em um mesmo estrato indivíduos com rendimento familiar mensal tão dissimile como a variação entre R\$ 1.200 e R\$ 5.174 – uma disparidade de 430% entre o piso e o teto! Segundo, inclui na denominação de classe média um universo de milhões de famílias cujos rendimentos sequer alcançam o salário mínimo necessário do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Terceiro, carece de rigor ao apresentar o atributo potencial de consumo – utilizado para comprovar supostamente a sustentabilidade da ascensão à condição de classe média representada pelo consumo de bens duráveis –, ignorando três elementos determinantes: o endividamento das famílias, o aumento do desgaste da força de trabalho para poder acessar tais valores de uso, o barateamento de vários desses produtos, antes bens suntuários, e que passaram à condição de bens de consumo necessário, alterando o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, embora sem que a remuneração recebida tenha acompanhado o aumento do valor da força de trabalho nesse seu componente. Quarto, nubla o verdadeiro significado de classe social, ao se ater à definição de estratos de renda e potencial de consumo (2013, p. 170-171).

Com efeito, a consolidação do mercado de capitais e do sistema financeiro brasileiro, somada à vertiginosa expansão do crédito ao consumidor – amplificado, em especial, nos últimos 15 anos, como uma das pilastras do modelo *lulista* –, resultou na incorporação de parte significativa dos trabalhadores ao consumo de bens duráveis. Isto se deu, principalmente, por meio do mecanismo do endividamento, que alcançou, em 2016, o percentual de 58,2% das famílias brasileiras endividadas, segundo dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)⁴². Para Luce (2013), ao contrário do discurso apologético oficial, esteve em curso no Brasil, durante os governos petistas, um incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil, a despeito da política de valorização do salário mínimo.

O autor aponta, ainda, que um importante critério, no Brasil, para aferir a remuneração da força de trabalho, em condições próximas ao seu valor, é o salário mínimo

⁴¹ Conferir em: **Nos últimos 10 anos, 35 milhões de pessoas entraram na classe média** <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/nos-ultimos-dez-anos-35-milhoes-de-pessoas-ingressaram-na-classe-media.html>>

⁴² Disponível em: 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadas em setembro, diz CNC (<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/582-das-familias-brasileiras-estavam-endividadas-em-setembro-diz-cnc.html>)

necessário (SMN)⁴³, calculado pelo DIEESE. Esta medida considera não apenas o comparativo do salário mínimo legal com a inflação, mas, principalmente, expressa o salário que deveria corresponder aos gastos necessários com moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, previdência social, vestuário, higiene e transporte. Em outras palavras, o SMN expressa a quantia necessária para obter os tipos de valores de uso reconhecidos como indispensáveis para um trabalhador sustentar a si próprio e a sua família.

Seguindo as pítas da Teoria Marxista da Dependência (TMD), é preciso ter em mente que o salário real significa a relação do salário com o valor da força de trabalho. Nesse sentido, é emblemático confrontar a política de salário mínimo com o SMN, calculado pelo DIEESE, praticado nos governos neoliberais de FHC e social-liberais do PT:

Tabela 8 - Evolução do salário mínimo de 1994 - 2015

Mês/ano	Salário mínimo nominal	Relação mínimo/DIEESE	Mês/ano	Salário mínimo nominal	Relação mínimo/DIEESE
Jul/1994	64,79	11%	Jan/2005	260,00	17,9%
Jan/1995	70,00	9,7%	Jan/2006	300,00	20,0%
Jan/1996	100,00	12,8%	Jan/2007	350,00	22,4%
Jan/1997	112,00	14,5%	Jan/2008	380,00	19,7%
Jan/1998	120,00	13,9%	Jan/2009	415,00	20,0%
Jan/1999	130,00	14,8%	Jan/2010	510,00	25,7%
Jan/2000	136,00	14,4%	Jan/2011	510,00	23,2%
Jan/2001	151,00	14,6%	Jan/2012	622,00	25,9%
Jan/2002	180,00	16,3%	Jan/2013	678,00	25,3%
Jan/2003	200,00	14,4%	Jan/2014	724,00	26,3%
Jan/2004	240,00	16,6%	Jan/2015	788,00	25,3%

Fonte: DIEESE

Elaboração própria

Ainda que reconheçamos que o poder de compra do salário mínimo legal tenha aumentado durante os governos Lula e Dilma, quando comparados aos anos de 1990, o que se verifica nos governos petistas, de fato, é que o salário mínimo alcança, no máximo, pouco mais de $\frac{1}{4}$ do SMN. Acrescente-se a isto o fato de que, durante o período de 2003-2012, a geração de empregos se concentrou na faixa salarial de $\frac{1}{2}$ a 3 salários mínimos (SM), ao mesmo tempo em que houve uma redução dos empregos na faixa salarial acima de 3 SM,

⁴³ Para calcular o SMN, o DIEESE produz o levantamento do preço médio dos 13 produtos alimentares que constam do decreto-lei n. 399/1938 e nas quantidades especificadas por este. Após, é calculado o gasto mensal agregado de cada um dos produtos. Considerando a unidade familiar típica como composta em média por dois adultos e duas crianças e o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, multiplica-se por três o preço mensal da cesta básica do DIEESE e o resultado é novamente multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol dos demais itens avaliados pelo Índice do Custo de Vida (ICV) e que entram também na cesta de consumo do SMN. (LUCE, 2018, p. 180)

(MACÁRIO, 2014), e que, segundo dados da PNAD de 2011, 55% da população trabalhadora recebeu até 3 SM (LUCE, 2018).

Diante disso, constatamos, portanto, que a maioria dos trabalhadores brasileiros foram remunerados abaixo do SMN, o que configura uma clara tendência à precarização do trabalho no Brasil e um nivelamento salarial por baixo. Em outras palavras, a força de trabalho está sendo remunerada abaixo do seu valor.

Outras marcas deste período são a predominância dos empregos de curta duração, a proliferação dos contratos de trabalho temporários, em tempo parcial, os vínculos terceirizados, dentre outros. Segundo dados da CUT e do DIEESE, o número de terceirizados no Brasil chegou a 12,7 milhões, em 2013. Estes trabalhadores, além de estarem mais propensos a acidentes de trabalho, recebiam, no período, 24,7% a menos do que aqueles que tinham contratos diretos com as empresas e trabalhavam três horas semanais a mais que os efetivos (CUT, 2014).

Ao analisar este alarmante panorama, Luce (2013) afirma que:

Os dados demonstram que o grosso da ‘classe C’ consiste de trabalhadores que cumprem longas jornadas, muitas vezes com ritmos extenuantes, que recebem abaixo do salário mínimo necessário, muitos deles sendo pessoas jurídicas (PJs), mas que atuam como trabalhadores terceirizados e sem direitos laborais. São trabalhadores que precisam, enfim, recorrer ao endividamento para acessar os valores de uso que deveriam fazer parte do elemento histórico-moral de sua força de trabalho, mas que não estão a seu alcance em condições normais devido a esta forma renovada de superexploração que se combina às demais (2013, p. 186-187).

Portanto, é possível concluir que o social-liberalismo dos governos petistas, embora tenha operado inflexões pontuais - na política salarial, por exemplo - aprofundou a flexibilização dos direitos trabalhistas, iniciada na década de 1990, e permitiu o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil.

As materializações históricas dos percursos brasileiros no século XXI bem revelam que a perspectiva de um desenvolvimento como um grande pacto nacional, que atenda aos interesses gerais da nação, tanto das frações burguesas como dos trabalhadores, para superar a dependência e subordinação do Brasil no plano mundial, tal qual defendida pelo *lulismo*, não é factível nos marcos do capitalismo e da divisão internacional do trabalho. Tais proposições constituem, na verdade, uma construção ideológica que disfarça projetos particulares, na forma de interesses gerais, já que o próprio desenvolvimento do capitalismo dependente tem por base a superexploração da força de trabalho.

3.5 Erosão do pacto social-liberal e Golpe de 2016: ofensiva do capital no contexto de acirramento da luta de classes

A manifestação da crise estrutural do capital, em fins de 2008, expandida ao longo do final da primeira década do século XXI e limiar da segunda para os países dependentes em todo o mundo, ocasionou a queda dos preços das *commodities* e retração do investimento internacional, pilares do atual padrão exportador de especialização produtiva na América Latina (OSÓRIO, 2012b). Para Alba Carvalho (2018), estamos diante do “esgotamento de uma determinada versão do modelo dependente de ajuste do Brasil ao capitalismo mundializado: o modelo rentista-neoextrativista” (2018, p. 9), que está em vigor há mais de 27 anos, inclusive nos 13 anos de governos Lula e Dilma, sob a via petista da conciliação de classes.

O social-liberalismo petista buscou forjar um pacto de classes, capaz de atuar nos efeitos mais perversos da questão social, ainda que permanecendo intacta a essência dos interesses do capital. Este pacto de classes implicou um processo permanente de despolitização, cooptação e desmobilização da classe trabalhadora, contando com a participação ativa de burocracias sindicais e lideranças de movimentos populares.

Em um contexto internacional desfavorável, sobretudo em relação à posição da China - importante destino das exportações brasileiras -, teve início a erosão da possibilidade de continuidade do pacto de classes no Brasil, fazendo emergir a crise brasileira contemporânea, como confluência da crise econômica e crise política, a expressar, de forma peculiar, a crise estrutural do capital (CARVALHO, 2018).

De fato, a crise do capital, inicialmente contrabalanceada por medidas anticíclicas - como desonerações e incentivos a setores industriais (automóveis e eletrodomésticos), bem como pelo aumento do crédito ao consumo e endividamento das famílias brasileiras - começou a dar sinais que se fizeram sentir com intensidade em meados do primeiro governo Dilma (2011-2014), no qual registrou crescimento econômico de apenas 0,1%, ao final da gestão.

O segundo mandato de Dilma Rousseff iniciou-se, em 2015, com a imposição de uma agenda neoliberal, marcada por dura austeridade e cortes em investimentos públicos, o que configura um *quarto ciclo de ajustes*, implicando, nas palavras de Carvalho e Guerra (2016, p. 272-273):

[...] em um ajuste à direita, a retomar a ortodoxia das políticas de ajuste, nos marcos da financeirização dependente e dos processos de acumulação por espoliação, a

privilegiar os interesses do capital, sem quaisquer limites do que pode ser nomeado de democracia de mercado.

Segundo Leda Paulani, “esse novo e fatal erro derrubou de vez a economia (o ano de 2015 fechou com queda de 3,8% no PIB e enorme elevação do desemprego) e abriu espaço político para a contestação do segundo mandato da presidente” (2016, p. 73-74).

A execução de medidas ortodoxas pelo governo Dilma não foi suficiente para contemplar as exigências imediatas dos diferentes segmentos do capital, especialmente do capital financeiro. Estava em curso o golpe que terminaria por levar o vice-presidente Michel Temer ao poder e que expressou a alternativa das forças do capital para manter as taxas de lucro, por meio da superexploração da força de trabalho e apropriação do fundo público. Segundo Carvalho (2018, p.11):

[...] as elites burguesas para manter suas taxas de lucro e de acumulação, em tempos de crise, deflagram um golpe de estado, depondo a presidenta democraticamente eleita, sem os devidos motivos jurídicos. A rigor, as elites não mais se satisfizeram com o chamado “social liberalismo petista”, efetivando um Golpe para impor o neoliberalismo mais violento e brutal, viabilizando a volta de um capitalismo selvagem, sem quaisquer controles democráticos.

Importante registrar que o golpe institucional ocorrido no Brasil não é uma anomalia na política internacional. Em tempos de crise estrutural do capital, é perceptível o aumento da ação de grupos de extrema-direita e fascistas, bem como rupturas democráticas em diversas partes do mundo, em especial na América Latina, como nos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e as tentativas de desestabilização na Venezuela. Nesse sentido, o neoliberalismo configura-se, desde sua origem, pelo ressurgimento de um pensamento conservador e defensor do *status quo* capitalista, afeito à concepção dos elitismos sociais. Esta matriz de pensamento se fundamenta na síntese que traz a valorização dos postulados do liberalismo econômico clássico com uma teoria política liberal conservadora, que defende graves restrições democráticas (BIANCHETTI, 1997). Portanto, democracia e capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal, são cada vez mais incompatíveis.

Avançando nesta caracterização, Álvaro Bianchi (2015) afirma que:

As últimas décadas presenciaram um estranho fenômeno no qual conservadorismo e liberalismo implodiram e de seus escombros nasceu um monstruoso híbrido. Uma nova linhagem do pensamento parece estar tomando forma. Seus protagonistas partilham o diagnóstico dos conservadores e desconfiam da democracia, a qual consideram uma fonte de corrupção, mas não veem no Estado a força ativa capaz de promover uma nação virtuosa. Denunciam como os antigos liberais o poder do Estado e seus arroubos autoritários, mas não acreditam que o ativismo da sociedade civil e a livre competição parlamentar seja capaz de produzir uma vida política saudável (2015, p. 2).

De acordo com Bianchi (2015), estamos diante de uma ofensiva conservadora-liberal, que se concentra, em especial, no terreno da moral e da cultura. Caracteriza-se por um amálgama contraditório em que as mesmas pessoas que iam aos protestos contra “a corrupção dos governos petistas”, ostentavam cartazes a favor da sonegação fiscal como forma de se contrapor à intervenção do Estado na economia; que são contrários a ingerência do Estado na vida privada dos cidadãos, mas cobram a proibição legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a criminalização da mulher que pratica aborto e dos usuários de drogas. Pedem o fim da “doutrinação” nas escolas, mas defendem a obrigatoriedade do ensino religioso. Para o autor,

Este híbrido poderia receber vários nomes, mas creio que o mais apropriado seria chamá-lo de conservadorismo-liberal, pois é o primeiro termo que tem predominado sobre o segundo. É verdade que o liberalismo brasileiro sempre foi “da porteira para fora”. Foi capaz de acomodar-se placidamente ao abominável instituto da escravidão no século XIX e no século XX nunca ocultou seu racismo e sua demofobia. Mas também é verdade que até então não havia renunciado, ao menos formalmente, ao princípio da liberdade política. O novo conservadorismo-liberal simplesmente defenestrou esse princípio. Do liberalismo precedente o novo conservadorismo-liberal manteve, principalmente, a defesa do livre-mercado (BIANCHI, 2015, p. 3).

Do ponto de vista das classes dominantes, o acirramento da crise do capital, nos últimos anos, exigia uma política intensificada de desmonte de direitos sociais e trabalhistas que permitisse um aumento, ainda mais brutal, da superexploração da força de trabalho no Brasil. Juntaram-se a isto, determinados elementos políticos: os posicionamentos da alta classe média, como força militante em grandes manifestações de rua; a grande mídia e sua cobertura manipulatória sobre as denúncias de corrupção no escândalo do “Petrolão”; o apoio irrestrito de setores do capital privado interno e internacional que ambicionavam a privatização da Petrobrás e, ainda, a atuação de grupos políticos interessados em “estancar a sangria” promovida pela Operação Lava-Jato.

Importante destacar o grande protagonismo político assumido pelo Judiciário brasileiro, em articulação com os poderosos grupos midiáticos monopolistas, no processo em curso do Golpe. Para Carvalho (2018):

Em verdade, a “Lava-Jato”, em seu mecanismo de combate à corrupção, abriu uma Caixa de Pandora de desestruturação do Estado de Direito. De fato, para seguir em sua proclamada e fetichizada cruzada contra a corrupção, implementou, como grande estratégia, uma flexibilização das leis, dos direitos, das salva-guardas, das proteções legais (2018, p. 15)

E mais,

A Lava-Jato mostra, de forma emblemática, o papel de peso dos grandes meios de comunicação. De forma incontestável, a Grande Mídia, negócio privado e monopolista, cumpre um papel decisivo ao longo de toda a arquitetura do Golpe 16, desenvolvendo o que Leda Paulani denominou de “*Terrorismo Midiático*”, no

sentido de legitimar ideologicamente este golpe, em diferentes momentos, ao longo destes quase dois anos (2018, p. 16)

E, assim, constituiu-se o cenário político da ofensiva neoliberal restauradora, fundada na radicalização das políticas neoliberais, no desmonte de direitos sociais, espoliação das riquezas nacionais e desmanche de políticas públicas, penalizando, fortemente, a classe trabalhadora. Como afirma Ruy Braga (2016, p.60),

[...] as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários; um ajuste fiscal ainda mais radical, que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista.

O governo ilegítimo, capitaneado por Michel Temer (MDB), com apoio dos tucanos do PSDB, aplicou à risca o programa contido no documento intitulado *Uma ponte para o futuro*, em que é apresentada uma política neoliberal plena e ortodoxa. Avalia Leda Paulani (2016, p.74):

A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões de Lula e Dilma.

Dessa forma, está em curso a destruição dos direitos sociais, garantidos pela Constituição Federal de 1988. De fato, ao longo da pesada arquitetura do Golpe 2016, vem sendo desestruturada a lógica de cidadania fundante do texto constitucional, com a imposição da lógica do financismo. De acordo com Giovanni Alves (2017, p.104):

O desmonte da Nação implica em abolir direitos conquistados nas últimas décadas vinculados ao projeto de civilização brasileira. Desmontar a CLT e abolir a parte social da Constituição de 1988 faz parte do conjunto de reformas neoliberais do governo Temer visando satisfazer os interesses do bloco neoliberal no poder (burguesia rentista-parasitária hegemônica com aliança com a burguesia agroexportadora, e a burguesia interna, que se beneficia das benesses do Estado, capturado pelos interesses rentistas)

Uma nítida expressão de tal desmonte da Nação é a aprovação de Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os gastos sociais, em especial, saúde e educação⁴⁴.

Evidenciam-se, também, mudanças na política externa, com o abandono de parcerias Sul-Sul e um maior alinhamento com o imperialismo norte-americano, bem como as contrarreformas do Ensino Médio, das leis trabalhistas e da Previdência Social.

O golpe institucional de 2016 representa, desta forma, uma nova inflexão no projeto das classes dominantes no Brasil. A rigor, em meio a um aprofundamento da crise estrutural do capital, afirmou-se, como marca do sistema do capital contemporâneo, o retorno

⁴⁴ Conferir matéria do *El Pais* **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida:** https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html.

à ortodoxia do neoliberalismo, ausente de concessões mínimas aos segmentos dos trabalhadores. Neste contexto, como afirma Carvalho:

Está em marcha a imposição de uma nova configuração de Estado, de caráter conservador e autoritário, com um crescente fechamento democrático. É um Estado submetido aos interesses do financismo, nos marcos de uma exacerbação de neoliberalismo, com um amplo retrocesso no campo dos direitos sociais e trabalhistas que remontam a um Brasil de 80 anos atrás, um Brasil pré-Vargas! (CARVALHO, 2017b, p. 3-4).

Assim, está em curso - e em um ritmo acelerado - as retiradas de direitos sociais e o desmonte absoluto de qualquer legislação que ponha limites à superexploração da força de trabalho.

3.6 Contrarreforma Trabalhista e o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil

A aprovação da Contrarreforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e a imediata sanção por Temer, representa o retorno às condições de trabalho análogas ao período anterior a 1930, modificando cerca de 200 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tal contrarreforma é a expressão superestrutural, nos marcos da legislação, do processo de superexploração da força de trabalho. Dessa forma, o Estado age de forma a sancionar legalmente os mecanismos em vigor de violação do valor da força de trabalho.

Dentre os pontos mais nefastos da referida contrarreforma encontram-se a prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo que inclua perda de direitos garantidos por lei; o trabalho intermitente, pelo qual o trabalhador será remunerado somente pelas horas que efetivamente trabalhou, ainda que tenha permanecido à disposição da empresa por mais horas; a possibilidade de trabalho insalubre para a gestante.

Além disso, libera a terceirização de forma irrestrita, possibilita a extensão da jornada diária para além de 10 horas, bem como o parcelamento das férias em três períodos; reduz o intervalo para almoço para o mínimo de meia hora, para quem trabalha oito horas diárias ou 15 minutos, para quem trabalha seis horas diárias; dificulta o acesso dos trabalhadores à Justiça do Trabalho e ataca, de forma feroz, a representação sindical (DIEESE, 2017). Outra medida de forte impacto para o sindicalismo brasileiro é a eliminação do imposto sindical, que impõe novos desafios, em um cenário desfavorável, para a atuação política da classe trabalhadora. Estas medidas, como veremos no próximo segmento, já se fazem sentir no setor da construção civil em Fortaleza.

Tais medidas neoliberais adotadas pelo governo golpista de Temer (o Teto dos Gastos Públicos/Emenda Constitucional 95, a Lei da Terceirização e a Reforma Trabalhista,

além do projeto de Reforma da Previdência), em meio a uma profunda recessão econômica, agravam o desemprego e as formas mais nefastas de subemprego. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (2018), no primeiro trimestre deste ano, o país tinha 27,7 milhões de trabalhadores subutilizados – 1,2 milhão a mais do que nos três meses imediatamente anteriores. Desses 27,7 milhões, cerca de 10 milhões são de mulheres negras⁴⁵. O índice de desemprego, segundo o IBGE (2018), alcançou o percentual de 13,1% no primeiro trimestre de 2018, em um total de 13,7 milhões de pessoas desocupadas no País.

A alardeada promessa do Governo Temer de que a aprovação da Contrarreforma Trabalhista impulsionaria a geração de empregos no País⁴⁶ não se efetivou, mas ao contrário, promoveu a ampliação do exército industrial de reserva (EIR), a constituir-se como um elemento intensificador da superexploração da força de trabalho.

Vivenciamos, portanto, um quadro de “modernização catastrófica” (ALVES, 2017), a desenhar um País ainda mais desigual. Para Giovanni Alves (2017, p.104-105):

O motor do crescimento da economia capitalista contido nas reformas neoliberais de Temer é a espoliação de direitos como condição para o aumento da taxa de mais-valia, visando restaurar a lucratividade no país. O desenvolvimento do capitalismo brasileiro exige como necessidade radical a queda do custo de reprodução da força de trabalho nas condições históricas de um capitalismo de modernização catastrófica. As reformas trabalhistas e reforma previdenciária visam resolver a crise de lucratividade do capitalismo brasileiro e a disputa orçamentária entre as necessidades sociais da Nação e os interesses do capital rentista-parasitário, hegemônico no bloco do poder.

Concernente ao novo padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012b), sustentado pelo investimento externo direto (IED), nos marcos da mundialização do capital, a Contrarreforma Trabalhista tem como objetivo reduzir custos e baratear a força de trabalho, a fim de disputar, em melhores condições, a atração, para o País, do capital internacional. Portanto, o desmonte, em curso, da legislação protetora do trabalho configura-se como um mecanismo a intensificar a dependência estrutural do Brasil, mediante o aumento da subordinação ao capital mundializado. Segundo Alves (2017, p.108):

O aprofundamento da fragmentação do mundo do trabalho levado a cabo pela terceirização e reforma trabalhista aponta para uma Quinta República - caso tenhamos eleições democráticas em 2018 - com “pés de barro”, devido aos conflitos sociais que devem abalar a institucionalidade caduca do capital.

⁴⁵ Conferir em: **Pesquisadores apontam 'efeito devastador' da 'reforma trabalhista' de Temer**. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/07/pesquisadores-apontam-efeito-devastador-da-reforma-trabalhista-de-temer>>

⁴⁶ Conferir em: **Reforma trabalhista vai gerar 6 milhões de empregos, diz Meirelles**. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/politica/5176096/reforma-trabalhista-vai-gerar-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles>>

O País vivencia, portanto, o mais brutal desmonte das leis trabalhistas e da proteção social, um verdadeiro “capitalismo selvagem”, sem regulações democráticas mínimas, condizente com o padrão de acumulação em países dependentes, que se intensifica, ainda mais, em tempos de crise estrutural do capital.

3.7 Ofensiva conservadora-liberal e a eleição de Jair Bolsonaro (PSL)

Antonio Gramsci (2000), ao analisar a Itália fascista de seu tempo, tomando por base as reflexões de Marx sobre a sociedade capitalista, afirma que em tempos de crise orgânica do capital, quando o velho mundo ainda não pereceu e o novo ainda tarda a nascer, podem irromper monstros. O monstro do fascismo, sem dúvidas, se relacionava ao momento histórico de grave decadência da sociedade burguesa, não apenas nos aspectos econômicos e políticos, mas também culturais e ideológicos. A crise contemporânea brasileira parece ter encontrado seus próprios monstros.

Ao fazer referência às eleições de outubro de 2018, a historiadora Anita Leocádia Prestes (2018) afirma:

É necessário ter presente que a atual campanha eleitoral adquiriu características especiais: não estamos diante de uma campanha “normal”; ela acontece no bojo de grave crise econômica, social e política, marcada pela presença de um altíssimo índice de desemprego, de crescente deterioração das condições de vida de milhões de brasileiros, de acentuada insatisfação popular com a chamada “classe política” tanto pela sua inoperância quanto pelas denúncias de corrupção – expediente utilizado pela direita contra o PT, mas que contribuiu para o desgaste da maior parte dos partidos e dos políticos (2018, p. 2).

Os percursos de “golpes dentro do Golpe” (CARVALHO, 2018), iniciado em 2016, resultaram na vitória do candidato da extrema direita Jair Bolsonaro (PSL) nas eleições presidenciais de 2018, com 39% dos votos (ou 57 milhões), contra Fernando Haddad (PT), que obteve 32% dos votos (ou 47 milhões) no segundo turno eleitoral.

A direita e a extrema-direita brasileiras se uniram taticamente contra o petismo e forjaram uma trama para tirar do páreo eleitoral o seu principal oponente: Lula, condenado e preso sem provas contundentes, como resta demonstrado pelas recentes denúncias realizadas pelo portal Intercept Brasil⁴⁷. Ainda que Bolsonaro não fosse o candidato favorito das classes dominantes, sua candidatura se fortaleceu à medida que os partidos mais diretamente associados à Temer (MDB e PSDB) viram suas rejeições dispararem.

⁴⁷ Conferir o dossiê **As mensagens secretas da Lava Jato**. Disponível em:<<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>

A articulação que envolveu o capital financeiro internacional, o latifúndio, setores industriais, a grande mídia, grupos religiosos ligados ao “mercado da fé”, setores médios da sociedade e um milionário esquema de produção e compartilhamento de mentiras⁴⁸, eufemisticamente chamadas de *Fake News*, assegurou o caminho que levou ao poder um candidato que, em 27 anos de vida pública, nada tinha feito de significativo. Ainda de acordo com Anita Prestes (2018), escrevendo antes do primeiro turno das eleições:

Uma eventual vitória eleitoral de Jair Bolsonaro significaria a opção pelo fascismo de setores da extrema direita do capital financeiro internacionalizado na busca de uma saída anti-povo para a grave crise que afeta o Brasil nos últimos anos. Certamente, não é por acaso que o economista Paulo Guedes, seu principal assessor e provável ministro da Fazenda do seu governo, é um dos fundadores do Instituto Millenium (Imil), entidade que sabidamente defende e difunde os valores e os interesses do grande capital (2018, p. 2).

Assim, o fascismo é a alternativa à qual os setores mais reacionários do capital financeiro recorrem para garantir seus interesses de classe. Fascismo, nesse sentido, é entendido não apenas como forma de governo, mas também como fenômeno social e ideológico. A ameaça fascista desperta forças reacionárias presentes na sociedade. Não à toa, passou de 50 o número de atentados praticados durante a campanha pelos seguidores de Bolsonaro⁴⁹, em 18 estados e no Distrito Federal.

Ao considerar o fato de que grande parte da classe trabalhadora brasileira votou e legitimou a candidatura fascista de Bolsonaro, Mauro Iasi (2018) nos lembra de que não há uma correspondência mecânica entre o ser da classe e sua consciência. Em outras palavras, as transformações, nas últimas décadas, no mundo do trabalho e na morfologia da classe trabalhadora, mesmo não alterando sua centralidade na ordem capitalista contemporânea, somadas à política de conciliação de classes, empreendida pelos governos do PT, nos últimos treze anos, produziram efeitos importantes nas formas de consciência desta classe. Segundo Iasi (2018):

[...] quando analisamos o movimento objetivo da classe trabalhadora desde a crise da autocracia burguesa nos anos 1970 até hoje, vemos claramente um processo no interior do qual se tornou possível a fusão de classe e a passagem para uma classe em si nos anos 1980, seguida de uma interrupção nesse caminho e sua desconstrução como classe que culmina no período de conciliação de classes dos governos petistas e sua reversão à serialidade no período recente (2018, p. 4)

Esse processo levou à fragmentação dos trabalhadores. Ainda segundo Iasi (2018, p.5):

⁴⁸ **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>

⁴⁹ **Apoiadores de Bolsonaro realizaram 50 agressões no início de outubro.** Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>

romperam-se os laços que os uniam, eles se dispersaram geograficamente, foram derrotados politicamente (em parte, traídos), serializaram-se. Mas, uma vez fragmentados, invisíveis e desprezados, ainda existem e em seu conjunto são os responsáveis pela produção e distribuição de tudo que é necessário à existência, desde produtos, serviços, manutenção e tudo que faz a materialidade da economia girar em favor do capital. Uma vez quebrados em sua unidade política de classe, voltam-se a outras formas de pertencimento e grupalização, na qual expressam seus interesses imediatos e os elementos constitutivos de sua cultura.

Coube à extrema-direita fascista manipular e direcionar o profundo descontentamento e o ódio de parte da classe trabalhadora com o sistema político e com a degradação da vida e do trabalho, no contexto da grave crise do sistema capitalista. O discurso marcadamente antipetista e conservador no âmbito da moral e dos costumes obliterou o programa ultraneoliberal de desmanche das políticas públicas e retirada de direitos sociais e trabalhistas.

A ofensiva conservadora-liberal, portanto, se intensifica no Brasil a partir do governo Bolsonaro, ao por em prática uma agenda de contrarreformas que tem como resultado o incremento da superexploração da força de trabalho, privatizações, desmanche das políticas sociais, perseguições políticas, restrições democráticas e um alinhamento automático mais estreito com o imperialismo norte-americano, recolocando em bases ainda mais dramáticas a situação de dependência do capitalismo brasileiro.

Instaura-se um Estado inteiramente voltado para os interesses do capital, a assumir políticas ultraneoliberais, fragilizando, cada vez mais, a soberania nacional. É um Estado autoritário, conservador e reacionário, a desconsiderar pactos e regulações democráticas.

4 A INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NO BRASIL: DESIGUALDADES REGIONAIS, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O PERFIL DO “PEÃO” DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA

4.1 A indústria da construção civil brasileira no contexto do novo padrão de reprodução do capital na América Latina

O atual padrão de reprodução do capital na América Latina, que ganha forma em meados dos anos 1980, emerge no contexto da mundialização do capital. Tal padrão é denominado por Osório (2012b) como padrão exportador de especialização produtiva. Segundo o autor:

Fala-se em *especialização produtiva* como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou *maquila*) ou de serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens comparativas na produção e no comércio internacional (2012b, p. 111)

A produção dos novos bens requer, no padrão atual, um maior grau de elaboração, a exemplo dos bens secundários com algum nível de processamento industrial, seja de produção local, seja de montadoras/maquiladoras. As atividades orientadas, em especial, para o reduzido e concentrado mercado interno ficam a cargo, em grande parte, dos capitais privados locais, a exemplo da indústria da construção civil brasileira.

No Brasil, a indústria da construção civil, ao lado dos setores ligados ao agronegócio, foi, nos últimos anos, um dos pilares da economia nacional, no contexto do atual padrão de reprodução do capital. O setor ganhou forte impulso, a partir de 2009, com a criação do Programa MCMV, com as obras para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, tornando-se um dos elementos-chave para o ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo, empreendido nos governos petistas.

O período de 2007 a 2014, em especial, trouxe crescimento da economia e mudanças na estrutura do trabalho brasileiro, com aumento do assalariamento, com destaque para os empregos de carteira assinada e diminuição das inserções vulneráveis (emprego ilegal e autônomo). O dinamismo da indústria da construção civil se explicita quando comparamos a variação do PIB deste setor com o PIB industrial brasileiro.

Tabela 9 - Taxa de variação do PIB – Indústria no Brasil e construção civil*

Acumulada em 4 trimestres em (%)

ANO	INDÚSTRIA	CONSTRUÇÃO CIVIL
2004	8,2	10,7
2005	2,0	- 2,1
2006	2,0	0,3
2007	6,2	9,2
2008	4,1	4,9
2009	- 4,7	7,0
2010	10,2	13,1
2011	4,1	8,2
2012	- 0,7	3,2
2013	2,2	4,5
2014	- 1,5	- 2,1
2015	- 5,8	- 9,0
2016	- 4,6	- 10,0
2017	- 0,5	- 7,5
2018	1,3	- 2,5

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

OBS.: * Nova Série das Contas Nacionais - Referência 2010.

Os dados do IBGE, obtidos junto ao banco de dados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC, evidenciam a retomada da produção industrial brasileira, a partir de 2007, durante o segundo governo Lula (2007-2010), marcado pela articulação híbrida de políticas de ajuste com o chamado neodesenvolvimentismo. Nesse cenário, a indústria da construção civil alcança importante destaque, alavancado, em grande parte, pelos incentivos governamentais e obras de infraestrutura. Em 2009, por exemplo, em meio à deflagração da crise internacional no ano anterior, este setor deu mostras de vitalidade, ao alcançar a variação de 7% no PIB, em contraposição à produção industrial, em geral, que apresentou forte queda neste mesmo ano. Este importante dinamismo se manteve até 2013 quando, em meio ao agravamento da crise do capital em solo brasileiro, a indústria e a construção civil, em especial, passam a acumular grandes perdas.

Outro importante dado, a respeito da importância da indústria da construção civil no atual padrão de reprodução do capital no Brasil, é a participação deste setor em relação à população ocupada no país. É o que verificamos, a seguir, na Tabela 10:

Tabela 10 - Participação da indústria da construção na população ocupada

Ano	Pessoas Ocupadas		Participação Relativa da Construção Civil na População Ocupada Total (%)
	Brasil	Construção Civil	
2000	78.744.515	5.579.533	7,09
2001	79.340.589	5.603.994	7,06
2002	82.416.557	5.851.946	7,10
2003	83.770.062	5.652.633	6,75
2004	87.942.470	5.862.069	6,67
2005	90.538.826	6.135.556	6,78
2006	93.049.796	6.201.572	6,66
2007	94.551.694	6.514.359	6,89
2008	95.720.196	6.833.562	7,14
2009	96.559.173	7.229.909	7,49
2010	98.116.218	7.844.451	8,00
2011	99.560.157	8.099.182	8,13
2012	100.960.268	8.578.192	8,50
2013	102.537.398	8.808.155	8,59
2014	105.472.678	9.149.114	8,67
2015	101.955.076	8.639.884	8,47
2016	100.362.394	8.033.881	8,00

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Elaboração: Banco de Dados-CBIC.

Observa-se, pelos dados do IBGE, o ano de 2007 como marco da decisiva retoma da participação da indústria da construção civil na composição do quadro total da população ocupada no Brasil, o que indica a importante geração de emprego, durante a última década. O crescimento se mantém constante até 2014, quando se tem o agravamento da crise contemporânea brasileira, atingindo, em consequência, o referido setor.

4.2 A indústria da construção civil na dinâmica econômica do Ceará

Ao analisarmos as atividades que, historicamente, têm protagonizado a economia cearense, constata-se que os investimentos realizados em terras alencarinhas se fazem, preferencialmente, em ramos intensivos no uso de força de trabalho, a exemplo da construção civil. No processo de industrialização nordestino, que marcou as décadas de 50 e 60 do século XX, levado adiante através da intervenção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Ceará concentrou esforços no desenvolvimento da indústria tradicional (têxtil, alimentícia e vestuários) - marcada pelo uso intensivo de força de trabalho - e com predomínio de indústrias de médio porte (ABU-EL-HAJ, 1997).

Segundo Maria Isabel Furtado (1985), até a década de 50 existiam no Ceará poucas empresas de construção civil:

É somente com a intervenção do Estado neste subsetor, através do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação, que passa a financiar diretamente a produção e o consumo de moradias, que a atividade habitacional se expande no Ceará. O impulso na produção de habitações no estado se faz sentir não apenas na criação de moradias para atender a população de baixa renda (conjuntos habitacionais), como também para atender as camadas de renda média e alta, que coincide com o crescimento vertical da cidade de Fortaleza, em fins da década de 60 e início da década de 70. (...) Na realidade o subsetor habitacional absorve uma parcela significativa da mão-de-obra no estado do Ceará. Para manter relativamente razoável as taxas de emprego, o governo incentiva a manutenção de processos produtivos manuais, altamente tradicionais na produção habitacional (1985, p. 50-51).

Explicita-se, também no Ceará, o histórico padrão nacional de forte imbricação entre o Estado e a expansão e consolidação da indústria da construção civil. Além disso, o estado reproduz, no período das décadas de 50, 60 e 70 do século XX, a tendência do poder público em não investir, de forma intencional, em inovações tecnológicas incorporadas ao processo do trabalho, como estratégia para mitigar a grave problemática do desemprego. A exploração dos trabalhadores da indústria da construção civil em terras cearenses, no período supracitado, teria por base, portanto, uma combinação entre aumento da jornada laboral, intensificação do ritmo de trabalho e “arrocho” salarial.

Na contemporaneidade cearense, em um contexto de intensa reestruturação produtiva, a indústria da construção civil tem se constituído como um pilar de fundamental importância para a expansão econômica do Estado. Segundo dados coletados junto ao IPECE (2012b), entre 2007 e 2010, esse ramo industrial registrou o maior aumento relativo dos vínculos formais de emprego em Fortaleza, uma expansão na ordem de 104,49%. Ainda segundo o referido instituto, essa expansão considerável está relacionada aos incentivos governamentais para a produção, que envolvem crédito facilitado e redução de impostos sobre materiais de construção.

No cenário do Brasil do Presente, enquanto o PIB brasileiro cresceu a taxas médias de 3,62% ao ano, entre 2000 e 2011, o PIB do Ceará cresceu, no mesmo período, a 4,39% ao ano (MACÁRIO, 2014). No ano de 2012, enquanto o PIB nacional cresceu 1,0%, o PIB cearense manteve o bom ritmo e cresceu 3,65% (IPECE, 2012a).

Em estudo do DIEESE de 2016, o Ceará possuía o 13º maior PIB brasileiro, dentre os 26 estados da federação mais o Distrito Federal, porém, contava com a pior remuneração média do emprego formal do País (R\$1.712), ficando abaixo de estados que possuem PIB's menores, como Roraima (R\$2.460), Acre (R\$2.297), Amapá (R\$2.769), Piauí, Maranhão e Sergipe (DIEESE, 2016a).

Desse modo, os dados trazem indícios de que a expansão econômica no Ceará tem sido sustentada pelo incremento da superexploração da força de trabalho no estado, com especial destaque para os ramos intensivos no uso de força de trabalho. Esse traço característico e estrutural na dinâmica industrial do estado constitui-se como elemento decisivo para a reprodução de uma divisão inter-regional do trabalho no País, com a concentração de um parque industrial dinâmico no Sudeste, em detrimento de outras regiões. Dessa forma, tem-se a continuidade do modelo nacional de desenvolvimento desigual e combinado⁵⁰, com a permanente reprodução de desigualdades socioespaciais.

4.3 Expansão e reestruturação produtiva da indústria da construção civil no Brasil e em Fortaleza

Na tentativa de abandonar o estigma de ser um dos setores mais atrasados da economia, a construção civil passou por um intenso processo de reestruturação produtiva⁵¹ no sentido da “toyotização” da forma de organização do trabalho, a envolver “redução de custos, automação, simplificação, relativo incremento tecnológico e modificações dos dispositivos organizacionais” (QUEIROZ, 2009, p. 151). Este processo é destacado na fala do ex-diretor Marighella e atual assessor do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil:

A construção civil, no seu início, tinha uma forma bem artesanal, tudo era artesanal. Os andaimes eram tudo de madeira, a estrutura, a forma de fazer... a própria massa, muitas vezes, era mexida manualmente, né? Mas assim, mais recentemente nos últimos anos, teve uma mudança muito grande... Mais precisamente assim, houve uma avanço, modernização, tanto na questão da mão de obra, como também nos materiais que foram introduzidos. Antes a gente tinha obra que era feita só com tijolo. Hoje eles tem obras, na parte externa, toda feita com tijolo, na parte interna, a maior parte, a divisória é de bloco de gesso... os pré-moldado de gesso, um número bem maior. E, pra economizar materiais e acabamentos, eles fazem a parte externa da obra todinha de tijolo, aí essa parte tem que ser material é mais resistente: ou é bloco de concreto, ou é bloco de cerâmica, coisa desse tipo. Aí eles fazem todo o piso da casa, do pavimento todinho, depois é que vão fazendo as divisórias com as coisas de cozinha, com essa coisa toda (Marighella, 2018).

A reestruturação produtiva, ora em curso, com uso de maquinarias modernas, novos materiais e racionalização na gestão do trabalho, aumentou a produtividade das grandes empresas, ao mesmo tempo em que demanda uma menor contratação de trabalhadores em

⁵⁰ Com apoio nas formulações de Francisco de Oliveira (2013) para o entendimento do desenvolvimento contraditório do capitalismo no Brasil, contidas nas obras *Crítica a razão dualista / o ornitorrinco*.

⁵¹ De acordo com Alves (2011, p. 30) “capital não pode subsistir sem revolucionar, de modo constante, os meios de produção. A intensa e incansável pressão no sentido de revolucionar a produção tende a extrapolar, impondo transformações nas ‘condições de produção’ (ou ‘relações produtivas’), ‘e, com elas, em todas as condições e relações sociais’”.

fases específicas do processo produtivo. É o que se constata na seguinte fala do diretor da entidade sindical:

Você vê, hoje já existe uma máquina pra fazer reboco, uma máquina pra pintar, que antes não tinha. E isso diminui o número de trabalhadores. Não quer dizer que o sistema operacional é todo tecnológico. Existe também a contribuição do trabalhador, mas diminuiu, né? Então assim, o lucro para o empresário aumentou, e as condições de vida para o trabalhador pioraram (Prestes, março de 2018).

Durante a pesquisa de campo, via enquete, buscamos apreender a percepção dos/as trabalhadores/as a respeito das expressões da reestruturação produtiva no setor, ocorridas nos últimos cinco anos. A Tabela abaixo indica o percentual de respostas afirmativas em relação a cada item:

Tabela 11 – Mudanças no mundo do trabalho da construção civil em Fortaleza

Aumento da rotatividade de trabalhadores	61%
Trabalho em equipe	88%
Metas de produção	70%
Cumprir mais de uma função no trabalho	45%
Modernização do maquinário	83%
Uso de novos materiais	91%
Treinamentos/curso de qualificação profissional	78%
Gerência procura escutar opinião dos trabalhadores	62%
Aumento da terceirização	79%
O trabalho ficou mais intenso	81%
Os intervalos e as pausas são respeitados pela empresa	79%
Aumento das mulheres no canteiro de obra	63%
Melhorou as condições de salário	21%
Diminuiu o salário recebido	79%

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.

Elaboração própria

Podemos observar, a partir da percepção dos/das entrevistados/as, elementos típicos da reestruturação produtiva na indústria, como modernização do maquinário e uso de novos materiais, mas, em especial, aqueles relacionados às novas formas de gestão da força de trabalho, tais como o trabalho em equipe, na qual os próprios trabalhadores/as assumem, grande parte, da supervisão de uns em relação aos outros; estabelecimento de metas de produção, com o correspondente aumento da intensificação do trabalho; e treinamentos e cursos de qualificação profissional ofertados pela empresa. Estas transformações/ inovações, em seu conjunto, engendram novos Modos de Socialização pelo Trabalho, entendidos, de acordo com Villela (2008) como “(...) a preparação dos indivíduos em uma empresa para o

uso dos meios técnicos disponíveis na sociedade”, ocasionando “aceitação e a disposição do tempo e de si em proveito de uma lógica do capital que assumimos sem reflexão, isto é, de forma estranhada” (2008, p. 40-41). Em outras palavras, estamos diante do fenômeno da “captura da subjetividade” do trabalho pelo capital (ALVES, 2011), típico dos processos do toyotismo, a configurar uma nova ideologia do capitalismo mundializado e da acumulação “flexível”.

Segundo Villela (2008), alguns exemplos destas mudanças em curso, que deram origem a expressão *Fast Construction* (Construção Rápida), podem ser elencados, tais como: a Produção Enxuta; programas de Qualidade Total; Racionalização dos Processos de Trabalho em Escritório; Logística e Racionalização do Canteiro de Obras; Horizontalização das Empresas; Organizações em Constante Aprendizagem; Gestão Participativa; Políticas de Engajamento e Fixação dos Trabalhadores à Empresa; Terceirizações; e Novas Estratégias Organizacionais. Ainda segundo o autor:

Quando se utiliza a expressão “Fast” Construction, logo se pensa em indústria da alimentação do tipo “Fast” Food. O paralelo é plausível, trata-se de um processo de “macdonaldização” da construção. Nesta “construção rápida” os recordes são impressionantes: obras com menos de 40 dias, seleção de tecnologia construtiva que mescla componentes avançados e tradicionais, tais como, “Steel Deck”, “Tilt-up”, “Built to Suit”, gestão de projetos do tipo “Fast Track”, “Turn-Key”, etc. (VILLELA, 2008, p. 42)

A fala do assessor sindical bem ilustra o processo de “macdonaldização” da construção civil:

Você faz a estrutura de bloco... o custo, tanto do material, como da mão de obra, diminuem... porque se você vai trabalhar a base de tijolo, demanda tempo pra subir os materiais, né? Como são bloquinhos ‘menor’ dá mais trabalho pra arrumar de um por um... e ainda tinha a massa, que a gente tem que fazer a argamassa, depois tem que rebocar... isso antigamente, né? Mas hoje não. Hoje tem bloco de gesso que, quando monta, praticamente é feito só um rejunte, não tem mais negócio de reboco... é só uma regularização nos blocos e a aplicação de massa PVA, látex. E a obra fica mais rápida (Marighella, julho 2018).

Além do uso de novos materiais, a intensificação do ritmo de trabalho, muitas vezes negligenciando aspectos da segurança, é outro elemento que nos ajuda a compreender a “construção rápida”. A técnica de segurança Soledad, em entrevista em junho deste ano, nos diz:

O cara quer fazer a atividade dele rápido, quer fazer rápido porque ele sabe que vai sofrer cobrança, porque ele sabe que o tempo que ele leva pra executar uma tarefa é considerado né, tem várias pessoas observando ele, tem várias olhando, tem encarregados que tem essa função direta e ele quer a produção dele também, então as vezes ele usa desculpas pros equipamentos, nenhum EPI é confortável né, você precisa se adaptar a ele, e como a nossa cultura é realmente ainda de um trabalho muito sem cuidado, você convencer uma pessoa de que ela tem que usar uma luva se torna uma coisa muito difícil, que tem que colocar um plug, protetor auricular, porque eles sempre vão pro ponto do incomodo, dizem que “ah isso aqui eu não

consigo fazer”, mas você percebe que é questão de adaptação. No começo a atividade fica mais lenta, mas a medida que você se acostuma com aquilo ali, ele consegue executar aquela atividade tranquilamente e fazer de maneira segura (Soledad, junho de 2019).

A “construção rápida” (*fast construction*) é um elemento essencial da modernização do setor, pois traz, em seu bojo, a diminuição do tempo do ciclo do capital na construção civil. Com isso, o edifício, enquanto capital-mercadoria (M’), rapidamente entra na segunda fase da circulação (C2), retornando para o industrial, depois de vendido, sob a forma de capital-dinheiro (D’), acrescido da mais-valia extraída na exploração dos trabalhadores. Este processo possibilita, em tempo cada vez menor, o reinício de um novo ciclo do capital neste ramo da economia.

As grandes transformações na indústria da construção civil, no entanto, expandem-se de maneira desigual pelas regiões do País. É o que revela a fala seguinte do ex-diretor do STICCRMF:

Assim, aqui no Nordeste tá chegando agora essas mudanças, no Sul já existia há muito tempo, aí entre 1998 e 2001 já existia essas estruturas, né? Em São Paulo, por exemplo, levava parede de prédio, com 3 andares, pronto, as paredes prontas. Concreto misturado com isopor e gesso. Aqui no Ceará ainda não chegou tão forte essas paredes prontas, mas o gesso já tá tomando o mercado da construção civil. Já tem prédio completo que a estrutura todinha, por dentro, as divisões é só gesso. Então, com isso, muda muito a vida do trabalhador da construção civil. Dificulta mais o emprego pra o pedreiro, o carpinteiro, ferreiro, o servente (Lamarca, junho de 2018).

O diretor sindical, entrevistado em março de 2018, enfatiza como essa desigualdade socioespacial penaliza fortemente a região Nordeste:

Essas mudanças são nacionais, mas aqui no Ceará, como na região Nordeste, de uma forma muito mais precária, muito mais precarizada. Precária no sentido de não ter assistência pro trabalhador, no sentido de não ter EPI’s [equipamento de proteção individual] de qualidade, de não ter as condições dignas para que o trabalhador possa desenvolver seu trabalho (Prestes, março de 2018).

É possível perceber profundos contrastes regionais no setor da construção civil, com clara tendência a uma maior precarização das relações de trabalho na região Nordeste. Destacamos, no entanto, que este quadro não é uma anomalia na economia brasileira, mas ao contrário, como aponta o sociólogo Francisco de Oliveira (2013) as estruturas ditas “arcaicas” funcionam como propulsoras para a acumulação de capital em solo brasileiro. Em outras palavras, o “arcaico” e o “moderno”, antes vistos como dualidades excludentes, são, na verdade, estruturas articuladas que retroalimentam e particularizam o capitalismo no Brasil, perfazendo uma unidade contraditória (OLIVEIRA, 2013).

Prova disto, é que mesmo no período de forte expansão da indústria da construção civil, entre 2010 e 2014, o setor permaneceu com índices relativamente elevados de

precarização do trabalho em todas as regiões analisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE. Em Fortaleza, por exemplo, apesar do aumento na construção civil da proporção de ocupados em postos protegidos - chegando a 42,7%, em 2015 - esta taxa ainda era muito inferior à média dos demais segmentos da economia fortalezense, de 48,4% (DIEESE, 2016b).

Ainda segundo dados do DIEESE (2016b), a indústria da construção, em 2015, ocupou 1 milhão e 145 mil trabalhadores em todo o país. A parcela dos chamados trabalhadores por conta própria – trabalhadores independentes que exploram um negócio sozinho ou junto com familiares – permaneceu elevada no período, uma forma de emprego marcada pela ausência de proteção social. Segundo o DIEESE (2017, p. 8)

A inserção por conta própria é mais vulnerável por não permitir acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários garantidos por lei aos que contam com a carteira assinada. A sustentação da renda diante da desocupação (seguro-desemprego) ou afastamentos em decorrência de acidentes e doenças, direitos a benefícios conquistados coletivamente em acordos e convenções não são parte da vida de boa parcela dos ocupados da Construção.

Fortaleza, inclusive, registrou pequeno crescimento desta forma de inserção no mercado de trabalho da construção (por conta própria, sem proteção), passando de 45,5%, em 2011, para 46,1%, em 2015. A média de trabalhadores por conta própria nos demais segmentos da economia, em Fortaleza, no mesmo período, era 20,4%, menos da metade, portanto, do registrado na construção civil. Ainda em relação à proteção social, 53,3% dos ocupados neste setor, em Fortaleza, no ano de 2015, não contribuía para a Previdência, o maior percentual entre todas as regiões pesquisadas pela PED (DIEESE, 2016b).

O rendimento médio real por hora do setor evoluiu em todas as regiões, durante o período de 2011 a 2015. Fortaleza, no entanto, mais uma vez, registrou os piores índices, com um rendimento médio por hora de R\$ 7,07 (DIEESE, 2016b).

A demanda na construção civil, a partir de 2009, esteve largamente ancorada, como dito anteriormente, nas obras públicas e nos incentivos estatais. Tais investimentos correspondem à parte da mais-valia, oriunda da esfera produtiva, que é apropriada pelo Estado. No entanto, o aprofundamento da crise econômica no país, a partir de 2014, retraiu a capacidade de investimento estatal, atingindo fortemente a indústria da construção. O ex-diretor do STICCRMF, entrevistado em junho de 2018, apresenta bem esta nova realidade:

A partir de 2015, já que não tem mais obra do governo, de reestruturação da cidade, do Estado, da movimentação da Copa, então diminuíram as obras federais, né? Com dinheiro público. As obras do Minha Casa Minha Vida diminuíram. E as obras públicas, de reestruturação da cidade, é que davam essa força. Quando acabaram essas obras, vamo dizer que 30% desses trabalhadores que tavam desempregados, aí vieram pro setor particular, né? Obra privada... aí o setor não existiu. Não existe essa

demanda de mão de obra. Com isso teve muita oferta de mão de obra e pouco emprego. E aí as empresas, vendo isso, começaram a diminuir o valor da produção. Diminuir tempo de trabalho e precarizando assim, a mão de obra (Lamarca, junho de 2018).

Como já salientado por Marini (2012b), o Estado possui um papel crucial no ciclo do capital na economia dependente, como bem expresso na construção civil.

O agravamento da crise no País resultou no aumento do desemprego, fechamento de postos de trabalho, aumento da informalidade e queda nos rendimentos. Os números do DIEESE (2017) corroboram esse argumento, ao demonstrarem a perda de 102 mil postos de trabalho na indústria da construção, entre 2015 e 2016, tendo a Região Metropolitana de Fortaleza registrado a maior queda percentual, dentre todas as regiões de diferentes Estados, pesquisados pela PED.

Nesse período, diminuiu-se ainda mais o já baixo percentual de trabalhadores com empregos protegidos no setor, ou seja, com registro na Carteira do Trabalho e Previdência Social, aumentando a insegurança e precarização das condições de trabalho. Verificou-se, também, o crescimento, em todo o País, da proporção de trabalhadores por conta própria e dos que não contribuem para a previdência social. “Em 2016, na região de Fortaleza, a metade dos ocupados na construção se engajava nesta forma de trabalho (50,2%), após expressivo aumento dessa proporção em relação a 2015 (5,1 p.p.)”, (DIEESE, 2017, p. 7). Já nos outros segmentos produtivos, a ocupação nesta modalidade era de (24,4%), muito inferior aos números praticados na construção civil.

Esse fenômeno vem acompanhado pelo aumento considerável da parcela de trabalhadores deste ramo industrial que não contribuía para a Previdência Social, com o percentual alcançando a cifra de 57,0% dos ocupados no setor em Fortaleza. Segundo o DIEESE, “em 2016, o rendimento médio real por hora na Construção recuou em todas as regiões pesquisadas. Observa-se que esse foi o segundo ano seguido de queda nas remunerações do setor, após aumentos sucessivos, constatados entre 2012 e 2014” (2017, p. 10). As regiões metropolitanas com piores índices de rendimento médio foram as de Fortaleza e Salvador, com respectivamente R\$ 7,17 e R\$ 7,13.

4.4 Estratificação no mundo do trabalho na indústria da construção civil

Os locais de trabalho na construção civil (canteiros de obra) possuem estratificações e hierarquias deveras significativas, tais como: engenheiros, arquitetos, pessoal de escritório, mestre de obras, encarregados e os chamados “peões”, que se subdividem nas categorias de profissional, semi-profissional e servente.

No contexto da racionalidade da gestão do trabalho, o engenheiro, possuidor de formação acadêmica, detém o conhecimento técnico-científico e fiscaliza sua aplicação na obra, além de representar a empresa no local de trabalho. O mestre-de-obras, por sua vez, é formado no próprio cotidiano do labor e assume este cargo depois de muito tempo de serviço, adquirindo importante liderança entre os trabalhadores. De acordo com Nilton Vargas (1983, p. 197), “[o mestre-de-obra] serve, portanto, de tradutor das ordens emanadas do engenheiro; em virtude da sua origem social, conhece a linguagem e os costumes operários; sabe como dosar persuasão com coação para convencer o trabalhador a produzir”.

Esta percepção da forte hierarquia no interior do canteiro de obra também é expressa na fala do diretor sindical Montenegro que, além do engenheiro e mestre-de-obras, destaca também o papel do encarregado de setor:

O mestre-de-obra é reconhecido nos canteiros de obra como um dos “cabeças” né? Sendo que ele obedece o engenheiro. Só que tem um porém... ele cuida muito do setor em geral, nesse caso, só que tem também os encarregados de setor que é encarregado de carpintaria, encarregado de ferreiro e os encarregados de pedreiros junto com os serventes. Porém eles são bem vistos, assim, são respeitados né? Mas só que tem, muitas vezes, deles que são vistos, pelos trabalhadores, como os verdadeiros carrascos, como se via na época da escravidão, que tinha aqueles caras que andava com chicote na mão, ta tipo parecido... Em toda empresa existe uma hierarquia, tem um que manda mais que o outro, e acima deles tem o engenheiro, e acima do engenheiro vem exatamente o dono né? O engenheiro recebe ordem do dono e assim vai sucessivamente. Os trabalhadores, muito vezes, se sentem oprimido por eles, porque eles falam “se você não quer trabalhar a fila ta grande lá fora, então nós coloca outro”. E é desse jeito. Muitos trabalhadores vêem eles com olhar de medo, entendeu? Medo de perder o emprego e medo da opressão vindo de parte deles (Montenegro, entrevista abril de 2019).

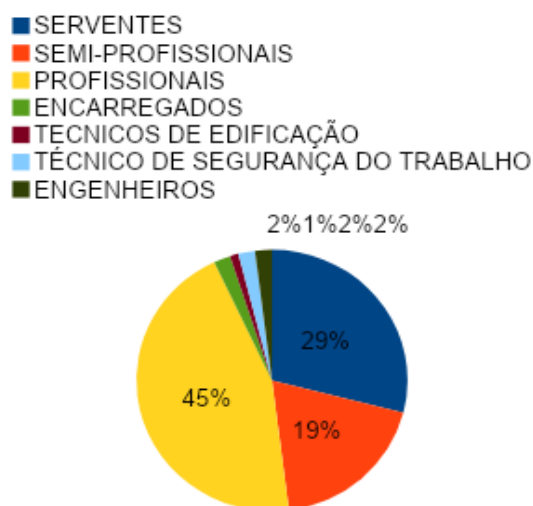
Dessa forma, o encarregado de setor, mas, principalmente, o mestre-de-obras, configuram-se como trabalhadores que, por serviços prestados à empresa, alcançam posições intermediárias na hierarquia social do local de trabalho. Os mestres, juntamente com os engenheiros, uma vez contratados pelos donos das construtoras, assumem o controle dos trabalhadores nos canteiros. Geralmente, são eles que, após receberem as diretrizes dos empresários e engenheiros, contratam e demitem, avaliam a produção e calculam os pagamentos e determinam como e quando os trabalhadores irão trabalhar (NÓBREGA, 2006).

Cabe mencionarmos, ainda, um fato significativo ocorrido, em janeiro de 2019, durante a realização da pesquisa de campo, ao entrevistar trabalhadores/as, mediante uso de envelopes. Em um determinado canteiro de obra, ao iniciar a entrevista com um engenheiro, observei, logo após, grande resistência dos trabalhadores em participar da pesquisa, mediante recorrentes negativas. Após muitos insucessos, um entrevistado, que havia concordado em responder à enquete, ao final revelou-me o mistério que tanto me intrigava: ao entrevistar o engenheiro, transmiti a imagem, para os trabalhadores, de que a pesquisa tratava-se, em

verdade, de algo relacionado e encomendado pela própria empresa... Após este episódio, utilizei, como estratégia, sempre iniciar as entrevistas em campo com serventes, semi-profissionais ou profissionais.

Durante a realização da pesquisa de campo, como já mencionado na introdução deste texto dissertativo, foram alcançados os seguintes percentuais de entrevistados/as, mediante uso de enquete, no que toca à estratificação de funções no local de trabalho, em canteiros de obra da construção civil.

Gráfico 1 – Classificação dos segmentos de trabalhadores/as entrevistados/as
CLASSIFICAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

Adentrando um pouco mais nas especificidades destes sujeitos, encontramos, dentre os 19 trabalhadores semi-profissionais entrevistados, as seguintes funções: 1 betoneiro; 9 auxiliares de carpinteiro; 4 auxiliares de ferreiro; 4 auxiliares de electricista; 1 auxiliar de bombeiro hidráulico. Já entre os 45 profissionais, encontram-se: 3 bombeiros-hidráulicos; 1 sinaleiro; 1 guincheiro; 2 electricistas; 6 ferreiros; 3 gesseiros; 7 carpinteiros; 4 pintores e 18 pedreiros. Em relação aos 2 encarregados de setor, entrevistamos 1 encarregado de ferreiro e 1 encarregado de carpinteiro.

4.5 Quem é o “peão” da indústria da construção civil?

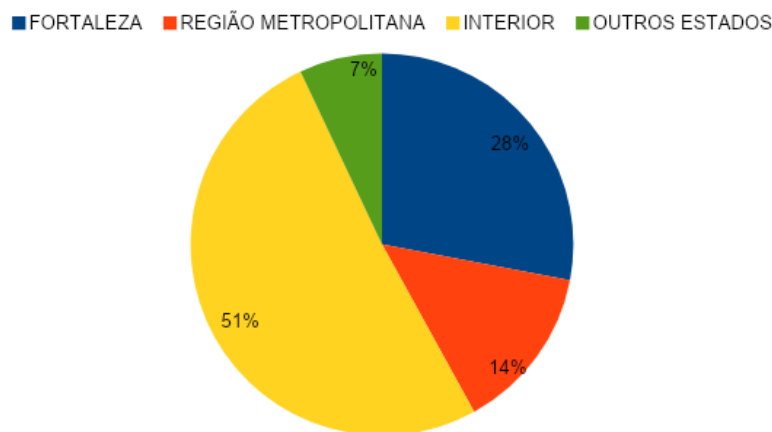
As particularidades do mundo do trabalho na indústria da construção civil articulam peculiaridades no perfil histórico-social destes trabalhadores. Ao realizar uma

investigação histórica sobre a força de trabalho da indústria da construção civil em Fortaleza, Yuri Holanda Nóbrega afirma, em 2006, que:

Os trabalhadores da construção civil são, em sua maioria, pessoas vindas do campo, fugindo das secas e das difíceis condições de vida, ou descendentes daqueles migrantes que vieram tempos atrás, ou ainda trabalhadores de outras categorias que, com a crise econômica e a diminuição da oferta de emprego, acabam encontrando na indústria da construção civil um trabalho que não exige tanta experiência ou saber especializado (NÓBREGA, 2006, p. 34).

De fato, a realização da pesquisa de campo apontou para a persistência deste relevante dado acerca da origem interiorana da maioria dos trabalhadores entrevistados, conforme se observa no Gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 – Naturalidade dos/as trabalhadores/as entrevistados/as
NATURALIDADE



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

Quando perguntados sobre as razões que os levaram a procurar emprego na construção civil, os argumentos apontavam para “facilidades” que giravam em torno, em sua maioria, de três eixos: 1) muita oferta de postos de trabalho; 2) não exigir experiência profissional anterior; 3) não exigir elevado nível de escolarização. De fato, foram recorrentes os relatos de trajetórias marcadas pelos fluxos migratórios, que contam a história de homens e mulheres que não mais encontravam sustento em suas cidades de origem, principalmente no que se refere ao trabalho agrícola, e que alcançaram, na construção civil, a oportunidade de trabalhar e viver na capital.

Nesse sentido, dos cem trabalhadores entrevistados, 52 adentraram, neste ramo de produção, entre os anos de 2008 a 2015, ou seja, durante o período de expansão da indústria da construção civil no Brasil, no chamado ciclo de ajuste neodesenvolvimentista. Além disso, o trabalho como servente, ao não exigir experiência e qualificação anterior, funciona como

“porta de entrada” para os iniciantes neste ramo, podendo, após isso, buscar galgar novas posições no interior da hierarquia social dos canteiros. Este elemento, além das imposições propriamente referentes à reestruturação produtiva pela qual passa o setor, pode ser uma sugestiva pista para compreendermos a tendência à busca de qualificação e escolarização no interior desta categoria profissional.

Segundo Marcos Holanda (2010)⁵², a construção civil passava por intensas transformações em que “os processos de qualidade, de estruturação e planejamento exigem mão de obra especializada”. Seguindo essa tendência, afirma o empresário que o percentual de analfabetos neste setor, no Brasil, diminuiu em mais de 60%, entre os anos de 2000 a 2009.

A preocupação com a “qualificação profissional” da força de trabalho está expressa na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, assinada entre o SINDUSCON/CE e o STICCRMF. A cláusula décima sexta do acordo se refere ao adicional de estímulo à educação, e diz:

Os empregadores concederão, a título de adicional de estímulo, 5% (cinco por cento) sobre os salários dos seus empregados que apresentarem certificados de cursos de aperfeiçoamento técnico - profissional, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas/aula, fornecidos pelo SENAI ou organismos oficialmente reconhecidos, desde que tais empregados exerçam nas empresas funções compatíveis com a habilitação do certificado. Esse adicional não será aplicado de forma cumulativa (p. 10)

A cláusula trigésima quarta, por sua vez, versa sobre o abono de falta ao empregado estudante, no sentido de:

Ao empregado estudante será assegurado: a) Abono de sua falta para prestação de exames curriculares no horário de trabalho, desde que aluno de estabelecimento oficial ou reconhecido, pré-avisado o empregador até 72 (setenta e duas) horas, no mínimo, e subordinado a comprovação posterior escrita, dentro dos 10 (dez) dias seguintes; b) Abono de faltas nos expedientes em que haja prestação de exames vestibulares, no horário de trabalho, nos termos da alínea "a", acima (p. 17)

De fato, segundo do DIEESE (2016b), verifica-se uma queda do número de analfabetos e dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto, entre 2011 e 2015, em todas as regiões pesquisadas pela PED, ao mesmo tempo em que cresceu a participação de trabalhadores com ensino fundamental completo e médio incompleto, ensino médio completo e superior incompleto, e superior completo. No entanto, a maior parcela dos ocupados na construção ainda era de trabalhadores que não completaram o ensino fundamental.

Contudo, durante a investigação em campo nos canteiros de obra em Fortaleza, nos deparamos com um aumento ainda mais significativo do nível de escolaridade, como bem demonstra o Gráfico 3, a seguir:

⁵² Marcos Holanda ocupava a época o cargo de vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Conferir a entrevista em: <http://www.ibratin.com.br/Novidades/lanovita/5.pdf>

Gráfico 3- Escolaridade dos/as trabalhadores/as entrevistados/as

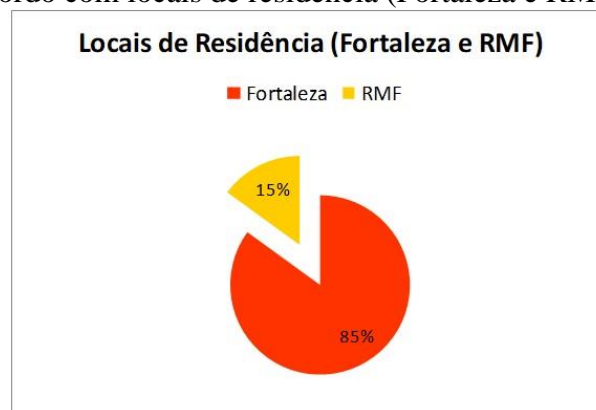


Fonte: Pesquisa de campo, via enquête.
Elaboração própria

Como podemos observar no gráfico, a maior parte dos participantes da pesquisa possuíam o Ensino Médio completo. De fato, esses dados parecem indicar a continuidade da tendência de aumento da escolaridade dos trabalhadores do setor, observada pelo DIEESE, ainda em 2016. Durante as observações em campo foi frequente o relato de trabalhadores matriculados em cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com o intuito de obter a conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio. Os níveis mais altos de escolarização foram encontrados entre os trabalhadores que ocupavam cargos técnicos ou de engenharia.

Em relação à moradia dos trabalhadores/as entrevistados/as, 85% residem em bairros de Fortaleza e apenas 15% moram em municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 – Distribuição dos/as entrevistados/as de acordo com locais de residência (Fortaleza e RMF)

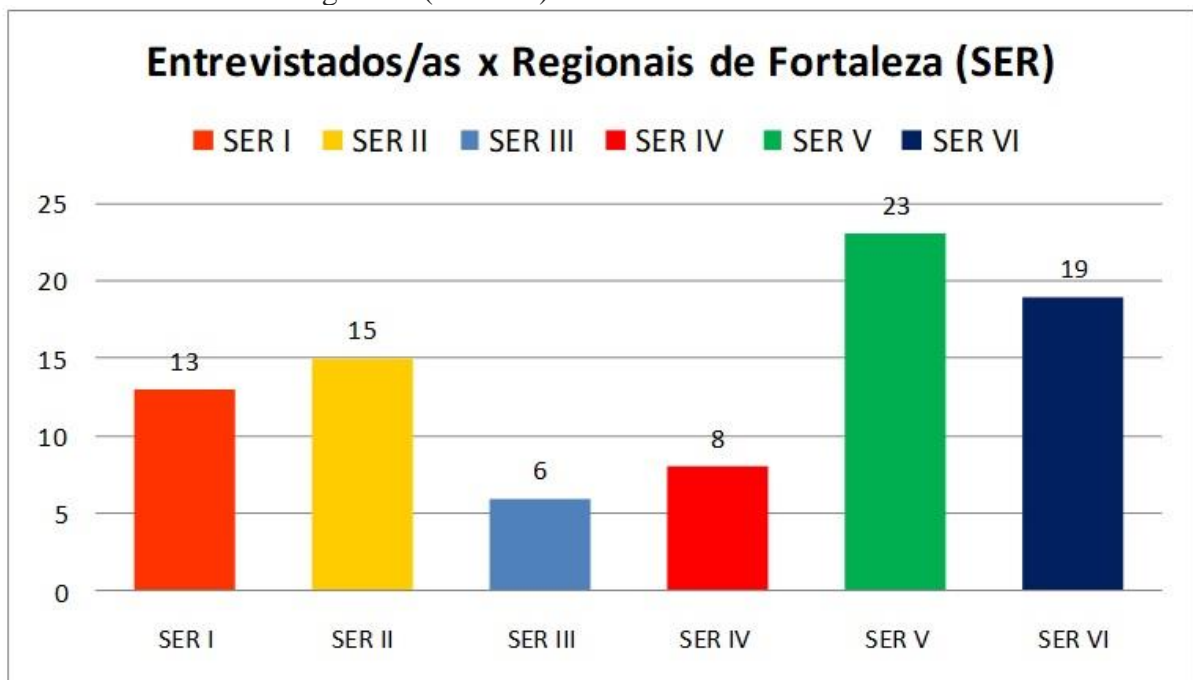


Fonte: Pesquisa de campo, via enquête.
Elaboração própria

Dos quinze entrevistados/as que residem na Região Metropolitana de Fortaleza, nove moram em Caucaia, quatro em Maracanaú e dois em Maranguape.

Ao investigarmos em quais Secretarias Executivas Regionais (SER)⁵³ de Fortaleza estes/as trabalhadores/as residem, podemos obter uma melhor compreensão do perfil dos/as entrevistados/as. O gráfico 5 nos apresenta esta informação:

Gráfico 5 – Distribuição dos entrevistados residentes em Fortaleza, de acordo com as Secretarias Executivas Regionais (as SERs)



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

Verifica-se que cerca de metade dos/as entrevistados/as residentes em Fortaleza (42) habita nas SER V e VI. Tais Regionais concentram o maior número de bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH⁵⁴, ou seja, detêm os piores indicadores como

⁵³ Fortaleza atualmente esta dividida em 119 bairros e em cinco distritos que historicamente eram vilas isoladas ou mesmo municípios antigos, como foram a Parangaba e a Messejana. Desde 1997, durante a gestão do prefeito Juraci Vieira de Magalhães (PMDB-CE), a administração executiva da prefeitura está dividida em subprefeituras chamadas de Secretarias Executivas Regionais (as SERs) que são ao todo 7 (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a regional do Centro, sendo esta última criada apenas em 2011, pois antes o Centro Histórico fortalezense era vinculado à Regional II). As SER não têm área sobreposta à dos antigos distritos, que hoje não têm função administrativa, mas as sedes das SER são próximas aos núcleos desses cinco distritos históricos. Conferir em:<
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_e_divis%C3%B5es_de_Fortaleza>

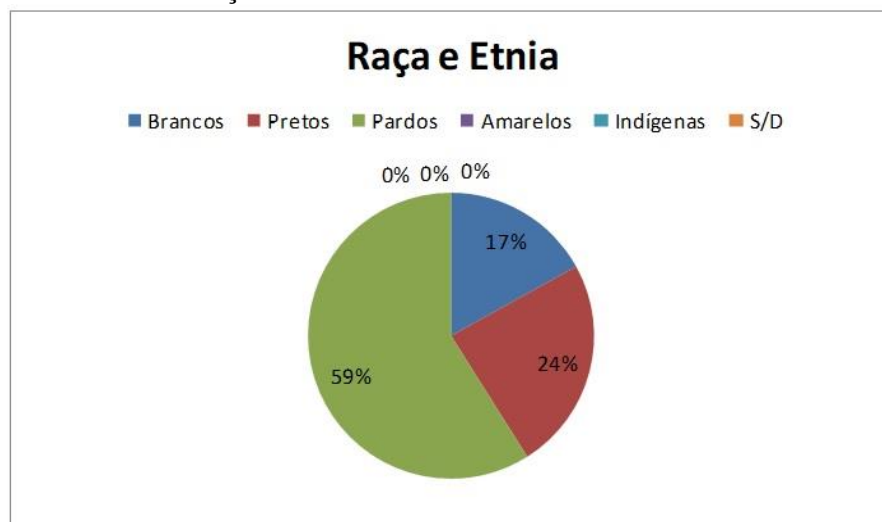
⁵⁴ A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 melhor o nível de desenvolvimento humano e, em sentido contrário, quanto mais próximo de 0 pior o nível de desenvolvimento.

renda, educação e longevidade das pessoas, segundo estudo da Prefeitura de Fortaleza intitulado “Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza”⁵⁵. Estes dados podem constituir fortes indícios das consequências da superexploração da força de trabalho na construção civil, em Fortaleza, considerando que, entre outros elementos, as condições salariais em vigor condicionam uma grande quantidade de trabalhadores a habitarem as margens da cidade, muitas vezes submetendo-se a serviços públicos precários ou inexistentes no que tange ao saneamento básico, segurança, saúde, lazer, educação e transporte.

A questão do transporte também nos permite traçar um perfil desta força de trabalho. A média de tempo do deslocamento casa – canteiro de obra, considerando os 100 trabalhadores/as entrevistados/as, é de 55 minutos. O principal meio de transporte utilizado nesse trajeto é ônibus (58%), seguido da moto (25%), da bicicleta (8%), do carro próprio (5%) e da locomoção a pé (4%).

Para a investigação do perfil étnico-racial dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza utilizamos a classificação adotada pelo IBGE⁵⁶ e a autoatribuição de cor ou raça, como forma de obter esta informação em campo. A expressiva maioria dos trabalhadores do setor se reconheceu como pardos (59%) ou pretos (24%), totalizando 83% dos participantes da pesquisa em campo. O gráfico abaixo ilustra o resultado a que chegamos:

Gráfico 6 – Raça e etnia dos trabalhadores/as entrevistados/as



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

⁵⁵ “Foram avaliados os 119 bairros da cidade, mensurando o grau de desenvolvimento dos mesmos, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros (IDH-B)”. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-estudo-sobre-desenvolvimento-humano-por-bairro>>.

⁵⁶ Conferir em: **Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População – PCERP**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9372-caracteristicas-etnico- raciais-da-populacao.html?=&t=publicacoes>>

Segundo levantamento do G1, feito em 2018, a partir de dados oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego, a “população negra ocupa a maioria das vagas em serviços braçais ou que exigem pouco preparo, como operador de telemarketing, vigilante e cortador de cana-de-açúcar”⁵⁷. Na indústria da construção civil, como podemos observar, esta realidade não é diferente. Aqui também se faz sentir o passado escravista brasileiro, que relega aos negros/as os postos de trabalho mais precários, enquanto a população branca tem maior acesso à educação e às oportunidades de ascensão profissional.

Em relação ao recorte de gênero, os homens representavam, em 2011, 97,0% dos ocupados no segmento em Fortaleza, enquanto em 2015 eram 96,6%, segundo o DIEESE (2016b). Mesmo com a leve diminuição, a investigação do perfil do trabalhador médio ocupado na construção civil mostra a permanência de uma forte presença masculina, em todo País. Apesar disso, o sindicalista, entrevistado em março de 2018, destaca o aumento da participação feminina no setor:

Hoje nós temos uma maior participação de mulheres na construção civil. Em todas as áreas, né? Muito pouca ainda, mas tem... Nós temos ainda, aqui e acolá, a gente encontra uma mulher que é pedreira, outra que é eletricista, outra que trabalha na linhagem de bombeira hidráulica. Mas muito pouca ainda, muito pouco. A participação de mulheres é maior no estado do Pará (Prestes, março de 2018).

A fotografia a seguir, registrada em fevereiro de 2018, durante trabalho de campo, ilustra a participação feminina neste mercado de trabalho:

Figura 1 - Trabalhadoras da construção civil de Fortaleza

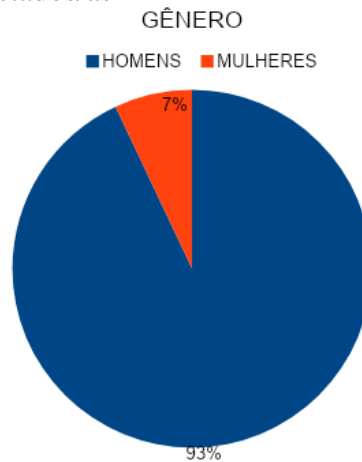


Fonte: elaboração própria

⁵⁷ Conferir em: **Branco são maioria em empregos de elite e negros ocupam vagas sem qualificação.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/brancos-sao-maioria-em-empregos-de-elite-e-negros-ocupam-vagas-sem-qualificacao.ghtml>>

Durante a investigação em campo, as mulheres configuraram 7% dos entrevistados/as, conforme observa-se no Gráfico 7:

Gráfico 7 – Gênero dos/as trabalhadores/as entrevistados/as



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

Em relação à hierarquia social no canteiro de obras, estas mulheres ocupavam os seguintes postos: quatro trabalhavam como serventes; uma trabalhava como semi-profissional; uma trabalhava como técnica em edificações e uma trabalhava como técnica de segurança do trabalho. Chama-nos atenção o fato de que a maioria das mulheres entrevistadas ocuparem a função de servente e, ainda mais impressionante, sua completa ausência entre os que ocupam a função de profissionais, que correspondem a 45% do total dos entrevistados/as. Segundo Silva (2016, p.54):

No setor produtivo em análise [a construção civil], percebemos que as construções simbólicas sobre o que é ser mulher e as características inerentes a esta condição, em muitos casos, determinam as atividades que podem ou não ser desenvolvidas pelas mulheres neste ramo produtivo. Às mulheres, na maioria das obras pesquisadas, cabem as atividades vinculadas à limpeza e aos serviços que requerem maior destreza, cuidado e sutileza, características cultural e socialmente vinculadas às mulheres.

Essa construção social é um forte limitador do trabalho feminino neste mesclado de trabalho, tendo, como consequência, o fato de que a contratação de mulheres, como nos foi relatado em campo, em diversos momentos, ficar restrita, na grande maioria das vezes, apenas às fases finais da construção, mais especificamente aos segmentos relacionados à limpeza e ao acabamento. Soledad, técnica de segurança do trabalho, assim comenta o machismo existente dentro da indústria da construção civil:

Dentro da obra existem trabalhadoras mulheres também, essas a gente tem que dá um suporte grande, porque quando tem mulher na obra, os homens que tem que fazer a limpeza, por exemplo, muitas vezes eles já não querem mais limpar. Então quando chega a equipe feminina na obra, a gente vê muitas reclamações por parte delas, porque chegou mulher os caras não querem mais fazer as coisas que eles sempre fizeram e que são obrigações, como deixar o ambiente de trabalho limpinho, direitinho no final do dia, a questão da própria limpeza do sanitário que é feita por um funcionário masculino, mas chega mulher, rola uma pressão, então existe uma coisa conflituosa. E, especialmente, também tem a questão do salário, porque, pelo menos nas obras que eu acompanhei, as mulheres não entram no regime de produção, porque elas vão pra fazer limpeza, aplicar um “reajuntezinho” nos pisos, já na fase de acabamento da obra, e até o engenheiro não mede como se fosse produção, eles entregam apenas uma gratificação ao final do mês. Então até a maneira de você estabelecer um valor pro trabalho é diferenciado (Soledad, junho de 2019).

As informações abordadas na enquete com os/as trabalhadores/as nos proporcionam mais elementos para a reflexão sobre o lugar da mulher neste ramo da produção:

Tabela 12 – Participação das mulheres na indústria da construção civil em Fortaleza

Como é vista a presença das mulheres na construção civil?	
É uma conquista das mulheres	74%
É muito bom ter mulheres trabalhando no canteiro de obras	68%
A presença das mulheres é algo que incomoda	5%
Trabalho na construção civil não é lugar para mulheres	7%
Mulheres atrapalham o rumo do serviço	0%
As mulheres sofrem discriminação nos canteiros de obra	55%

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete

Elaboração própria

Interessante observar que, apesar de uma maioria expressiva afirmar que trabalhar na construção civil é uma conquista das mulheres (74%) e que é muito bom tê-las trabalhando nos canteiros de obra (68%), mais da metade percebe que as mulheres sofrem discriminação no local de trabalho (55%). Quando analisamos as respostas, especificamente, das sete mulheres entrevistadas em relação à estas questões, cinco afirmam que as mulheres sofrem discriminação no trabalho (71,5%).

O tratamento desigual na indústria da construção civil não atinge apenas as mulheres mais diretamente vinculadas à produção e ao “chão de fábrica”. Ele tem impacto, também, e de maneira contraditória, nas atividades desempenhadas pelas trabalhadoras técnicas, como bem ilustra o depoimento da técnica de segurança Soledad:

Os trabalhadores da construção civil tem um perfil super machista, realmente são feitos por homens com baixíssimo nível educacional, vamos dizer assim, são bastante machistas. Mas esse machismo, de certa forma, contribui para que seja mais fácil empregar uma mulher do que um homem na função de técnico de segurança, porque é uma função que exige muito jogo de cintura. Porque você vai precisar o

tempo inteiro estar com posturas corretivas, chamando atenção, aplicando, às vezes, algumas medidas de correção, advertência. Então é muito curioso, que para a cabeça do peão ele prefere que essa correção seja feita por uma mulher. Quando são homens, existem vários casos, às vezes, de até o técnico de segurança sofrer agressão ou insulto ou ter confusão, digamos assim. E, de maneira geral, com as mulheres, por existir esse perfil machista, eles tendem a respeitar mais o que você diz, porque eles não te levam tão a sério. É uma coisa engraçada, assim, meio contraditória, por você ser mulher eles não levam tão a sério, mas eles acatam o que você está dizendo porque você é mulher, então tem toda essa disparidade. Então é algo “muito doido”, eles não te levam tão a sério, mas eles fazem o que você está dizendo porque você é mulher e eles não vão discutir com você, mas as vezes você precisa se impor de maneira mais firme também pra que eles não achem que o que você está dizendo é brincadeira, pra você mostrar que está falando sério (Soledad, junho de 2019).

Uma das formas de desconstruir o “estranhamento” e a resistência e, mesmo, “naturalizar” a participação feminina na construção civil é incentivar, cada vez mais, o aumento da contratação de mulheres em todas as fases das obras. Esta reivindicação, inclusive, é uma pauta recorrente do STICCRMF, com a formulação da proposta de cota de 5% para trabalhadoras nos canteiros de obra⁵⁸. Vale mencionar, também, a existência de ações governamentais que visam incentivar a participação feminina no setor, tais como o programa Próximo Passo⁵⁹ e o projeto Mulheres da Construção⁶⁰.

Em relação à faixa etária, outra importante dimensão para caracterizar o/a trabalhador/a da construção civil, o assessor sindical salienta, em entrevista, que neste ramo da, em Fortaleza, “grande parte, hoje, dos trabalhadores nas obras é gente muito jovem. Tem pessoas de idade também, mas você encontra muito jovens, inclusive de 20, 25 anos” (Marighella, julho de 2018). Contudo, pesquisa do DIEESE indica que, entre 2011 e 2015, em todas as regiões pesquisadas pela PED, diminuiu o número de trabalhadores entre 16 e 24 anos de idade, ao passo que a maior parcela de ocupados no setor tinha entre 30 e 49 anos (DIEESE, 2016b).

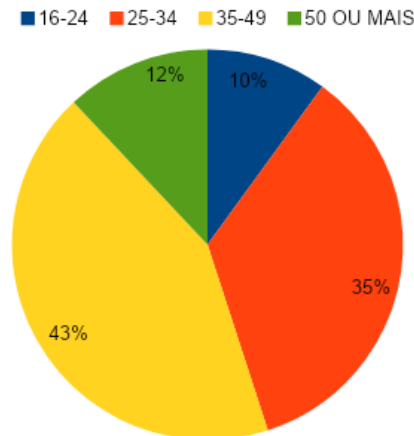
Esta tendência, apontada pelo DIEESE, também foi observada durante a realização da pesquisa de campo da presente investigação, como bem revela o Gráfico 8:

⁵⁸ Conferir em: **Sinduscon/CE e trabalhadores da construção civil sentem à mesa da negociação**. Disponível em: <<http://blogdoeliomar.com.br/2015/02/25/sindusconce-e-trabalhadores-da-construcao-civil-sentem-mesa-da-negociacao/>>

⁵⁹ Ação do Governo Federal de qualificação social e profissional de integrantes do Bolsa Família para os setores da Construção Civil e Turismo.

⁶⁰ Parceria entre o Sinduscon-CE com a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/CE)

Gráfico 8 – Faixa etária dos entrevistados/as
FAIXA ETÁRIA



Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.
Elaboração própria

De fato, a maioria dos trabalhadores participantes da pesquisa em campo integrava a faixa etária de 35 a 49 anos (43%), seguidos dos trabalhadores localizados na faixa de 25 a 34 anos (35%). A nossa hipótese principal para a diminuição do número de jovens trabalhadores na indústria da construção civil é a recessão no setor, já que, segundo o IPEA, em tempos de crise “os jovens enfrentam mais dificuldades para conseguir trabalho e, quando empregados, são os mais vulneráveis à demissão”⁶¹.

As mudanças no perfil dos trabalhadores do setor, em relação ao gênero, a faixa etária e a escolaridade, que acompanham e refletem as transformações no mundo do trabalho na indústria da construção civil, estabelecem novos desafios para a atuação sindical, tema que trataremos no segmento seguinte deste texto.

A fala do diretor do STICCRMF bem expressa os impasses desta nova realidade e esboça uma autocrítica sobre os limites da atuação sindical:

As condições de luta e de estratégia praticamente continuam as mesmas, né? Muito arcaica no sentido de hoje. Porque o perfil do trabalhador mudou, no sentido de serem jovens, mas de uma forma de despolitização imensa, muito grande. Apesar dele ter um entendimento bom, ele tá muito despolitizado. Ele ainda acredita que a forma de conseguir as coisas é compactuando, é querendo que o sindicato resolva sozinho... não conseguiu absorver que só através da unidade de ação, sem ter medo de ser feliz, é que é possível conseguir alguma coisa. As pessoas ainda tão muito naquela que “se ficar quietinho vai melhorar”... e não melhora... Então esse perfil do trabalhador, do medo, ainda continua muito forte na construção civil e também em alguns outros setores. Eu acho que isso acontece por falta da orientação política que nós não conseguimos ainda inserir no trabalhador (Prestes, março de 2018).

⁶¹ Conferir em: **Jovens têm menos chance de contratação e mais de serem demitidos**. Disponível em:<
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/jovens-tem-menos-chance-de-contratacao-e-mais-de-serem-demitidos>>

O contexto histórico de aprofundamento da crise econômica e de desemprego estrutural, com a ampliação do exército industrial de reserva (EIR), tem efeito devastador na subjetividade do/da trabalhador/a. Durante a pesquisa em campo, via enquete, por exemplo, nada menos que 86% dos/as trabalhadores/as entrevistados/as responderam concordar com o item “o medo do desemprego faz com que os trabalhadores aceitem mais facilmente a perda de direitos e condições ruins de trabalho”. Soma-se a isto, os efeitos da Contrarreforma Trabalhista na fragilização das relações de trabalho, bem como a despolitização da classe trabalhadora, a partir da cooptação e apassivamento dos movimentos sociais, nos últimos 15 anos, e podemos desenhar um quadro que explica, em parte, o temor do trabalhador da construção civil em se envolver nas lutas coletivas da categoria.

4.6 Superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil de Fortaleza

A expansão e modernização do setor, com uso ampliado de novos produtos e materiais, máquinas modernas e sistema de montagem, não se refletiram em melhorias significativas das condições de trabalho na indústria da construção civil.

As mudanças operadas no bojo do modelo toyotista, em um contexto de desemprego estrutural, aumentam o nível de sujeição frente às exigências das empresas, diante do medo iminente da perda do emprego. Desse modo, a ampliação do exército industrial de reserva cumpre o papel de pressionar a favor do incremento da superexploração da força de trabalho. Seguindo as pistas de Marini (2005), Osório (2013) e Luce (2018), formuladas no âmbito da TMD, é possível analisar as expressões da superexploração presentes nas relações de trabalho na indústria da construção civil de Fortaleza.

O historiador Fabio José Queiroz (2009) estabelece um paralelo do salário mínimo nacional com o piso salarial mínimo da construção civil da região metropolitana de Fortaleza, entre o período de 2003 a 2007, e chega a conclusões alarmantes. Enquanto o salário mínimo mais que duplicou no período analisado, passando de 180,00 para 380,00 reais, o piso da categoria operária servente evoluiu de 277,22 reais, em 2003, alcançando o patamar de 392,00 reais, em 2007, um crescimento na ordem de apenas 1,4 vezes (QUEIROZ, 2009).

Uma comparação do piso salarial mínimo da construção civil da região metropolitana de Fortaleza com o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE, no período de 2008 a 2017, aponta, também, elementos deveras importantes.

Tabela 13 – Evolução do piso salarial da construção civil em Fortaleza em relação ao salário mínimo necessário do DIEESE de 2008 - 2017

Mês/Ano	Piso*	Salário necessário**	Piso/Salário necessário
Mar/2008	428,00	1.881,32	22,75%
Mar/2009	475,00	2.005,57	23,68%
Mar/2010	525,00	2.159,65	24,31%
Mar/2011	577,50	2.247,94	25,69%
Mar/2012	639,00	2.295,58	27,84%
Mar/2013	696,50	2.824,92	24,66%
Mar/2014	759,19	2.992,19	25,37%
Mar/2015	823,00	3.186,92	25,82%
Mar/2016	915,00	3.736,26	24,49%
Mar/2017	957,91	3.673,09	26,08%

Fonte: *Convênções coletivas no site do STICCRMF

**DIEESE

Elaboração própria

Conforme a Tabela 13, o período compreendido entre 2008 e 2012 expressa uma melhoria salarial no piso da categoria, resultado de fortes lutas dos trabalhadores, em Fortaleza, em um período de grande expansão do setor em todo o País. A fala do ex-diretor do STICCRMF, entrevistado em junho de 2018, bem expressa este momento:

As empresas pagavam de carteira, no contra-cheque, e o restante era pago na “folha branca”, né? Hoje tem poucas empresas que pagam hora-extra e produção fora do contra-cheque. E foi um avanço isso, uma conquista. O trabalhador viu esse trabalho como prioridade, de cobrar das empresas tudo o que produz ser colocado, também, no contra-cheque, mesmo que o desconto seja maior. Porque antes nem as horas extras e nem a produção entravam no contra-cheque. Era tudo assim. As empresas faziam o cálculo do salário de carteira e fazia os descontos no final do mês pra Previdência Social e o FGTS, só do salário bruto de carteira. O restante era o chamado “caixa-dois”. Era colocado num envelope branco e não entrava como conta do trabalhador. E isso não beneficiava o trabalhador na aposentadoria, no décimo e nem nas férias, muito menos no FGTS. Entre 2010 e 2012, a gente começou a pressionar as empresas, junto com os trabalhadores, cobrando isso, né? E até denunciando publicamente nos canteiros, nas campanhas. E teve um processo administrativo contra as empresas pra poder a gente conseguir esse avanço. Então, naquela época os trabalhadores eram mais desvalorizados, hoje eles são mais valorizados (Lamarca, junho de 2018).

Apesar da importante conquista, fruto das intensas lutas sindicais por aumentos salarial e contra as manobras contábeis das empresas que retiravam direitos dos trabalhadores,

a remuneração recebida permanece muito aquém do valor necessário para garantir a reprodução da força de trabalho em condições satisfatórias.

O ano de 2013 expressa o início do forte impacto da crise econômica na indústria da construção. Em 2016, registrou-se nova desvalorização salarial, resultado, em parte, da conjuntura de incertezas que atravessou o País, a partir do processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Como consequência das importantes lutas da categoria dos trabalhadores da construção civil, percebe-se uma lenta recuperação salarial, compreendida no período de 2014 a 2017, com exceção do ano de 2016. Esta melhora dos salários, contudo, não retomou o patamar alcançado em 2012, auge deste segmento da indústria no País. O diretor do STICCRMF assim retrata este quadro de perdas salariais:

A remuneração mudou muito porque, inclusive, a diferença entre o nosso salário profissional, do nosso salário de base, para o salário mínimo, é imensa... o servente ganhava quase um salário e meio, hoje ta ganhando igual ao salário mínimo. Você vê como a coisa mudou pra caramba, né? Então, é uma diferença imensa. (Prestes, março de 2018)

Esta realidade não passou incólume à pesquisa de campo. Quando perguntados sobre as transformações ocorridas no trabalho da categoria, nos últimos 3 anos, 79% dos/as trabalhadores/as entrevistados/as responderam afirmativamente ao item “diminuiu o salário recebido”.

Constata-se, ainda, que a remuneração atualmente praticada no setor equivale a pouco mais de ¼ do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE. Em outras palavras, a mercadoria força de trabalho na construção civil de Fortaleza permanece sendo paga muito abaixo do seu valor, expressão da superexploração em curso. Estamos diante, de fato, da apropriação do fundo salarial do trabalhador, convertido em fundo de acumulação do capital (OSÓRIO, 2013).

A grande rotatividade é outro agravante da precarização das condições de trabalho na indústria da construção civil, o que dificulta, inclusive, a atuação política e sindical destes trabalhadores. A fala do assessor sindical é reveladora sobre este aspecto:

Na construção civil a taxa de associados tem muita rotatividade. Se a gente associar 2 mil trabalhadores hoje, daqui a um mês você talvez tenha 1,5 mil trabalhadores. A rotatividade é muito grande. Por exemplo, a construção civil tem 4 estágios: o início da obra, que é a estrutura; mais pra frente, entra os pedreiros, aí sai o pessoal da estrutura; depois entra o pessoal da hidráulica, bombeiro e a parte da eletricidade; e lá pro final, mais pra frente, entra o pessoal de pintura. Este pessoal tem tempo curto, cada um cumpre uma etapa na obra, né? Tem uma rotatividade muito grande. E o contrato deles é só naquele tempo da produção. São demitidos e vão pra outra obra, é um novo contrato, começa tudo de novo (Marighella, julho de 2018).

Ainda de acordo com o assessor sindical:

A flexibilização da jornada de trabalho é uma das medidas que querem implementar. As construtoras querem implementar a jornada de trabalho intermitente pra botar o trabalhador pra fazer o horário que eles quiserem... ou trabalha de manhã ou trabalha só na parte da tarde, coisas desse tipo (Marighella, julho de 2018).

Os efeitos da Contrarreforma Trabalhista, como se vê pela fala do assessor do STICCRMF, já se fazem sentir neste mercado de trabalho, em Fortaleza. A implementação da jornada de trabalho intermitente, em um setor caracterizado pela expressiva rotatividade de trabalhadores/as, tende a agravar, ainda mais, esta situação de superexploração da força de trabalho.

O aumento da terceirização é um elemento decisivo que vem a se somar neste panorama de degradação das relações de trabalho. Situação agravada pelo desmonte da CLT, levada a cabo pelo governo ilegítimo de Temer. De acordo com o assessor sindical:

A terceirização até 2002, 2003, era pouca na construção civil. Normalmente a empresa fazia toda a estrutura de concreto e hidráulica, que é a parte da tubulação de água, e instalações elétricas. Era tudo da mesma empresa. Hoje não, cada uma faz uma parte. Tem empresas que fazem elétrica e hidráulica, tudo terceirizado. O serviço de gesso, que são as paredes, também é de terceirizado. A fachada, hoje em dia, algumas empresas já terceirizam, que antes não tinha isso, mas hoje em dia algumas já terceirizam. A parte da carpintaria também é terceirizado. O mais complicado é a parte de bombeiro hidráulica, pintura e gesso, que é terceirizado. Eles terceirizam tudo, e por ser terceirizado não cumpre as normas de trabalho, nem sequer a parte de pagamento do salário, muitas vezes. (Marighella, julho de 2018)

O ex-diretor do STICCRMF complementa este retrato da expansão da terceirização no setor:

A cobrança é muito grande, porque a terceirização tá muito forte, chegando com muita garra, nesse momento, por conta das empresas de fora, que vem pra cá, tipo a MRV, e outras empresas que vem de outros estados, do Sul, do Sudeste. Elas sempre trazem esse costume, de trabalhar com mais terceirizados (Lamarca, junho de 2018).

Nos últimos anos, os sucessivos governos cearenses optaram por intensificar uma agressiva política de incentivos fiscais, denominada por Cardozo (2009) de guerra fiscal. O objetivo era favorecer o deslocamento de capitais oriundos de outros Estados da Federação, particularmente da região Sudeste, a fim de realizar, em terras alencarinhas, investimentos que promovessem o tão ansiado desenvolvimento e a geração de empregos. No entanto, as grandes empresas do Sul e Sudeste que se instalam aqui, em busca de força de trabalho barata e vultosos benefícios estatais, reproduzem e intensificam o traço estrutural de precarização das condições de trabalho, como fica patente no uso indiscriminado da terceirização.

De acordo com estudo da CUT (2014), já citado no segmento anterior deste texto, os/as trabalhadores/as terceirizados/as estão mais propensos a acidentes de trabalho. É o que revela a fala do ex-diretor do sindicato:

Muitas empresas não cumprem a formalização da CIPA, né? E muitas delas não têm técnico de segurança dentro das empresas. Então, as que respeitam esses métodos

são as maiores. As menores nunca. E o que mais precariza a mão de obra, pra acontecer um acidente, são as terceirizadas. Inclusive, recentemente morreu um companheiro na obra da FAMETRO. Ele era um terceirizado que trabalhava com gesso. E não era nem fichado pela empresa (Lamarca, junho de 2018).

Esta fala explícita, também, o fato de que as pequenas e médias empresas, portadoras de menor composição orgânica do capital, são as que mais negligenciam aspectos trabalhistas. De fato, trata-se de estratégia utilizada por tais empreendimentos, a fim de compensar a menor capacidade competitiva dentro da concorrência capitalista. No entanto, como afirma Marini (2012b), este recurso termina, por fim, beneficiando, as grandes empresas monopolistas, pois estas também empregam força de trabalho, cuja remuneração acompanha o nível salarial fixado em condições médias de produção.

Desse modo, a construção civil segue considerada uma das atividades mais perigosas em todo o mundo e líder nas estatísticas de acidentes de trabalho fatais, não fatais e anos de vida perdidos (RINGEN; SEEGAL; WEEKS, 2001⁶² apud CASTRO, 2009).

Neste sentido, a fala do assessor sindical é emblemática:

Com o avanço na produção algumas coisas acabam sendo negligenciadas, uma delas é a segurança. As empresas colocam muitas metas... isso gera muita pressão no serviço e acaba que algumas coisas não são cumpridas, pra ser mais rápido. O trabalho exige segurança, e segurança demanda tempo pra organizar, pra praticar, né? E acaba esse tipo de coisa acontecendo. E outra, as empresas também negligenciam, não tão nem ai pro trabalhador, se o trabalhador quiser, que se vire (Marighella, julho de 2018).

A fala de Soledad, técnica de segurança, bem nos remete a este contexto:

Pra você se adequar as normas a empresa precisa gastar, ela vai precisar gastar com treinamento, ela vai precisar gastar pra adequar o canteiro de obras, pra adequar os trabalhos, pra poder preparar as atividades antes delas acontecerem, então é um custo que vai ter que ser feito com proteção coletiva e ela vai ter que gastar com equipamentos de proteção individual. Então essa é uma parte muito difícil porque a empresa sabe que tem que gastar... o técnico de segurança consegue jogar um pouco ameaçando com a questão da multa, porque a empresa pode ser multada se houver fiscalização mas ao mesmo tempo ela quer gastar o mínimo, então, na maioria das vezes, ela não te dá condições de você realizar seu trabalho da melhor maneira possível, porque pra você preparar as atividades você precisa de tempo e é muito difícil a engenharia conseguir colocar esse tempo dentro do cronograma de obra. Quando os cronogramas são feitos, eles são pensados, mas nunca se tem uma noção real do tempo que vai ter que ser feito pra você adequar uma atividade (Soledad, junho de 2019).

Assim, a lógica do capital, em sua ânsia de valorização e de busca incessante de recomeçar novo ciclo de acumulação ampliada, tende a cortar custos em áreas sensíveis da produção, como em relação ao treinamento, adequação do local de trabalho e preparação prévia de atividades, questões vitais à segurança do trabalho, especialmente em nações dependentes, fincadas na superexploração, como é o caso brasileiro. Nesse sentido, as

⁶² RINGEN K.; SEEGAL J.L.; WEEKS, J.L. Organização Internacional do Trabalho. Enciclopedia de Salud y Seguridad en el Trabajo. Construcción. v.3, parte 16, 2001.

empresas aceleram e intensificam o ritmo laboral, estabelecendo crescentes metas de produção, muitas vezes negligenciando os aspectos legais e as normas vigentes, necessárias para que as atividades ocorram dentro do nível de segurança adequado e com riscos minimizados. A pressão pelo aumento do ritmo de trabalho e a negligência em relação às normas de segurança conformam um ambiente propício ao adoecimento e aos acidentes.

Em relação ao adoecimento entre os trabalhadores da construção civil, o ex-diretor do STICCRMF afirma:

Hoje já tem a tuberculose ativa dentro da construção civil. Problema de pressão e a coluna. São as 3 que mais adoecem, né? Coluna, o que mais adoec mesmo é coluna. E esses camaradas que adoecem da coluna não são assistidos pelo INSS. 80%, 90% dos camaradas que são levados pro INSS são negados na perícia, por ser uma doença ativa, que não demonstra, né? Porque as dores, dor lombar, essas coisas, não aparece visualmente, né? Então os médicos tão organizados, junto com as empresas, pra não dar o benefício para os trabalhadores que mais adoecem, são os trabalhadores que mais sofrem, são esses camaradas doentes da coluna (Lamarca, junho de 2018).

Especialistas acreditam que a expansão das Lesões por Esforços Repetitivos (LER) / Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT)⁶³, bem como do sofrimento psíquico⁶⁴ estão associadas com as mudanças na organização do trabalho e com a introdução de novas tecnologias desencadeadas pela reestruturação produtiva em curso. Segundo Merlo e Lapis (2007, p. 67) “estudos têm mostrado que a incorporação dessas tecnologias – salvo exceções – não reduziram o ritmo de trabalho, mas ocasionaram a sua intensificação, o que está intimamente relacionado com a expansão das LER”.

A pesquisa de campo revelou importantes elementos a respeito da percepção dos/as entrevistados/as em relação à amplitude dos casos de acidente e adoecimento neste ramo da indústria, conforme expressos na Tabela 14:

Tabela 14 – Adoecimento e acidentes de trabalho na construção civil em Fortaleza

	Sim	Não
Na construção civil ainda ocorrem muitos acidentes de trabalho?	80%	20%
As construtoras estão investindo em Segurança do Trabalho?	78%	22%
Hoje é mais difícil acontecer acidentes de trabalho?	70%	30%
Você já sofreu algum acidente de trabalho?	28%	72%
Você tem ou já teve alguma doença relacionada ao trabalho no setor da construção civil?	40%	60%
Colegas seus já sofreram acidente de trabalho?	79%	21%

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.

Elaboração própria

⁶³ Segundo o Ministério da Saúde trata-se de “distúrbios ou doenças do sistema músculo-esquelético, principalmente de pescoço e membros superiores, relacionados, comprovadamente ou não, ao trabalho” (2001, p. 7). Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf

⁶⁴ “A Organização Mundial da Saúde estima que, aproximadamente, 30% dos trabalhadores ocupados são acometidos pelos transtornos mentais menores, e cerca de 5% a 10%, pelos transtornos mentais graves” (CASTRO, 2009, p. 50).

As lutas dos/das trabalhadores/as da construção civil, como analisaremos no segmento a seguir, conquistaram importantes vitórias no que tange à Segurança do Trabalho, materializadas nos Acordos Coletivos assinados entre SINDUSCON e STICCRMF, de tal forma que 78% dos/as entrevistados/as reconhecem o aumento dos investimentos na área. Contudo, embora a grande maioria destes/as entrevistados/as afirme que, quando comparado ao passado, atualmente é mais difícil acontecer acidentes de trabalho (70%), isso não significa que tais acidentes não estejam presentes no cotidiano laboral. Nessa perspectiva, para 80% dos sujeitos das entrevistas, o setor, ainda hoje, é percebido como um local em que ocorrem muitos acidentes. Não por acaso, 28% dos entrevistados/as afirmam já ter se acidentado enquanto desempenhava sua função laboral neste ramo da produção, o que configura um número bastante expressivo. Segundo seus relatos, os acidentes mais comuns foram cortes nas mãos e braços; materiais que caíram sobre os trabalhadores, tais como escoramento ou bloco de concreto; e, principalmente, quedas, inclusive, um trabalhador que relata ter quebrado a patela ao cair de uma laje.

Outro dado significativo é que 79% dos/as entrevistados/as afirmam conhecer colegas de trabalho que já se acidentaram enquanto desempenhavam suas funções. Entre os acidentes relatados, destacam-se cortes nas mãos e pés; amputação de dedos, mãos e braços; pancadas na cabeça; choques elétricos; quedas e, até mesmo, morte.

Ainda conforme a Tabela 14, 40% dos/das entrevistados/as responderam já terem adquirido alguma doença relacionada à atividade de trabalho na construção civil de Fortaleza. Entre as enfermidades mais comuns estão problemas relacionados à respiração e à coluna, tais como dores nas costas (lombalgia) e escoliose. Vale mencionar que sete trabalhadores/as consideraram, durante a entrevista em campo, tais doenças como “normais”, como algo próprio e intrínseco ao trabalho na construção civil, o que me leva a refletir sobre o nível de naturalização da precariedade das relações de trabalho e, mesmo, da captura da subjetividade do trabalhador/a (ALVES, 2011).

A fala de Montenegro, diretor sindical do STICCRMF, revela importantes aspectos em relação ao adoecimento no âmbito do trabalho:

Acidentes e doenças tem acontecido mais por conta da pressão de parte dos encarregados de setores e mestre de obra... inclusive o próprio operário, em si, assumiu essa preocupação de elevar a produtividade para não ser chamado de preguiçoso, pra ser visto como um cara que ele tá ali para trabalhar, pra cumprir com tudo que o encarregado de setor, o mestre de obra e o engenheiro propor, que para ele é tudo normal, mas não é normal, né? Se for trabalhar em altura, vamos supor, acima de 2 m, a norma da NR⁶⁵ diz que tem que haver a ancoragem, tem que ter a

⁶⁵ Trata-se da Norma Regulamentadora (NR) – 35, que regula a questão do trabalho em altura, compreendido como toda atividade executada acima de dois metros, onde haja risco de queda. As Normas Regulamentadoras

linha de vida⁶⁶ e muitas vezes, quando trabalhador vai falar isso, para propor isso, pra poder ele mesmo ter a segurança dele, o encarregado de setor, muitas vezes, quer é oprimir ele, dizendo “você não quer trabalhar não. Se você não quer trabalhar, quer fazer esse tipo de coisa aí, eu boto você pra fora e boto outro”... por isso que geralmente gera esses casos de demissões, pressão psicológica (Montenegro, abril de 2019).

A técnica de segurança Soledad corrobora este pensamento:

Trabalho em altura é um trabalho mais arriscado, e é difícil, principalmente no Brasil, onde a nossa cultura é muito de acreditar que as coisas vão dar certo né, “não o cabra já tá acostumado, ele já faz isso a não sei quantos anos, vai cair não” e muitas vezes você não pensa o fato realmente da segurança. E o trabalhador também tá muito dentro disso, dessa lógica. Tanto é cruel do ponto de vista do patrão que chega e não permite que você dê as condições de trabalho ideal para aquele funcionário, como os próprios funcionários, que estão dentro dessa cultura, eles trabalham por produção, então eles querem produzir a qualquer custo, eles se incomodam quando o técnico de segurança para o serviço, geralmente o técnico de segurança é o cara chatíssimo da obra e ele fica chatíssimo porque ele tem que ficar dando as suas posturas corretivas quando ele vê que tem alguém que não tá usando EPI, como ele tem que fazer o papel de disciplinar. Então é difícil, porque o trabalhador, se você tá fazendo isso por ele, pra que ele não se machuque, mas ele não consegue perceber isso com muita clareza, ele acha que você é o inimigo (Soledad, junho de 2019).

De acordo com Montenegro, pode-se ter em conta, mais uma vez, o papel funcional que o EIR cumpre no estabelecimento do controle do capital sobre o trabalho, em um contexto de agravamento do desemprego estrutural. Além disso, a fala de Soledad deixa claro como o sistema de remuneração vigente no setor, através de metas e remuneração variável por produção, atua de forma a facilitar a interiorização da lógica do capital pelos trabalhadores, impondo condições precárias de labor na construção civil, a ponto, mesmo, de burlar a legislação protetora do trabalho. De acordo com Osório (2013) e Luce (2018), os acidentes e adoecimentos são grandes indicadores do aumento da jornada e intensificação do ritmo laboral, expressões da superexploração da força de trabalho, que converte o fundo de vida do trabalhador em fundo de acumulação do capital.

(NR) são disposições complementares ao capítulo V da CLT, consistindo em obrigações, direitos e deveres a serem cumpridos por empregadores e trabalhadores com o objetivo de garantir trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. Conferir em: <<http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-35-trabalho-em-altura>>

⁶⁶ “A linha de ancoragem ou linha de vida pode ser composta por um cabo, corda, fita sintética e até trilho ou viga metálica, sendo instalada em, pelo menos, dois pontos de ancoragem distintos. É utilizada para a conexão ao cinto de segurança através de um trava queda ou talabarte, em um ou mais trabalhadores, permitindo a realização de trabalhos em altura com proteção adequada contra uma eventual queda. A Norma Regulamentadora 35, em seu Anexo II, bem como a NBR 16.325/2014 – *Proteção Contra Quedas em altura* – Dispositivos de ancoragem, estipulam que ela deve ser instalada em pontos de ancoragem previamente dimensionados e determinados por profissional legalmente qualificado”. Disponível em: <<https://conect.online/blog/linha-de-ancoragem-tire-suas-duvidas/>>

Atualmente, as empresas do setor tentam impor o “banco de horas⁶⁷”, como forma de aumentar a jornada de trabalho⁶⁸. Este mecanismo possibilita à burguesia ampliar, conforme sua conveniência, as horas-extras e “compensá-las”, mediante folga, no momento em que melhor convier ao capital. De acordo com um diretor do STICCRMF, em discurso durante a assembléia de greve, realizada em 23 de julho, na Praça da Bandeira, centro de Fortaleza:

A proposta da Reforma Trabalhista prevê o banco de horas, e diz que as horas podem ser compensadas um ano depois que foram trabalhadas. Na proposta da patronal, as horas podem ser compensadas 6 meses depois. Acontece que a nossa rotatividade é diferente, muitas vezes nós não ficamos trabalhando 6 meses. Na prática, com essa proposta de banco de horas, nós não vamos compensar nunca essas horas trabalhadas. (Diretor do STICCRMF, 23 de julho de 2018).

A foto a seguir registra a participação de trabalhadores da construção civil em uma das assembleias descentralizadas da greve da categoria, ocorrida no Centro de Fortaleza, em julho de 2018.

Figura 2 – Assembleia de greve da construção civil no Centro de Fortaleza.



Fonte: elaboração própria.

Uma forma disfarçada de aumento da jornada é, conforme Mathias Luce (2018), a venda do tempo de descanso. Em outras palavras, a fim de compensar a remuneração salarial abaixo do valor necessário para garantir a reprodução de sua força de trabalho, o trabalhador necessita trabalhar durante o tempo livre, o chamado “bico”, como forma de complementar a renda. Segundo o ex-diretor do STICCRMF:

⁶⁷ A figura do banco de horas foi criada no governo FHC, por meio da Lei no 9.601/1998 e mantido pelos governos Lula, Dilma e Temer.

⁶⁸ Conferir em: **Operários da construção civil param obras no Centro de Fortaleza por duas horas.** Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/06/trabalhadores-da-construcao-civil-param-obras-no-centro-de-fortaleza-p.html>>

Pra completar o salário, os trabalhadores tão trabalhando mais. Então assim... ou final de semana aproveita pra fazer um “bico”, ou então durante a semana trabalha ate as 7, 8 horas da noite, entendeu? Pra compensar essas perdas. E nas férias, ele pega um serviço pra fazer por fora (Lamarca, junho de 2018).

Abordamos, durante a pesquisa de campo, a questão da venda do tempo de descanso, conforme a Tabela 15 abaixo:

Tabela 15 – Venda do tempo de descanso na construção civil em Fortaleza

	Sim	Não
Você faz hora-extra no trabalho?	60%	40%
Você vende suas férias para a empresa?	11%	89%
Você exerce outra atividade (“bico”) para complementar sua renda?	62%	38%

Fonte: Pesquisa de campo, via enquete.

Elaboração própria

A média semanal de hora-extra trabalhada pelos 60% dos entrevistados/as que responderam afirmativamente para esta questão é de 7 horas. Destes sessenta trabalhadores/as que realizam hora-extra, quarenta e três alegaram, como principal motivação, a busca por aumento salarial; dez alegaram que executam a jornada-extra, principalmente, por exigência da empresa e apenas sete afirmaram trabalhar além do expediente normal motivados, primeiramente, pelo objetivo de avançar no trabalho.

Em relação à venda das férias para a própria empresa trabalhada, verifica-se que esta é uma opção pouco usual para a categoria de trabalhadores/as entrevistados/as, já que apenas 11% recorrem a este recurso. Isso não significa, porém, que as férias sejam um tempo reservado ao descanso e à recuperação física e psíquica. Segundo depoimentos recolhidos durante as entrevistas, é mais vantajoso economicamente para estes homens e mulheres trabalharem, durante as férias, em serviços particulares para terceiros, na construção ou reforma de residências, o chamado “trabalho avulso” ou “bico”. Esta situação está relacionada à terceira pergunta, sobre a realização de “bicos” como forma de complementação da renda, alcançando o percentual de 62% de entrevistados/as que recorrem a tal expediente durante os finais de semana, os feriados e as férias. Entre as atividades extras mais mencionadas estão, em especial, os serviços particulares para terceiros na área da construção ou reforma de residências, mas também trabalhos como vendedores/as, motoristas, pescadores/as e confeiteiros/as.

Através de “bicos” realizados nos finais de semana, nas férias e nos feriados, o tempo que deveria ser destinado à recuperação física e psíquica do trabalhador é transformado em tempo produtivo, a fim de recuperar parte do fundo salarial convertido em fundo de

acumulação do capital. No entanto, após certo limite, este incremento salarial, que permite o consumo adicional de valores de uso, não compensa o desgaste resultante da ausência do tempo de descanso. Com isso, segundo Luce (2018):

o sobredesgaste de sua corporeidade físico-psíquica tende a levar à piora de suas condições de vida, ao adoecimento e ao esgotamento prematuro de seu tempo de vida útil. Que os trabalhadores aceitem essas medidas em troca de adicionais/abonos salariais apenas revela como a remuneração da força de trabalho por baixo de seu valor leva a que tenham de se submeter à violação de seu fundo de vida no esforço de tentar compensar parcialmente a apropriação de seu fundo de consumo (2018, p. 188)

Desta forma, está em curso a apropriação, pelo capital, do fundo de vida e, mesmo do futuro, destes trabalhadores.

A quarta expressão da superexploração é o incremento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho, sem o correspondente aumento da remuneração (OSÓRIO, 2013; LUCE, 2018). De fato, as transformações da sociedade colocam novas necessidades para o consumo dos trabalhadores. Valores de uso que, antes, poderiam ser considerados bens de consumo de luxo tornam-se, hoje, essenciais para a reprodução da força de trabalho, ou seja, passam à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário.

Na construção civil, a princípio, uma evidente expressão desse fenômeno parece ser a grande aquisição de motos, nos últimos anos, pelos trabalhadores. Através de conversas nos canteiros de obras, pudemos perceber como a substituição da bicicleta ou do ônibus pela moto, enquanto meio de transporte para deslocar-se ao local de trabalho, cumpre papel importante para a categoria: 1) permite o aumento do tempo descanso, pois o uso da moto facilita a chegada ao local de trabalho no horário estipulado para o início do expediente, sem atrasos; 2) diminui o desgaste físico provocado pelo longo deslocamento, da casa até o trabalho, tradicionalmente feito por meio de bicicleta.

Figura 3 – Ato de greve dos trabalhadores/as da construção civil de Fortaleza



Fonte: fotografia cedida pelo jornalista Antonio Lima Júnior

Como podemos perceber na Figura 3, a utilização da moto como meio de acesso ao local de trabalho ganhou grande importância e difusão entre os trabalhadores da construção civil. Tal fato, inclusive, está expresso na Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018. A cláusula quinquagésima primeira afirma que:

Será constituída uma Comissão Mista, composta por representantes dos dois sindicatos, Patronal e Laboral, com a finalidade de estudar, sob a mediação do Ministério Público do Trabalho da 7ª Região, a possibilidade de estabelecer, por meio de norma coletiva, a concessão de Vale Combustível aos empregados portadores de Carteira de Habilitação e proprietários de veículos automotores (p. 22)

A análise anterior da evolução dos salários dos trabalhadores deste segmento da economia, em Fortaleza, aponta, contudo, que este incremento do elemento histórico-moral do valor da força de trabalho não foi acompanhado pela remuneração recebida.

Por fim, é possível revelar, ainda, mais duas expressões da Contrarreforma Trabalhista em curso na construção civil. A primeira delas é a imposição, por parte das empresas, de acordos individuais entre empresa e empregado, sem a presença do STICCRMF. Pelas novas regras, entre os pontos passíveis de pactuação individual e direta, estão a compensação de banco de horas e feriados, e o parcelamento de férias. Segundo o assessor do STICCRMF:

As empresas tão querendo, agora, implementar a questão da convenção individual. Isso é o que, exatamente? Aditivo ao contrato de trabalho. Eles tão querendo assinar um aditivo colocando cláusulas novas no acordo de trabalho. A patronal ta fazendo campanha, a gente ta indo, os trabalhadores não tão tendo acordo, e a gente tá indo lá reforçar que nós estamos numa negociação coletiva e que não se deve ir pra essa questão individual agora. Até porque pras empresas fazerem, eles precisam ter uma discussão no canteiro de obra. Seria um acordo individual por canteiro de obra com os trabalhadores sem a presença do sindicato. É um acordo por canteiro de obra. Mas os trabalhadores tão resistindo. A gente ta indo nas obras e dizendo pra eles pra não aceitem, pra não concordar, porque eles tem uma direção, tem um sindicato, que eles só se respaldam pelo seu sindicato (Marighella, julho de 2018).

Apesar da resistência à implementação das novas regras, o contexto de recessão e desemprego produz um ambiente desfavorável aos trabalhadores. É o que expressa a fala do ex-diretor do STICCRMF:

O medo do desemprego força o trabalhador a aceitar algumas coisas. A reforma trabalhista trouxe muita ruindade para os trabalhadores, e ta fazendo que eles aceitem acordo individual. Mesmo não tendo certeza se aquilo ali ta certo, entendeu? O comportamento mudou, por que as dificuldades aumentaram. E no país hoje é assim: mesmo o cara trabalhando, como o salário é muito baixo, ele passa necessidade. Quando ele sai da empresa, ele já fica preocupado com o que vai fazer depois de desempregado (Lamarca, junho de 2018)

Mais uma vez, fica patente a funcionalidade do exercito industrial de reserva para o incremento da superexploração da força de trabalho, visto que a existência de uma grande

massa de desempregados pressiona aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados a se submeterem aos ditames do capital.

Por último, o fim do imposto sindical, mais uma expressão da Contrarreforma Trabalhista, tem criado grandes impasses para a atuação dos sindicatos no Brasil. No setor da construção civil de Fortaleza, inclusive, as empresas tem feito campanha junto aos trabalhadores para que estes não financiem mais seu sindicato, com o objetivo de fragilizar a atuação do STICCRMF. Esta situação tem forçado as entidades sindicais a discutirem com suas bases a questão financeira e a elaborarem novas táticas, a fim de enfrentar esta nova realidade. Nesse sentido, a fala do assessor sindical é significativa:

No momento, o problema maior que nós estamos tendo é a questão econômica. Porque com a mudança eles não tão repassando o dinheiro para o sindicato do imposto, porque agora tem que ser individual. A gente acabou não fazendo a discussão do imposto ainda com os trabalhadores, não porque tenha uma rejeição dos trabalhadores, muito pelo contrário, tem uma aceitação dos trabalhadores de fazerem o desconto do imposto sindical para o sindicato. Nós é que não queremos fazer essa questão do imposto sindical. Então ao invés disso, a gente ta discutindo ser feito um imposto com desconto assistencial, que a gente já tinha aprovado em convenção, só que um pouco maior agora. A gente não ia cobrar o imposto sindical, mas ia cobrar o assistencial, que seria em três parcelas, dando 9% o total, durante um ano (Marighella, julho de 2018).

As polêmicas e controvérsias que historicamente envolvem a questão do imposto sindical no Brasil, provocando disputas acirradas e divisões no sindicalismo brasileiro, serão discutidas no segmento seguinte deste texto. Por ora, queremos registrar, mediante depoimento de sindicalistas do STICCRMF, os novos desafios que a retirada abrupta deste mecanismo de financiamento, a partir da Contrarreforma Trabalhista, implementada pelo governo Temer, trouxe para as entidades sindicais, em especial em uma conjuntura de Golpe, marcada pela ofensiva neoliberal, recessão, desemprego e retirada de direitos sociais.

5 ATUAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE INCREMENTO DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Os processos de resistência contra as manifestações da superexploração da força de trabalho, que debatemos no segmento anterior, protagonizados pelos trabalhadores e trabalhadoras da indústria da construção civil, somente podem ser compreendidos, em sua inteireza, quando consideramos o papel articulador e organizador desempenhado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Fortaleza - STICCRMF. De fato, ao longo de seus quase 80 anos de existência, este sindicato se consolidou como decisivo instrumento de luta, não apenas em prol da conquista e efetivação de direitos e melhorias nas condições de labor, mas também em relação ao complexo processo de avanço da consciência de classe da categoria de trabalhadores que representa. Este papel verdadeiramente pedagógico do movimento sindical é enfatizado por Antunes (1980, p.33):

Sendo a organização mais massiva e que abarca todos os operários dos distintos ramos industriais, os sindicatos mostram-se como um terreno fértil para o avanço de todos os setores do proletariado, mesmo aqueles mais atrasados e com menor experiência de luta, uma vez que é no seu sindicato, junto com os operários mais avançados, que eles começam a entender toda a complexidade da luta contra os capitalistas.

Assim, a história do STICCRMF expressa esse processo complexo e não-linear do movimento de constituição de uma identidade de classe, inserido nas idas e vindas da conjuntura da luta de classes no País.

5.1 A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Civil de Fortaleza: dos aos iniciais à vitória da oposição sindical em 1989

Fundado em 1940 e reconhecido legalmente desde 1941, no contexto da Era Vargas e do Estado Novo (1937-1945), o STICCRMF era, no início da década de 1980, segundo o trabalho da socióloga Maria Furtado, um “ilustre desconhecido da grande maioria dos operários entrevistados em nossa pesquisa, sendo que 58% deles nem sequer conhecem o sindicato” (FURTADO, 1985, p. 248). E mais, somente viria a construir a primeira greve dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza em 1989, quando o sindicato passa a ser dirigido pelo grupo que conformava, até então, a Oposição Sindical, que vencera as eleições para diretoria do ano anterior (MENDES, 1994). De acordo com Farias (2013a, p. 2):

Não que antes disso não houvesse ocorrido uma e outra escaramuça entre trabalhadores e patrões, fato objetivamente recorrente nas relações conflituosas entre

capital e trabalho; mas, até então, não se dera nada assemelhado com os acontecimentos de 1989, quando pedreiros, serventes e demais segmentos destes trabalhadores, organizados pelo sindicato, paralisaram em massa os canteiros de obra, ganharam as ruas e se manifestaram amplamente em defesa das suas reivindicações mais imediatas.

A despeito de conflitos pontuais existentes nos locais de trabalho entre patrões e trabalhadores, é possível afirmar que, inicialmente, durante mais de quarenta anos, predominou no STICCRMF uma concepção e prática sindical afeita à colaboração de classe, em sintonia com a estrutura sindical corporativista erigida durante o Estado Novo (1937-1945), sob a liderança de Getúlio Vargas (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006). Segundo Rossi e Gerab (2009, p.37):

A Constituição de 1937 introduz novas mudanças na estrutura sindical brasileira, copiada do modelo corporativista do fascismo italiano de Mussolini. Tal corporativismo concebe que capital e trabalho, patrão e empregado, assim como seus sindicatos, fazem parte do mesmo corpo social, devem viver em harmonia pelo bem geral da nação. É o conceito de colaboração de classes se contrapondo ao de luta de classes

De fato, se é verdade que o projeto político nacional-desenvolvimentista e industrializante liderado por Getúlio Vargas não poderia excluir totalmente os trabalhadores urbanos, a constituição da estrutura sindical corporativa visava interferir na organização sindical destes. As crescentes lutas operárias empreendidas pelos trabalhadores brasileiros nas primeiras décadas do século XX, inicialmente sob hegemonia de organizações anarquistas, posteriormente sob liderança do Partido Comunista Brasileiro - PCB, precisavam ser contidas e controladas em níveis aceitáveis pela classe dominante, seja pela via da cooptação de lideranças operárias e o atrelamento completo dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, seja pela repressão e violência estatal. O Governo Vargas, através do Ministério do Trabalho, intervém diretamente nos sindicatos, produzindo as condições para a substituição de lideranças combativas por dirigente sindicais favoráveis à colaboração com patrões e governo. Dentre as novas medidas aprovadas, em 1940, por exemplo, é criado o imposto sindical e as entidades de classe passam a ser obrigadas a prestar assistência médica e social a seus associados.

É esse assistencialismo que vai gerar a dominação ideológica e financeira dos sindicatos. Com muito dinheiro, os sindicatos não necessitam de muitos associados para viver. Ao contrário, quanto menor seu quadro “social”, menor seu gasto e mais dinheiro para elevar o padrão de vida de seus diretores: cria-se o pelego⁶⁹ oficial.

⁶⁹ O termo pelego foi popularizado durante a era Vargas, nos anos 1930. Imitando a Carta Del Lavoro, do fascista italiano Mussolini, Getúlio decretou a Lei de Sindicalização em 1931, submetendo os estatutos dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Pelego era o líder sindical de confiança do governo que garantia o atrelamento da entidade ao Estado. Décadas depois, o termo voltou à tona com a ditadura militar. "Pelego" passou a ser o dirigente sindical indicado pelos militares, sendo o representante máximo do chamado

Temos, assim, uma outra característica do sindicalismo fascista: a exclusão do trabalhador na organização e nas reais decisões do seu sindicato (ROSSI; GERAB, 2009, p. 37)

Esta interferência estatal provocou clivagens profundas no movimento sindical brasileiro. Em linhas gerais, é possível afirmar, segundo o cientista político Armando Boito Jr, que o sindicalismo brasileiro está dividido, desde 1930, em dois grandes campos: o campo do peleguismo e o campo do sindicalismo combativo. Estes dois campos são assim caracterizados por Boito Jr (1996, p.82):

De um lado, há o campo do peleguismo. Fruto da estrutura sindical corporativa de Estado, esse campo é composto pelos dirigentes sindicais cuja prática é essencialmente governista. São politicamente conservadores, combatem as correntes reformistas mais avançadas e as correntes revolucionárias, e, no plano da ação reivindicativa, distribuem-se num espectro que vai da passividade completa, ponto no qual se situa a maioria dos pelegos, à ação reivindicativa moderada e localizada. Os pelegos são esmagadora maioria dos dirigentes sindicais brasileiros, mas têm como hábitat típico, ainda que não exclusivo, os sindicatos menores e mais fracos. De outro lado, temos o campo politicamente bastante heterogêneo das correntes sindicais reformistas e revolucionárias, cuja unidade provém, fundamental e minimamente, da orientação combativa que implementam no plano da ação reivindicativa. Dependendo do período considerado, as correntes integrantes e as correntes dirigentes desse campo variam. Estão ou estiveram nele os comunistas, os nacionalistas, os socialistas e, mais recentemente, os cristãos de esquerda e os petistas. O sindicalismo combativo é, em termos numérico, minoritário, mas é hegemônico nos sindicatos mais importantes do país.

Nesta divisão de campos do movimento sindical brasileiro, proposta por Boito Jr, podemos afirmar que, até 1988, o STICCRMF esteve localizado no campo mais conservador do cenário político-sindical, de acordo com relatos e pesquisas históricas sobre a referida entidade (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

Somente em 1975 foi aprovado, pela Delegacia Regional do Trabalho do Ceará, o primeiro documento estatutário do STICCRMF, no contexto da repressão da ditadura empresarial-militar. Já em seu primeiro artigo fica patente a concepção que rege a entidade:

Artigo 1º- O sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, com sede e foro em Fortaleza, Estado do Ceará, é constituído para fins de estudo, coordenação, proteção e representação legal da categoria profissional dos TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, na Base territorial de Fortaleza, Estado do Ceará, conforme estabelece a legislação em vigor sobre a matéria e com o intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido da solidariedade de classe e da sua subordinação aos interesses nacionais (NÓBREGA, 2006, p. 58).

Este artigo está em total coadunância com o que previa a legislação sindical oficial do País e expressa a ideologia da colaboração de classes e da subordinação ao Estado.

"sindicalismo amarelo". A palavra que antigamente designava a pele ou o pano que amaciava o contato entre o cavaleiro e a sela virou sinônimo de traidor dos trabalhadores e aliado do governo e dos patrões.

Os Artigos 3º e 4º do Estatuto de 1975 não deixam maiores dúvidas, quando afirmam serem deveres do sindicato e condição de seu funcionamento, respectivamente:

Artigo 3º- a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social; b) manter serviço de assistência judicial para os associados; c) promover a conciliação nos dissídios do trabalho; d) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais (NÓBREGA, 2006, p. 59).

Artigo 4º- a) observância das leis e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos; b) abstenção de qualquer propaganda, não somente de doutrinas incompatíveis com as instituições e candidaturas a cargos eletivos estranhos ao Sindicato; f) abstenção de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas em lei, inclusive as de caráter político-partidária; g) não permitir a cessão gratuita ou remunerada da sede, móveis, utensílios e pertences de qualquer ordem à entidade de caráter político-partidária; h) não poderá filiar-se a organizações internacionais nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por Decreto do Presidente da República, na forma da Lei (NÓBREGA, 2006, p. 59-60).

Desse modo, é possível constatar que o primeiro estatuto do STICCRMF se alinhava de maneira explícita ao chamado “campo do peleguismo”, ao expressar não apenas a ideologia da colaboração de classes, mas também a ênfase no assistencialismo sindical e na despolitização dos trabalhadores, bem como a subordinação ao Estado ditatorial. É bem verdade que os estatutos dos sindicatos, à época, que não se submetessem ao que previa legislação oficial poderiam não ser reconhecidos pelas Delegacias Regionais do Trabalho, sofrendo o risco de intervenção direta do Estado. A questão, porém, é que esta ideologia da colaboração de classes não estava restrita apenas às letras frias e formais do Estatuto, mas ganhava substância real na prática cotidiana do STICCRMF. Mendes (1994) e Nóbrega (2006) relatam, por exemplo, a ocorrência de uma assembléia da categoria, em 4 de julho de 1982, liderada por Mariano Nunes⁷⁰, presidente da entidade sindical, para expulsar Reinaldo Barroso do quadro de associados do sindicato, alegando que este:

vem desacatando e desrespeitando todas as assembléias realizadas por nossa categoria, por insultos dirigidos à própria assembléia ou a seus participantes, ou dirigidos à Diretoria do sindicato e seus membros, fazendo política dentro do Sindicato, lançando insultos contra o governo e as autoridades constituídas, além de querer impor séria confusão nas assembléias, tratando de assuntos alheios (sic) à classe e cuidando de doutrinas subversivas. Vem esse sócio, também, se fazendo passar por representante do nosso Sindicato em entidades suspeitas, como uma tal de Pró-CUT ou em frentes sindicais ilegais (...) (NÓBREGA, 2006, p. 64).

⁷⁰ “O presidente Mariano Nunes foi candidato a deputado estadual nas eleições de 1988 pelo PDS, partido político que sucedeu a ARENA depois da ditadura. Não sabemos se ele já era filiado a este partido nesta época em que ocorreu o processo contra Reinaldo Barroso, mas o que importa é que podemos perceber claramente qual era a sua concepção política.” (NÓBREGA, 2006, p. 70).

A Ata da Assembleia Geral Extraordinária detalha as causas que levaram à realização da assembléia e o pedido de expulsão do associado:

(...) o associado passou a querer doutrinar os participantes das assembléias, com relato de histórias sobre figuras do comunismo internacional, ora lendo jornais ora revistas, embora, a cada tentativa de pronunciamento, fosse aparteado e impedido de prosseguir em assuntos que não dizem respeito à nossa categoria, igualmente, segundo apurou este sindicato, por seus sócios, vem se dizendo representante deste Sindicato na entidade chamada, ao que se sabe, de Pró-CUT, e, também, se vem passando como representante deste sindicato em reuniões desautorizadas de uma chamada ‘Frente Sindical’, tudo sem autorização deste Sindicato (...)

(...) ao que se sabe, fazendo pronunciamentos severos contra o sindicalismo pátrio e contra as autoridades constituídas; nas assembléias deste Sindicato, referido associativo vem emitindo, enquanto pode, pronunciamentos violentos, dizendo, dentre outras coisas, que sindicato não é para dar remédio, nem para fazer hospital, mas é para fazer greve, para ser contra as autoridades, contra o governo, dizendo nessas ocasiões, por exemplo, que o chamado ‘pacote eleitoral’ era criminoso, que o dinheiro da previdência tinha sido desviado pelo governo para usos estranhos e em proveito do próprio governo, que os salários atuais são de fome, e, por fim, emitindo pronunciamentos diretamente contra o governo federal e seus membros, no que sempre era impedido de continuar por interferência desta mesa e da assembléia, que pedia que o mesmo ficasse discutindo apenas a matéria da ordem do dia(...) (NÓBREGA, 2006, p. 67-68)

O caso terminou com a expulsão de Reinaldo Barroso, numa reunião da diretoria, realizada em 16 de julho de 1982 (NÓBREGA, 2006). Esta situação esdrúxula bem demonstra os mecanismos em que opera da ideologia da conciliação de classes no interior do movimento sindical: interdita o livre debate de ideias e a reflexão crítica; criminaliza a atividade político-partidária à esquerda; faz apologia a um “sindicalismo pátrio” e assistencialista; promove a defesa das autoridades e do Estado e busca amortecer os conflitos de classe.

Outro elemento que nos chama atenção é a acusação, presente, de forma reiterada, na Ata da Assembleia Geral de julho 1982, que pesa sobre o trabalhador Reinaldo Barroso, de que o mesmo se dizia representante do STICCRMF “em entidades suspeitas, como uma tal de Pró-CUT⁷¹”. Interessante constatar que, mesmo em meio a um cenário local avesso ao livre debate e marcado pela conciliação de classe, os ventos da mudança a nível nacional também se faziam sentir nos locais de trabalho da construção civil em Fortaleza. Decerto, a atuação de Reinaldo Barroso, que contou com a solidariedade ativa de sindicalistas pró-CUT, movimentos populares, Pastoral Operária e advogados populares de Fortaleza (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006), não foi um “raio em céu azul”, mas, ao contrário, conectava-se com a ebulição e ascensão da luta de classes no País.

⁷¹ A Comissão Nacional Pró-CUT, criada no dia 23 de agosto de 1981, em São Paulo, ao final da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, foi determinante para que, dois anos depois, surgisse a Central Única dos Trabalhadores – CUT – fundada em 28 de agosto de 1983. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/1-conferencia-nacional-da-classe-trabalhadora-ha-35-anos-era-criada-a-comissao-n-c89b>>. Acesso em: 20 mai. 2019

A insatisfação contra a ditadura empresarial-militar, acumulada ao longo da década de 1970, em especial após o esgotamento do chamado “milagre econômico” (1969-1973), que deixou o saldo de forte repressão política, violência estatal e arrocho salarial, fez emergir um novo período de mobilizações populares, que envolveu todos os setores da sociedade: movimento estudantil, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Associação Brasileira de Imprensa – ABI, setores da Igreja, trabalhadores urbanos e rurais, intelectuais. Portanto, como afirmam Rossi e Gerab (2009, p.53-54):

O reinício dos movimentos grevistas em 1978 e 1979, depois de dez anos de jejum, encontra o conjunto do movimento social e as organizações de esquerda num momento diferenciado do anterior. Os próprios ativistas sindicais também passaram todo o período da ditadura militar num “trabalho de formiguinha”, pacientemente, preparando as “comissões de fábrica”, em torno das lutas específicas de cada local de trabalho (segurança no trabalho, redução das horas extras, por restaurante, melhor comida, banheiros mais higiênicos). Inúmeras greves por empresa já vinham “pipocando”, frutos desse trabalho persistente. Mas, agora, tinham um acúmulo organizativo superior ao das décadas anteriores.

As greves operárias que eclodiram em fins dos anos de 1970, com epicentro nas lutas dos metalúrgicos da região do ABC paulista, liderados por um jovem líder sindical chamado Lula, mostraram que os trabalhadores brasileiros necessitavam de um instrumento capaz de unificar as lutas da classe trabalhadora, a nível nacional. Era necessário forjar, no calor da luta de classes, uma central sindical. Em agosto de 1981, realiza-se a 1^o Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), na Praia Grande, em São Paulo. De acordo com Giannotti e Neto (1991, p.17)

Podemos imaginar a CUT como uma árvore com duas grandes raízes principais. Uma, formada pelas Oposições Sindicais, muitas das quais poucos anos depois conquistaram sindicatos, como as Oposições das categorias-chave, como metalúrgicos, bancários, trabalhadores em transporte, químicos, petroleiros, trabalhadores rurais etc, nas maiores cidades do país. A segunda raiz é formada pelos “sindicalistas autênticos”⁷², que eram dirigentes sindicais combativos, que durante os anos difíceis da ditadura disputaram, individualmente, um espaço no interior das diretorias. Parte desses dirigentes sindicais avançaram gradativamente, até alcançar a hegemonia na diretoria de seus sindicatos

A fundação da CUT, em 1983, junto com as fundações do PT, em 1980 e do MST, em 1984, expressou o novo momento da luta de classes no Brasil, no início da década de 1980. Boito Jr aponta elementos deveras importante:

A CUT, durante a década de 80, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. A CUT foi gradativamente consolidando, a partir do seu congresso de fundação, em 1983, e até o seu terceiro congresso regular, em

⁷² Ainda em 1979, formaram-se dois blocos do sindicalismo em São Paulo. De um lado, o bloco da Unidade Sindical (conhecido como reformista), composto pelo PCB, MR8 e o PCdoB, e, do outro, o chamado bloco dos Autênticos, tendo por base os sindicatos que apostavam no enfrentamento constante com os patrões e o governo, aliados às centenas de oposições sindicais existentes, a sustentar a tradição do sindicalismo classista (ROSSI; GERAB, 2009)

1988, uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. De um congresso para outro a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras de ordem, referentes à economia e à política social: não pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais. Em momentos críticos da luta democrática, a CUT aprovou, em seus congressos, palavras de ordem tais como: boicote ao Colégio Eleitoral, que acabaria por eleger Tancredo Neves, e luta por uma Constituinte exclusiva e soberana, opondo-se à atribuição de poderes constituintes ao Congresso que deveria ser eleito em 1986 (BOITO JR, 1996, p. 86).

A nova central, portanto, conseguiu hegemonizar e dar direcionamento às lutas do período. Em princípio, de 1983 a 1985, em oposição à ditadura militar, enfrentou o governo Figueiredo, e de 1985 a 1990, em oposição ao governo civil não-eleito de José Sarney, articulou importantes lutas econômicas e políticas e teve papel de destaque no processo constituinte que resultou na Carta Magna de 1988. Ao longo da década de 1980, a CUT e seus sindicatos filiados protagonizaram quatro grandes greves gerais, com participação crescente dos trabalhadores a cada novo movimento paredista: a primeira, a greve geral de julho de 1983, com a participação de dois a três milhões de trabalhadores; a segunda greve geral, de dezembro de 1986, contou com a participação de cerca de dez milhões de grevistas; a greve de agosto de 1987, terceira da série, contou com a participação de cerca de dez milhões de trabalhadores; por fim, a quarta greve geral de protesto dos anos 80, realizada em março de 1989, deu um salto quantitativo, duplicando para vinte milhões o número de grevistas e, ainda, teve a duração de dois dias, diferentemente das três anteriores que foram de apenas um dia (BOITO JR, 1996).

A dinâmica nacional de acirramento do conflito de classes, como salientamos, teve decisivo impacto nas lutas travadas pelos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza. Porém, como nos alerta Nóbrega (2006), um contexto histórico nacional propício para a construção de oposições sindicais, por si só, não seria suficiente. Afirma o autor que “havia trabalhadores que, respondendo a alguns de seus anseios e desejos, optaram deliberadamente em construí-la [Oposição Sindical] por entender que esse poderia ser um dos caminhos – havia outros – para responder as suas demandas (2006, p. 84). Em 1988, três trabalhadores da empresa “Águasol Consultoria” e militantes do Coletivo Gregório Bezerra – CGB⁷³ dão início à empreitada: Jânio Vidal, engenheiro consultor, Valdênio Caminha e Manuel Farias, ambos desenhistas (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

⁷³ Pequena organização partidária nacional localizada principalmente nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Ceará, oriunda de alguns grupos estaduais que seguiam orientação do líder comunista Luís Carlos Prestes, que em 1980 rompeu com o Partido Comunista Brasileiro - PCB. O nome da organização homenageia o

O primeiro obstáculo enfrentado pelo grupo foi o fato de que ambos desempenhavam funções técnicas (engenheiro e desenhistas), em um ambiente de trabalho, como vimos, marcado pela estratificação, rígida hierarquia e desconfiança. De acordo com Nóbrega (2006):

As estratégias utilizadas pelos membros da oposição para entrar em contato com os operários da categoria se compunham em participar das assembleias da diretoria do seu sindicato, visitar os canteiros de obra no período noturno e aos sábados, e divulgar as idéias do grupo através de boletins informativos, a partir de junho de 1988, distribuídos entre a categoria (2006, p. 87).

Assim, entre os meses de junho a setembro de 1988, a oposição emite mensalmente um boletim informativo contendo críticas à diretoria do sindicato, propostas, análises conjunturais e perspectivas gerais de organização coletiva com os demais trabalhadores no sentido de fortalecer a CUT, a luta pela superação do sistema capitalista e a construção de uma outra sociedade, com uma outra lógica social de emancipação dos trabalhadores (2006, p. 89).

Desse modo, através de um persistente “trabalho de formiguinha” diretamente nos locais de trabalho, dialogando com os reais interesses e necessidades dos trabalhadores do setor, o grupo de Oposição Sindical pôde se constituir como liderança legítima da categoria. Ainda segundo Nóbrega (2006), o programa da Oposição defendia, entre outros pontos:

A diminuição da jornada de trabalho e o fim desta aos sábados, o pagamento dobrado das horas extras, quando havia denúncias de subvalorização destas, a emissão de recibos de pagamento e o aprendizado das leis trabalhistas, por onde o trabalhador poderia ter um maior controle dos descontos salariais no contra-cheque, a formação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, a estabilidade empregatícia (numa categoria aonde a rotatividade era imensa), as propostas de intensificar a interlocução entre o sindicato e os trabalhadores e a capacidade de sensibilizar e promover uma identificação com a categoria, tudo isso se configura num poderoso mecanismo de sensibilização dos trabalhadores (2006, p. 98).

Após meses de trabalho de sensibilização dos trabalhadores, de março a outubro de 1988, o grupo de Oposição Sindical participou das eleições para diretoria do STICCRMF, marcadas para ocorrer em novembro do mesmo ano. Os problemas, porém, já se iniciaram na inscrição, pois a diretoria negou-se a registrar a chapa de Oposição. A contenda só foi resolvida com a interferência da Justiça, visto que a Oposição conseguiu uma ação cautelar garantindo a inscrição e participação no pleito, com inclusão de sua chapa nas cédulas eleitorais (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006).

Disputaram as eleições a Chapa 1, representando a situação, liderada por Mariano Nunes, e a chapa 2, composta pela Oposição Sindical. Ocorrida, finalmente, a votação, o resultado, divulgado no dia 12 de novembro de 1988, não deixou dúvidas:

Quatro dias depois, Mariano Nunes provavelmente deveria estar pensando na ingratidão dos “companheiros trabalhadores”, pois uma vez apuradas as urnas, eles

demonstraram resolutamente que não queriam o seu apoio: votaram 5.653 trabalhadores (metade da categoria apta a votar – um recorde impressionante), sendo 666 para a chapa 1 (representando 12,3% dos votos válidos), 4.734 para a chapa 2 (87,7% dos votos válidos), 173 votos nulos e 80 em branco. Uma surpreendente e acachapante vitória da oposição (NÓBREGA, 2006, p. 106).

Mesmo após incontestável derrota, a Chapa 1 resolve não sair da sede do sindicato, dividindo, por dias, o mesmo espaço com os membros da chapa eleita. Não satisfeitos, a Chapa 1 entra na justiça para impedir a posse da diretoria eleita e indeferir o pleito. O ex-presidente da entidade, Mariano Nunes, contratou, inclusive, segurança armada para desalojar os dirigentes eleitos. Apenas no dia 26 de dezembro, após a intervenção da Justiça e da polícia, o grupo vencedor pôde, enfim, ser empossado (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006). Iniciava, a partir daí, uma nova etapa na trajetória do STICCRMF, sob o signo de uma práxis político-sindical marcadamente classista.

5.2 A resistência na década neoliberal: a greve de 1995 como marco histórico de uma tradição combativa no STICCRMF

Uma das primeiras iniciativas da nova diretoria foi a realização do I Congresso dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Fortaleza, realizado na sede do sindicato entre os dias 05 e 06 de agosto de 1989. O primeiro número do jornal “A Voz do Peão⁷⁴” divulgou o Congresso, destacando a importância do evento:

Qual a importância e a necessidade desse Congresso? Durante dois dias estaremos reunidos para discutir nossos problemas que vão desde os nossos salários até a falta de equipamentos de segurança no local de trabalho. Devemos discutir também o caminho para a classe trabalhadora trilhar no sentido de encontrar uma saída para as mazelas do sistema em que vivemos (NÓBREGA, 2006, p. 115)

A realização deste I Congresso, com a participação de mais de 100 delegados eleitos em cada local de trabalho (NÓBREGA, 2006), demonstra uma nova concepção sindical em curso na entidade, a promover um diálogo entre os trabalhadores sobre suas experiências, desenvolvendo avanços na consciência de classe. Dessa forma Nóbrega (2006) afirma que:

O principal termômetro para o desenvolvimento dessa consciência de classe, na perspectiva da diretoria sindical, é a greve. E o indicativo da participação cada vez maior dos trabalhadores nas paralisações seria o sinal de que a categoria estaria se conscientizando, sem atentar para a possibilidade de outras formas de lutas políticas sem ser através do sindicato, e assim, estavam semeando um sentido político muito claro: os trabalhadores aguerridos, audaciosos, corajosos e conscientes, são aqueles que aderem a este tipo de reivindicação e fortalecem o seu sindicato; os que não

⁷⁴ Jornal operário dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza. O jornal tem início em julho de 1989 e permanece até hoje como órgão oficial do STICCRMF.

possuem esta consciência de classe seriam medrosos e oportunistas (na categoria são chamados de babões), estes são os que não participam desta forma reivindicativa, arquétipo de operário que se deseja defenestrar da categoria (2006, p. 120).

Apoiados nesta nova práxis político-sindical, cujo eixo central era a contradição inconciliável entre capital e trabalho, a nova diretoria do STICCRMF organizou a campanha salarial de 1989, dirigida na perspectiva de redundar na primeira greve da categoria. Em assembléia dos trabalhadores, realizada em março de 1989, foi aprovada a participação da categoria na greve geral contra o “Plano Verão” do governo Sarney. Dirigida pela CUT, CGT e CSC, esta greve geral, a quarta da década de 1980, estava marcada para os dias 14 e 15 de agosto de 1989. Os trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, porém, foram além: não apenas participaram, efetivamente, dos dois dias de greve nacional, como continuaram o movimento paredista por mais seis dias, reivindicando pautas específicas da categoria. Segundo Mendes (1994) essa seria a primeira greve da história da construção civil de Fortaleza, em 49 anos de existência do seu sindicato.

Embora não tenham conquistado toda a pauta de reivindicações, os trabalhadores da construção civil obtiveram importantes vitórias, tais como reajuste salarial, fornecimento de refeições no local de trabalho, equipamentos de segurança, discussão e conquista da jornada de trabalho de quarenta horas semanais e reconhecimento das comissões de obras com estabilidade no emprego (MENDES, 1994; NÓBREGA, 2006). Além das vitórias econômicas, Mendes (1994) destaca:

(...) a importância da greve não está no índice fornecido pelas entidades de classe, apesar da greve contar com uma participação maciça dos trabalhadores dos principais canteiros de obra da cidade. A importância da greve está na descoberta feita pelos trabalhadores de que reúnem condições de se organizarem na luta pelo mínimo necessário e pelo máximo possível. Os trabalhadores, que não se cansavam de repetir entre si que “trabalhadores da construção civil não fazem greve, são acomodados”, tiveram a oportunidade demonstrar, em março de 1989, que esta ideia tão enraizada começava a ruir (1994, p. 219).

Os trabalhadores da construção civil de Fortaleza adentram, dessa forma, à difícil década de 1990, obtendo importantes conquistas no âmbito das relações de trabalho. No entanto, a ofensiva neoliberal, a partir da eleição de Collor, em 1989, impôs grandes desafios ao sindicalismo classista. Em 1990, 1991 e 1992 caíram a produção, o emprego e os salários. A recessão 1990-92 contribuiu para que a atividade grevista diminuísse muito – se em 1990 um total de 12,4 milhões de pessoas tinham participado de greves em todo o país, em 1991 esse número caiu para 8,8 milhões e, em 1992, despencou para apenas 2,9 milhões (BOITO JR, 1996). O movimento sindical sentiu o impacto da nova conjuntura e adentrou em um período de refluxo das greves, em comparação com a década anterior. Esta diminuição da

atividade grevista se acentuou, em especial, a partir da eleição de FHC, em 1995 (MARCELINO, 2017). De acordo com Santana (2011):

A conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo altas taxas de desemprego, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira na rede global. Tal processo incrementou a reestruturação das empresas e a incorporação de novos padrões produtivos, dificultando a ação sindical. Em muitos casos isso se deu através da precarização das relações de trabalho, diminuindo o já diminuto setor formalizado das relações de trabalho (2011, p. 6).

Soma-se a isto, as mudanças no cenário sindical, com a criação da Força Sindical (FS)⁷⁵, em 1991, como uma central oponente à CUT e que atua protegida pelas benesses dos governos neoliberais. A nova conjuntura impôs um recuo ao movimento sindical, levando-o a concentrar as lutas na defesa de direitos historicamente conquistados. Foi no processo de revisão da tática de luta, que “a corrente Articulação Sindical acabou por implantar na CUT uma estratégia sindical nova que faz importantes concessões à ideologia e à política neoliberal” (BOITO JR, 1996, p. 91). Desse modo, a corrente hegemônica na CUT, a Articulação Sindical, passou a defender o que ela denominou de "sindicalismo propositivo" ou “sindicalismo cidadão”, em que o movimento sindical assumia a tarefa de propor "alternativas concretas" para os dilemas da política de desenvolvimento. Essa nova estratégia sagrou-se vitoriosa no interior da Central e saiu consolidada do IV Congresso da CUT, realizado em São Paulo, em setembro de 1991. Conforme afirma Boito Jr (1996):

No que concerne à ação política, a nova estratégia abandonou, no fundamental, o confronto com o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. A CUT passou a se pronunciar sobre temas colocados na ordem do dia pelo governo, omitindo-se sobre questões de fundo para os trabalhadores, pelo fato de essas questões não fazerem parte daquilo que os neoliberais denominam "agenda política nacional". No geral, a CUT apresenta suas posições como se as classes populares integrassem o bloco no poder. Alimenta, assim, ilusões quanto à natureza de classe do governo e desvia o movimento sindical da luta contra a política neoliberal. Porém, nas propostas da CUT o que tem predominado é o "realismo político": procurase elaborar propostas que possam, no entender da Articulação Sindical, ser assimiladas pelo bloco no poder. É a lógica dos fóruns tripartites: ela pressiona na direção de uma discussão "realista" e "produtiva" com o governo e com os grandes capitalistas. (1996, p. 92-93)

⁷⁵ “A Força Sindical foi criada congregando uma massa de ‘sindicatos de carimbo’: sindicatos pequenos, com menos de quinhentos associados, alocados em setores de pouca capacidade de pressão, dispersos pelas pequenas cidades do interior e cuja maioria de dirigentes jamais tinha participado, até o congresso de fundação da Força Sindical em 1991, de qualquer congresso sindical. A despeito de seu programa escrito, que é coerentemente neoliberal, a grande maioria dos dirigentes dos sindicatos filiados à Força Sindical não tem compromisso doutrinário consequente com o neoliberalismo. O que os unifica ideologicamente é um conservadorismo político genérico, a moderação ou passividade na ação sindical e a atitude defensiva frente à militância cutista que ameaça sua condição de diretores de sindicatos oficiais” (BOITO JR, 1996, p. 83).

A filiação da CUT à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL) na plenária nacional de 1992, expressa as mudanças em sua postura. Nesta Confederação predominava, inicialmente, o sindicalismo de negociação norte-americano e, depois, a socialdemocracia europeia, que priorizavam, em sua ação, as negociações com o Estado e o capital. É neste contexto de forte ofensiva conservadora e progressiva adaptação à ordem neoliberal por parte da CUT, que os trabalhadores da construção civil desenvolveram, ano após ano, sua práxis sindical classista e aprenderam a se organizar na luta pelos seus direitos. A difícil campanha salarial de 1991 deu mostras deste novo momento. Segundo Mendes (1994, p.256):

Dentre as conquistas largamente comemoradas, estão o café da manhã e almoço nos canteiros de obra com mais de cinquenta trabalhadores, a abolição do trabalho aos sábados e recebimento obrigatório de contracheque especificando ganhos e descontos.

A greve se tornou parte da cultura de uma categoria que passou a acreditar em suas próprias forças. Esse acúmulo de experiências e aprendizados culminou na campanha salarial e na greve de 1995, lembrada, até hoje, entre operários, diretores, funcionários e apoiadores, como a maior greve da história, até hoje, do setor da construção civil em Fortaleza, com duração de vinte e três dias úteis (trinta dias corridos). O diretor Prestes, em entrevista, assim relata esse período:

Na época que eu comecei no sindicato não tinha nem lugar pra comer, não tinha direito a refeitório, nós não tinha nem direito a EPI, que é equipamento de segurança individual como capacete, meia, bota, tudo, fardamento. A gente não tinha direito a água potável, a gente fazia o pote pra tomar água da torneira, né? Porque lá não tinha direito ao bebedor. Então a minha luta nos anos 90, eu com meus companheiros, na época, foi pra adquirir tudo isso, e que agora, praticamente, parou nisso aí, né? Parou nisso aí (Prestes, março de 2018)

Montenegro, um jovem dirigente do STICCRMF, também nos informa sobre esse difícil período:

O Sindicato sempre teve a categoria ao lado porque é um sindicato que conquistou muitas coisas que não tinham até 1995. Em 95 foi que conseguiu muitas coisas... não era minha época, mas era a época dos veteranos, e eu ouvi muito isso dos veteranos dentro dos canteiros de obra, antes mesmo de eu ser dirigente sindical eu já escutava isso... que antigamente os operários trabalhavam sem EPI, não tinham fardamento, usavam roupa própria, não existia capacete, muitas vezes eles mesmos é que tinham que arrumar ou comprar pra se proteger; não tinham botas, muitas vezes usavam só o chinelo... E tinha muito acidente de trabalho. A alimentação, geralmente, eles é que levavam, uns levavam gordura, outros levavam ossada, levava o feijão, levava o arroz e fazia, muitas vezes, não era nem na panela, era em lata de tinta ou em lata de querosene, no “pé do muro”. E quando iam comer, geralmente, era dentro do capacete e bebiam água no próprio capacete. Era uma coisa assim desumana e o trabalhador lutou para mudar (Montenegro, abril de 2019).

Percebemos a importância que assume esta greve no imaginário da categoria, um verdadeiro símbolo da luta, com a elaboração de uma memória desta experiência coletiva,

repassada entre as gerações de trabalhadores, dos “veteranos” aos “mais novos”. Ainda que Montenegro aponte, também, as dificuldades na preservação desta memória da luta:

E hoje em dia muitos trabalhadores, como eu, que sou novo, mas eu vejo muita gente nova na categoria, que não passou o que os veteranos passaram e “não tão nem aí”, porque já pegaram tudo mastigado, tudo já ali na mesa. Conseguimos, nessa época, refeitório, cadeira, água gelada no bebedouro... (Montenegro, abril de 2019).

Remontando à histórica greve, Nóbrega (2006, p. 266) afirma:

Um período de três semanas de paralisação numa categoria como a construção civil é demasiadamente longo, principalmente se pensarmos que os operários recebem seus salários, via de regra, semanalmente. Comparada com as duas greves gerais anteriores, que duraram a metade desse período cada, na greve de 95 fez-se necessário desenvolver uma organização e uma disposição muito maior por parte dos trabalhadores para que isso se tornasse possível.

O movimento grevista desenvolveu táticas para enfrentar a intransigência dos patrões e a truculência e repressão policial das forças de segurança do Estado do Ceará, governado pelo empresário Tasso Jereissati. Ainda segundo o historiador Yuri Nóbrega (2006):

De fato, o governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, tratava os movimentos sociais e sindicais com uma política de repressão e praticamente nenhum diálogo. Sua política truculenta era reconhecida por eles sendo comum à visualização de seu nome pichado nos muros da cidade com a suástica no lugar da letra “S” em seu nome, sendo responsabilizado por extinguir diversos direitos trabalhistas dos servidores públicos estaduais (NÓBREGA, 2006, p. 271).

Dentre as táticas utilizadas durante o movimento estava a utilização do fundo de greve, organizado pela diretoria sindical após o movimento paredista de 1990, para o aluguel de carro de som, ônibus, distribuição de vales-transporte para os trabalhadores irem e voltarem todo dia durante a greve e a compra e distribuição de cestas básicas, fundamentais em um movimento de longa duração. Além da infraestrutura necessária para a luta, a constituição de redes de solidariedade foi fundamental, com ajuda recebida do conjunto do movimento operário, popular, de parlamentares de esquerda, de estudantes e de partidos progressistas. As redes de solidariedade tiveram alcance, inclusive, de sindicatos estrangeiros (NÓBREGA, 2006).

As conquistas, que configuram esta greve como “a greve!”, no imaginário dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, dizem respeito tanto às já citadas melhorias nas condições de trabalho, no tocante à alimentação, uniformes e equipamentos de segurança, como conquistas no âmbito econômico, a saber: aumento do piso salarial de R\$ 85,00 para R\$ 125,00, sendo que o meio-profissional multiplica esse valor por 1,25, enquanto o profissional multiplica por 1,60; o desconto dos vales transportes diminuiu para 3,6% em setembro e 3,0%

a partir de fevereiro de 1996; e as horas extras tiveram um adicional para 55% sobre a hora normal (pela Lei, seria 50%) (NÓBREGA, 2006).

A trajetória de combatividade desta aguerrida entidade sindical se manteve, ao longo dos anos 2000, em meio às reconfigurações políticas e ao apassivamento da CUT, bem como à eleição de Lula ao comando do Executivo Federal, em 2002.

5.3 O movimento sindical da construção civil de Fortaleza na Era do “lulismo”

O desgaste do projeto neoliberal, no início dos anos 2000, configurou o cenário para a vitória de Lula (PT), nas eleições presidenciais brasileiras de 2002, representando a esperança de mudança para milhões de trabalhadores brasileiros.

A relação da burocracia sindical cutista com o primeiro governo Lula (2003-2006) produziu uma aproximação e, mesmo, um apassivamento da CUT em relação ao novo governo, possibilitada pela processual perda de autonomia da Central em relação ao referido partido. Com efeito, a CUT transfigura-se em “um sindicalismo estadista a partir de 2003, abdicando da pouca resistência que ainda demonstrava nos oito anos da *‘herança maldita’* do governo FHC” (ABRAMIDES, 2006, p. 309⁷⁶ *apud* SOUSA, 2017, p. 89). Como afirmam Rossi e Gerab:

O fato de a tendência majoritária do PT, a “Articulação”, ser a mesma que atua na CUT com o mesmo nome e, também, majoritária, já era um comprometimento da autonomia da CUT, devido ao autoritarismo reinante. A chegada de Lula à Presidência da República funcionou como um agravante para o desvio da CUT e dos cutistas dos rumos de um sindicalismo confiável para as maiorias assalariadas (2009, p. 96).

De fato, a CUT já desenvolvia, desde a década de 1990, um “sindicalismo propositivo e cidadão”, com ênfase nas articulações institucionais e participação em espaços tripartites (formado por empresários, Estado e representação dos trabalhadores). Esta tendência, contudo, se agrava a partir de 2003, mediante a eleição de Lula para a Presidência da República. Tem-se, nesta época, a aposta na participação em espaços de negociação criados ou incentivados pelo governo, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

Outro agravante é a grande participação de sindicalistas cutistas na gestão do Estado, seja como ministros, a exemplo da indicação de Luiz Marinho (então presidente da

⁷⁶ ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Política Profissional do Serviço Social Brasileiro**. 2006. 401 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CUT) para o Ministério do Trabalho em 2005, seja em diversos outros cargos na esfera governamental e, até mesmo, gerenciando os investimentos de fundos de pensão no mercado financeiro⁷⁷. De acordo com Braga (2012, p. 204):

A década de 2000, contudo, em especial após a eleição presidencial de Lula da Silva, em 2002, foi marcada por uma verdadeira reviravolta “transformista” nas relações entre o sindicalismo brasileiro e o aparelho de Estado (...). Em termos gerais, nunca é demais lembrar que o governo Lula da Silva preencheu aproximadamente metade dos cargos superiores de direção e assessoramento – cerca de 1.305 vagas, no total – com sindicalistas que passaram a controlar um orçamento anual superior a 200 bilhões de reais.

A CUT passa, dessa forma, a evitar tecer críticas contundentes ao novo governo, inclusive em relação às propostas de caráter abertamente neoliberal, como no caso da Reforma da Previdência, em 2003, que teve como foco o desmonte da previdência dos servidores públicos. Até mesmo a Força Sindical, antagonista do PT e da CUT ao longo da década de 1990, cessou suas críticas ao primeiro governo Lula após negociações e concessões de cargos para participar da administração pública.

A partir da denúncia da perda da perspectiva classista e da autonomia sindical, surgem cisões internas com a CUT, originando instrumentos sindicais que propõem o retorno ao sindicalismo combativo. Dentre estas rupturas estão à criação, em 2004, da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), a partir de iniciativa do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), e a criação da Intersindical, constituída, em grande parte, por segmentos alinhados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

O segundo governo Lula promoveu, ainda, uma reforma sindical (Lei 11.648 de 2008⁷⁸) que oficializou as centrais brasileiras para representar e negociar em nome das entidades a elas filiadas, aumentando o imposto sindical e transferindo, à época, cerca de 100 milhões de reais para essas organizações (BRAGA, 2012). Como resultado, essas medidas estimularam o ritmo elevado de pedidos de reconhecimento de entidades sindicais de trabalhadores – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – entre 2012 e 2016. Dessa forma, como afirma Sousa (2017), a cúpula sindical passa por novas cisões e coalizões:

A Corrente Sindical Classista (CSC), vinculada ao PCdoB também rompe com a CUT e funda a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), em 2007; sete confederações sindicais⁷⁹, contrárias a alguns pontos da proposta de

⁷⁷ Fundos de pensão do Banco do Brasil, a Previ – que administrava um patrimônio de cerca de 150 bilhões de reais -, e da Petrobras, o Petros – com um patrimônio na casa dos 40 bilhões de reais – por exemplo, encontravam-se sob o controle de centrais sindicais alinhadas ao governo federal (BRAGA, 2012).

⁷⁸ Dispõe sobre o reconhecimento legal das centrais sindicais e altera artigos da CLT. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>.

⁷⁹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSBP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação e Afins (CNTA), Confederação

reforma sindical criam a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), em 2005; e em relação às centrais antigas, e em geral pouco expressivas, tem-se um processo de fusão, “ocasionado por fatores mais pragmáticos do que político-ideológicos: é o caso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), fusão da Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e da Social Democracia Sindical (SDS)” (GALVÃO, 2009⁸⁰, p. 180). Entre outras centrais sindicais já existentes ou criadas posteriormente, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGTB), fruto de um racha da CGT em 1988 e que em 2006 se funde com a Central Brasileira dos Trabalhadores e Empreendedores (CBTE) e a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), formada por membros do antigo MR-8, etc (2017, p. 92).

Setores alinhados à esquerda, por sua vez, majoritariamente o PSOL e o PSTU, convocam um CONCLAT, em 2010, e encampam a construção de uma nova central sindical, mediante unificação da Intersindical com a CONLUTAS. No entanto, a unificação sindical não obteve êxito, com a ruptura da Intersindical durante plenária final da Conferência. Como resultado, os delegados que continuaram no evento aprovaram a transformação da CONLUTAS em central sindical, passado a se denominar Central Sindical e Popular – CSP – CONLUTAS. Esta central se propunha a aglutinar “não apenas sindicatos, mas também, movimentos sociais que representem outras faces da luta dos trabalhadores, como movimentos de luta pela terra no campo e por moradia nas cidades, organizações de luta contra o racismo, movimento estudantil, entre outros” (MATTOS, 2014, p.94). No entanto, ainda segundo Mattos (2014), a “incapacidade de unificação demonstrada em 2010 é um indicador da principal fragilidade das forças sindicais mais combativas nesta conjuntura: sua fragmentação e pequena representatividade” (2014, p.94). A Intersindical, por seu turno, também se fragmenta durante as discussões sobre formar ou não uma nova central sindical, havendo, hoje, duas Intersindicais: uma, formada em maioria por militantes do PSOL e outra, pela Alternativa Sindical Socialista – ASS. Ainda no campo à esquerda do movimento sindical, há a formação de correntes sindicais nacionais, que, apesar de menor expressão, buscam organizar o sindicalismo através de um viés combativo e com independência de classe, como a Unidade Classista, corrente sindical vinculada ao PCB.

A fragmentação do sindicalismo brasileiro pode ser entendida, em boa medida, a partir das transformações na materialidade e da subjetividade da classe trabalhadora, ao longo dos últimos 30 anos (ALVES, 2011), bem como consequência da tutela das principais centrais sindicais ao aparelho de Estado, particularmente durante o período da hegemonia lulista

Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT).
⁸⁰ GALVÃO, Andréia. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Revista Outubro**, [S.l.], n.18, p. 177-200, jan/jul 2009.

(BRAGA, 2012; 2016). Nesse sentido, conformou-se um tipo de “transformismo sindical” e “consentimento ativo para muitos militantes sociais, que passaram a investir esforços desmedidos na conservação das posições adquiridas no aparato estatal” (BRAGA, 2012, p. 2013). É nesta complexa e desafiadora conjuntura que o movimento sindical dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, liderados pelo STICCRMF, adentra as lutas na primeira década do século XXI.

Ao longo dos oito anos do governo Lula (2003 a 2010), a categoria dos trabalhadores da construção civil deflagrou cinco greves: 2003, 2004, 2005, 2007 e 2008. Em 2010, nova greve havia sido aprovada, mas, na véspera que antecedia ao movimento paredista, o sindicato patronal apresentou proposta que foi aceita, em assembléia, pelos trabalhadores. A atuação em prol das pautas locais e imediatas não se dissociava da atenção com as discussões sobre os rumos do sindicalismo brasileiro. A campanha nacional pela desfiliação da CUT, iniciada por parte do funcionalismo público federal após a Reforma da Previdência, orquestrada pelo governo petista recém-eleito, reverberou no Ceará. Em verdade,

Essa polarização também ocorreu internamente na diretoria do STICCF. A campanha [pela desfiliação] foi feita na base da categoria com visitas aos canteiros de obra e distribuição de panfletos do sindicato e da CONLUTAS. No dia vinte e nove de setembro de 2004, em assembleia, os trabalhadores votaram a desfiliação da CUT e participação na CONLUTAS (FARIAS, 2013b: pp. 85-86).

Sobre a ruptura com a CUT, Prestes, diretor sindical do STICCRMF, afirma:

Primeiro nós fizemos um rompimento com a CUT. Com a linha política que era travada aí pela CUT nacional, né? E isso nos deu uma visão diferente, de entender que o sindicato não deve ser atrelado ao governo, tem que ser independente de governo e de patrão. E que a política sindical, por ela ser economicista, ela tem sua demanda diferente de uma política mais eleitoreira, voltada pra questão parlamentar. Então, a gente fez esse diferencial e entendeu que independente de qual seja o governo que esteja no poder, se for um governo a serviço do capital ele não representa os anseios da classe trabalhadora. Então isso nos deu o diferencial. Acreditamos que a questão do lulismo atrapalhou muito, porque a... as Reformas Sindical e Trabalhista aconteceram e passou como se fosse uma “faca numa melancia”, porque as centrais não tavam discutindo o interesse da classe trabalhadora, tavam discutindo os interesses delas, que era a questão do Imposto Sindical, se o governo mantivesse, beleza, se não mantivesse é que iam mobilizar o pessoal, e aí quem tá se ferrando? (Prestes, março de 2018).

Em 2010, como já dito, a CONLUTAS se transforma em central sindical, denominando-se CSP-CONLUTAS, contando com a filiação do STICCRMF a esta central, deste então.

Ainda durante os oito anos de governo Lula, três eleições sindicais ocorreram para a diretoria do STICCRMF, em sintonia com as reconfigurações do movimento sindical nacional: em 2003, 2006 e 2009. De acordo com Farias (2013b):

Em 2003, a direção foi resolvida através da convenção cutista. Ao final do processo, na direção colegiada permaneceram PSTU, PT e PCB, com o primeiro obtendo majoritariamente o maior número de cargos na direção. Em 2006, ocorreram eleições bem polarizadas. Foi a primeira eleição após a desfiliação do STICCF da CUT e esse motivo para ter duas chapas concorrendo. A Chapa 1 apoiada pela CONLUTAS e a Chapa 2 apoiada pela CUT. A Chapa 1 composta por membros do PSTU e PCB venceram o pleito. Por fim, em 2009, a eleição ocorreu com chapa única composta por membros que compuseram a última gestão da entidade (2013b, p. 91).

Em 2006, a Chapa 1, apoiada pela CONLUTAS e composta por PSTU e Unidade Classista/PCB, venceu o pleito para diretoria do STICCRMF com 66% dos votos. Chegava ao fim, portanto, a participação de sindicalistas cutistas no sindicato dos trabalhadores da indústria da construção civil de Fortaleza, iniciada quando estes venceram as eleições sindicais em 1988.

Durante os governos de Dilma Rousseff (2011-2015) ocorreram duas eleições sindicais do STICCRMF, em 2012 e em 2015, sempre repetindo a dobradinha Unidade Classista/PCB e PSTU.

5.4 Desafios para um sindicalismo classista: do Golpe de 2016 ao “bolsonarismo”

Uma nova conjuntura nacional se abre, contudo, em 2016, com o Golpe que alçou Michel Temer à presidência da República, a prisão de Lula, em abril de 2018 e a articulação da extrema-direita, capitaneada por Jair Bolsonaro, para a disputa das eleições presidenciais de outubro do mesmo ano. As eleições sindicais do STICCRMF, em maio de 2018, reverberaram este contexto político para o interior da categoria, configurando um interessante capítulo na história desta entidade sindical. Três chapas se inscreveram para o pleito: A Chapa 1 “União e Luta” (Unidade Classista/PCB e Resistência/PSOL⁸¹) saiu vitoriosa, com 740 votos (36% dos votos válidos); em segundo lugar, a Chapa 2 “É Nós” (chapa de oposição, apoiada pela CUT), obteve 705 votos (34%); e, por último, ficou a Chapa 3 “Juntos e Misturados” (PSTU), com 640 votos (30%).

Podemos relacionar a rearticulação de uma chapa cutista, doze anos após serem derrotados nas eleições de 2006, como fruto, em parte, deste cenário conjuntural que se inicia a partir do Golpe de 2016, realinhando a CUT como oposição às draconianas medidas do governo Michel Temer (2016-2018). Ao final do pleito eleitoral, contudo, sagrou-se vitoriosa a Chapa 1, dando continuidade ao trabalho da gestão anterior.

⁸¹ Organização política nacional, que se organiza como corrente interna do PSOL, surgida em 2018 após ruptura com o PSTU.

A política do governo Temer e os retrocessos no mundo do trabalho, através da aprovação da Contrarreforma Trabalhista teve, sem dúvida, os sindicatos como alvo prioritário. Dados oficiais mostram que em 2018, primeiro ano da contrarreforma, a arrecadação do imposto sindical caiu quase 90%, de R\$ 3,64 bilhões em 2017 para R\$ 500 milhões no ano passado. O impacto foi maior para os sindicatos de trabalhadores, cujo repasse despencou de R\$ 2,24 bilhões para R\$ 207,6 milhões. A tendência é que o valor seja ainda menor em 2019⁸². O ex-diretor Lamarca assim nos informa sobre esse novo momento para a luta sindical:

Os impactos na construção civil tão prejudicando, inclusive, o sindicato. Porque, até então, depois da reforma trabalhista, as empresas, se descontaram dos trabalhadores o assistencial, não repassaram pro sindicato no mês de dezembro [de 2017]. E com a reforma trabalhista também teve a questão do imposto sindical que não se tornou obrigado ser descontado, e as empresas, elas fizeram, tipo, uma coletividade dentro do setor, convocando os trabalhadores e orientando pra que não aceitassem ser descontado. Então a arrecadação do sindicato diminuiu 90%. Ai com isso tá prejudicando, também, o funcionamento do sindicato (Lamarca, junho de 2018).

Como alternativa à proibição do imposto sindical, o STICCRMF utilizou a tática de aprovar, em assembleia da categoria, o desconto assistencial. Para isso, travou uma batalha ideológica nos locais de trabalho, ao enfrentar uma campanha organizada pelo sindicato patronal SINDUSCON/CE, no sentido de pressionar os/as trabalhadores/as para que não financiassem, de forma facultativa, seu sindicato.

A reforma trabalhista de Temer enfraqueceu a representação sindical, enquanto Jair Bolsonaro, por meio de Medidas Provisórias (MPs), tem intensificado os ataques, tentando inviabilizar a própria sustentabilidade financeira das entidades. A MP 873/19, que altera, basicamente, questões de contribuição e custeio do sindicato, pretende que as contribuições sindicais sejam pagas via boleto bancário, emitidos diretamente pelo sindicato ao empregado, em vez de desconto em folha.

O momento que nós se encontra hoje tá difícil... porque teve muitas mudanças e essa reforma trabalhista no governo do Temer e agora proposta também no governo Bolsonaro, que tá agora com essas MP's sendo lançadas, que faz a retirada de direitos de contribuições sindicais. Por exemplo, aquela MP do boleto individual, o governo quer que o próprio operário vá numa lotérica, gerar um boleto e fazer um pagamento individual, e claro que isso vai dificultar cada vez mais, porque nem para pagar uma água, uma luz, o trabalhador as vezes não quer ir, quer que outra pessoa vá, imagine ele ir lá para pagar entidade sindical dele... tem muitos deles também fazem aquela carteirinha de filiação e eles mesmo dizem “rapaz, eu vou fazer aqui mas como é que eu vou pagar? Que agora tá com essa lei aí, eu não vou pagar em nenhum canto não, tem que ser aqui e acabou”. Isso daí já é pra enfraquecer o movimento sindical (Montenegro, abril de 2019).

⁸² Conferir em: **Sindicatos perdem 90% da contribuição sindical no 1º ano da reforma trabalhista**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2019/03/epoca-negocios-sindicatos-perdem-90-da-contribuicao-sindical-no-1o-ano-da-reforma-trabalhista.html>>

Dessa maneira, até mesmo contribuições assistenciais aprovadas em assembleia de trabalhadores/as e descontadas em folha de pagamento seriam invalidadas. A medida, portanto, tinha como objetivo retirar das entidades sindicais os recursos que ainda lhes restam após a reforma trabalhista. Contudo, após muita polêmica e demonstrações de resistências, a proposta perdeu a validade em 28 de junho de 2019, após ficar parada no Congresso desde o seu envio, em 1º de março. Com isso, a contribuição pôde voltar a ser descontada diretamente do contracheque, desde que haja autorização expressa do trabalhador.

Apesar desta pequena, mas importante, derrota do governo Bolsonaro, o sindicalismo brasileiro enfrenta graves desafios nesta conjuntura. A recessão econômica e o desemprego, que atinge 13 milhões de brasileiros, bem como o avanço da ofensiva conservadora no País, dificultam a capacidade de mobilização dos sindicatos para o enfrentamento em prol da ampliação ou manutenção de direitos, bem como da própria preservação das entidades da classe trabalhadora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise internacional que abalou o capitalismo na primeira década do século XXI, como expressão da crise estrutural do sistema metabólico do capital (MÉSZÁROS, 2009), segue em curso, mediante ritmo e intensidade diferenciada entre as regiões do planeta. Baixo crescimento econômico, elevadas dívidas públicas e altas taxas de desemprego, que configuram desdobramentos de tal conjuntura, caracterizam, ainda hoje, a situação de países desenvolvidos, a exemplo dos EUA e de nações européias. A crise de 2008, que teve os EUA como epicentro, deslocou-se geograficamente dos centros para as periferias do sistema, impondo circunstâncias ainda mais dramáticas às nações dependentes, a exemplo do Brasil, ao acirrar a dominação imperialista, aprofundar o padrão exportador de especialização produtiva (OSÓRIO, 2012b) e incrementar a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005).

No Brasil, a crise de 2008 ocorreu em um momento de inflexão política, durante o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva (2007-2010), com a adoção do “ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo” (CARVALHO; GUERRA, 2015). De fato, é uma inflexão nos processos de ajuste brasileiro, com a tentativa de hibridização de políticas fincadas na ortodoxia neoliberal e políticas neodesenvolvimentistas, de caráter heterodoxo. Já no segundo governo Lula e primeiro governo Dilma Rousseff, configura-se esta perspectiva híbrida na condução da economia brasileira. Assim, adotou-se, à época, receituário social-liberal, marcado pelo aumento da intervenção do Estado na economia e nas expressões da questão social, ao mesmo tempo em que os pilares da ideologia neoliberal mantinham-se intocáveis, nos circuitos da abertura econômica, superávit primário e juros exorbitantes.

Em um contexto internacional favorável, considerando a expansão do sistema do capital na China, a configuração social-liberal petista alcançou bons resultados, no tocante ao crescimento econômico e a geração de emprego, quando comparados aos números da década anterior. É o famoso modelo petista de crescimento com inclusão, que marcou o final da primeira década e o início da segunda dos anos 2000. Ficou famosa, à época, a frase do presidente Lula de que, em meio às pesadas ondas da crise estrutural do capital nos países centrais, a crise no Brasil seria apenas uma “marolinha”. De fato, o país teve problemas em 2009, com uma leve retração no PIB, mas cresceu 7,5% em 2010.

Neste contexto de crescimento econômico e significativas políticas de enfrentamento à pobreza, a indústria da construção civil foi, ao lado dos setores relacionados

ao agronegócio e à mineração, elemento-chave da dinâmica econômica brasileira. É digno de nota o fato de que, em 2009, em meio à deflagração da crise internacional no ano anterior, a indústria da construção civil ter dado mostra de vitalidade, ao alcançar a variação de 7% no PIB, em contraposição ao setor industrial brasileiro, em geral, que apresentou forte queda neste mesmo ano.

A expansão e a modernização na indústria da construção civil, no Brasil, pós-crise de 2008, esteve largamente ancorada nas obras públicas e nos incentivos estatais, a exemplo do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), das obras para a Copa do Mundo do Brasil, em 2014 e dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. A reestruturação produtiva, em curso no setor, com uso de maquinarias modernas, novos materiais e racionalização na gestão do trabalho aumentou a produtividade das grandes empresas, ao mesmo tempo em que demandou uma menor contratação de trabalhadores em fases específicas do processo produtivo, a despeito do importante aumento da geração de empregos no setor, tomado em sua totalidade, no período de 2007 a 2014. Em outras palavras, apesar da indústria da construção civil configurar-se como um setor tradicional marcado, historicamente, pelo uso intensivo de força de trabalho, ao longo da última década assistiram-se, neste ramo da produção industrial, expressões da acumulação flexível (HARVEY, 1992) que caracterizam o capitalismo contemporâneo, inclusive, com o agravamento da tendência de substituição de trabalho vivo por trabalho morto.

As transformações em curso na indústria da construção civil delineiam novos Modos de Socialização pelo Trabalho (VILLELA, 2008), a partir da conformação de trabalhadores/as adaptados às novas necessidades do capital, mediante internalização de uma determinada lógica produtiva, aceita, muitas vezes, sem reflexão. Assim, os novos processos de produção toyotista engendram a “captura da subjetividade” (ALVES, 2011) do trabalho pelo capital, manifestação típica do capitalismo mundializado e da acumulação “flexível”. Este fenômeno, com expressões na construção civil, além do uso de novos materiais, modernização do maquinário e intensificação do ritmo de trabalho, com negligência de aspectos da segurança, engendra novos processos produtivos no setor caracterizados como *Fast Construction* (Construção Rápida) ou “macdonaldização da construção” (VILLELA, 2008). A “construção rápida” é um elemento essencial da modernização da construção civil, pois traz, em seu bojo, a diminuição do tempo do ciclo do capital, possibilitando, em tempo cada vez menor, o reinício de um novo ciclo de acumulação no setor.

O desenvolvimento da pesquisa de campo, nos canteiros de obras de seis grandes empresas em Fortaleza/CE, possibilitou analisar o setor da construção civil, em um nível de

maior complexidade. Tais locais de trabalho são configurados por estratificações e hierarquias sociais, em relação às funções laborais, configuradas no decorrer do texto: engenheiros, arquitetos, pessoal de escritório, mestres de obras, encarregados e os chamados “peões”, subdivididos nas categorias de profissional, semi-profissional e servente. No âmbito de tal hierarquia social, configuram-se formas de controle e intensificação do ritmo de trabalho, sobretudo em relação aos “peões”, como força de trabalho de base da construção civil, a vivenciar processos de superexploração.

A modernização e forte expansão da indústria da construção civil, entre 2010 e 2014, não se refletiram, no entanto, em melhorias substanciais nas condições laborais dos/as trabalhadores/as. De fato, o setor permaneceu com índices relativamente elevados de precarização do trabalho em todas as regiões analisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE. As mudanças operadas no bojo do modelo toyotista, em um contexto de desemprego estrutural, aumentaram o nível de sujeição dos/as trabalhadores/as, sobretudo os categorizados como “peões”, frente às exigências das empresas. O medo iminente da perda do emprego é fator de submissão dos homens e mulheres que vivem do trabalho na construção civil. Desse modo, a ampliação do exército industrial de reserva cumpre o papel de pressionar a favor do incremento da superexploração da força de trabalho, neste ramo da produção industrial.

As intensas transformações no setor circunscreveram, de forma diferenciada, as regiões no Brasil, durante o período de 2011 a 2015. De fato, o rendimento médio real por hora trabalhada na construção civil, por exemplo, evoluiu em todas as regiões do País. Fortaleza, no entanto, registrou os piores índices, com um rendimento médio, por hora, de R\$ 7,07 (DIEESE, 2016b). Em relação à proteção social, 53,3% dos ocupados na construção civil, em Fortaleza, no ano de 2015, não contribuíam para a Previdência Social, o maior percentual entre todas as regiões pesquisadas pela PED (DIEESE, 2016b). Os dados do DIEESE apontam para o fato de que a expansão da indústria da construção civil, no Brasil, reproduziu o fenômeno do desenvolvimento desigual e combinado, com a permanente reprodução de desigualdades sócio-espaciais, a demarcarem as particularidades do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 2013), com clara desvantagem para as regiões nordestinas, em especial a Região Metropolitana de Fortaleza.

O aprofundamento da crise econômica no país, a partir de 2014, retraiu a capacidade de investimento estatal, atingindo fortemente o setor da construção civil. É a crise brasileira contemporânea, como chão histórico dos processos que culminaram no Golpe de 2016 e seus graves desdobramentos, inclusive, a eleição de um governo de extrema-direita, a

comandar o País, a partir de 2019. Tal crise teve fortes rebatimentos no setor da construção civil, interrompendo o seu processo de expansão. Assim, a partir de 2015, aprofundou-se o perfil tradicional do contingente de trabalhadores/as na construção civil, com o aumento da proporção dos chefes de família e da participação masculina, revertendo a tendência anterior de crescimento da participação de jovens e mulheres, expressa no período de 2007 a 2014. Em relação à escolaridade, no período de 2015 para 2016, houve um aumento do número de trabalhadores com maiores anos de estudos. Por conseguinte, diminuiu a parcela daqueles com ensino fundamental incompleto em todas as regiões e aumentou o segmento dos que possuem ensino fundamental completo ou ensino médio completo, com exceção do Distrito Federal (DIEESE, 2017). Os dados sugerem, portanto, que os jovens, as mulheres e aqueles com menos anos de estudos foram os mais penalizados em relação ao aumento do desemprego, do crescimento da informalidade e da queda nos rendimentos no setor da construção civil.

Nos circuitos do ajuste brasileiro, com fortes impactos no mundo do trabalho, as particularidades laborais na indústria da construção civil articulam peculiaridades no perfil histórico-social dos trabalhadores do setor. Durante a pesquisa de campo, inclusive, constatou-se que, dos cem trabalhadores/as entrevistados/as, 52 adentraram, neste ramo de produção, entre os anos de 2008 a 2015, ou seja, durante o período de expansão da indústria da construção civil no Brasil, no chamado ciclo de articulação de políticas de ajuste e neodesenvolvimentismo. Pude observar, ainda, que a maioria dos/as trabalhadores/as entrevistados/as possui são originados de cidades do interior do Ceará. Estes/as trabalhadores/as apontaram como razões que os levaram a procurar emprego no setor da construção civil, em Fortaleza, os seguintes elementos: muita oferta de postos de trabalho na construção civil; o fato de o setor não exigir experiência profissional anterior e não demandar, então, elevado nível de escolarização. De fato, o trabalho como servente, ao não exigir experiência e qualificação anterior, funciona como “porta de entrada” para os iniciantes neste ramo, podendo, após isso, buscar galgar novas posições no interior da hierarquia social dos canteiros de obras.

Em relação ao recorte de gênero, os homens representavam, em 2015, 96,6% dos ocupados no segmento em Fortaleza, enquanto, em 2011, eram 97,0%, segundo o DIEESE (2016b). Durante a pesquisa de campo, via enquete, foram entrevistadas sete mulheres, dentre as quais quatro ocupavam funções de servente, uma trabalhava como semi-profissional e duas assumiam funções técnicas. A ausência de mulheres entre aqueles que ocupam a função de profissionais não é fortuita. Como revelou a investigação, as mulheres, no setor da construção

civil, ocupam, principalmente, postos de trabalho relacionados à limpeza e ao acabamento das obras. Isso revela dimensões do imaginário social que vincula a imagem da mulher às atividades relativas ao cuidado e à destreza, tidas como habilidades inerentes e naturais ao gênero feminino. Tais expressões do imaginário configuram-se como obstáculo para a inserção de trabalhadoras na indústria da construção civil, visto que as mulheres são relegadas, em grande parte, a desenvolverem atividades relativas as fases finais das obras de construção. Como pesquisador, entendo que uma alternativa a esta exclusão das mulheres exige políticas públicas que incentivem, cada vez mais, o aumento da contratação feminina no setor da construção civil, em todas as fases das obras. Compreendo, também, a importância da atuação sindical nesta perspectiva de inclusão de mulheres no contingente de trabalhadores do setor, configurando-se, inclusive, em uma política de cotas.

A investigação do perfil étnico-racial dos/as trabalhadores/as da construção civil de Fortaleza também revela importantes questões. A expressiva maioria dos/as entrevistados/as, via enquete, se reconheceu como pardos (59%) ou pretos (24%), totalizando 83% dos participantes da pesquisa em campo. A partir destes dados, é possível compreender que a indústria da construção civil reproduz a estrutura do mercado de trabalho do Brasil, em que, para a população negra, são reservados a maioria dos serviços braçais ou que exigem pouca qualificação, fazendo-se sentir, ainda, a herança do passado escravista brasileiro.

Em relação à faixa etária dos/das trabalhadores/as do setor, os dados obtidos, via pesquisa de campo, indicam que a maior parte dos/as trabalhadores/as participantes da pesquisa integrava a faixa etária de 35 a 49 anos (43%), seguidos dos trabalhadores localizados na faixa de 25 a 34 anos (35%). Estes números estão em consonância com os dados nacionais do DIEESE, que afirmam que, em 2015, a maior parcela de ocupados no setor tinha entre 30 e 49 anos (DIEESE, 2016b). A tendência, portanto, em meio ao aprofundamento da crise econômica e a recessão no setor, é que os trabalhadores mais jovens e sem experiência encontrem ainda mais dificuldades para se inserirem neste mercado de trabalho.

Enfim, convém destacar, que as mudanças no perfil dos trabalhadores do setor, em relação a gênero, faixa etária e escolaridade, acompanham e refletem as transformações no mundo do trabalho na indústria da construção civil, na contemporaneidade brasileira.

A pesquisa de campo, via enquete, apontou, ainda, que, dos 100 trabalhadores/as entrevistados/as, 85 residem em Fortaleza e 15 residem em municípios da Região Metropolitana. Entre os/as que moram na capital cearense, quase a metade, ou seja, 42 entrevistados/as moram em áreas circunscritas pelas Secretarias Executivas Regionais V e VI,

ou seja, regiões que concentram o maior número de bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Dessa forma, constata-se uma grande quantidade de trabalhadores/as que habitam as margens da cidade, áreas que, muitas vezes, possuem serviços públicos precários ou inexistentes, no que tange ao saneamento básico, segurança, saúde, lazer, educação e transporte. Considerando as condições salariais aviltantes, estes dados podem constituir indícios das consequências da superexploração da força de trabalho no setor da construção civil, em Fortaleza.

Entre 2015 e 2016, o setor da construção civil perdeu 102 mil postos de trabalho (DIEESE, 2017), tendo a Região Metropolitana de Fortaleza registrado a maior queda percentual, dentre todas as regiões de diferentes Estados, pesquisados pela PED. Nesse período, diminuiu, ainda mais, o já baixo percentual de trabalhadores com empregos protegidos no setor, ou seja, com registro na Carteira do Trabalho e Previdência Social, aumentando a insegurança e precarização das condições de trabalho.

Ainda em relação à particularidade de Fortaleza, a média de trabalhadores por conta própria (trabalhadores independentes que exploram um negócio sozinho ou junto com familiares) nos demais ramos da economia da capital cearense, em 2015, era 20,4%, enquanto que, na construção civil, este percentual alcançava a cifra de 46,1%. No mesmo período, a proporção de ocupados em postos protegidos na construção civil, em Fortaleza, chegou a 42,7%, taxa muito inferior à média dos demais ramos da economia fortalezense, de 48,4% (DIEESE, 2016b), o que expressa uma agudização da precarização do trabalho no referido setor. Tais dados parecem apontar para a predominância da precarização do trabalho no setor da construção civil.

O aumento da terceirização é outro elemento decisivo nesta degradação das relações de trabalho, situação agravada pelo desmonte da CLT, levada a cabo pela Contrarreforma Trabalhista, realizada durante o governo de Michel Temer (MDB) e aprofundada pelo governo de Jair Bolsonaro.

Durante a pesquisa, ao investigar as configurações da superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil, em Fortaleza, foram identificadas algumas expressões deste traço estrutural que particularizam os países dependentes, tais como apropriação do fundo salarial como fundo de acumulação do capital, prolongamento e intensificação da jornada de trabalho.

Ao comparar-se a evolução do piso salarial da construção civil em Fortaleza em relação ao salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE, pode-se observar que, o período compreendido entre 2008 e 2012, expressou uma melhoria salarial no piso da

categoria, resultado de fortes lutas dos/as trabalhadores/as da construção civil de Fortaleza, em um momento de grande expansão do setor em todo o País. Porém, a remuneração recebida, neste período, permanece muito aquém do valor necessário para garantir a reprodução da força de trabalho em condições satisfatórias. O ano de 2013 expressou o início do forte impacto da crise econômica no setor da construção civil. Percebe-se, no entanto, lenta recuperação salarial, compreendida no período de 2014 a 2017, com exceção do ano de 2016, marcado pela conjuntura de incertezas que atravessou o País, a partir do processo de impeachment de Dilma Rousseff. A melhora dos salários, contudo, não retomou o patamar alcançado em 2012, auge da indústria da construção civil no País. Verifica-se, ainda, que o piso da categoria atualmente praticado no setor, em Fortaleza, equivale a pouco mais de ¼ do salário mínimo necessário, calculado pelo DIEESE. Dessa forma, a mercadoria força de trabalho, na construção civil, permanece sendo paga muito abaixo do seu valor, expressão da superexploração em curso neste setor.

Uma das alternativas encontradas por estes/as trabalhadores/as para compensar o rebaixamento salarial, que mal possibilita sua própria reprodução enquanto força de trabalho, é a venda do tempo de descanso, que configura uma forma disfarçada de aumento da jornada (LUCE, 2018). As entrevistas, via enquete, apontam que 60% dos/as entrevistados/as realizam atividades adicionais a fim de complementar a renda, configurando o chamado “bico”. O mais recorrente, segundo a investigação em campo, são os serviços particulares para terceiros, na construção ou reforma de residências, realizados aos finais de semana, feriados e férias. Contudo, após certo limite, este incremento salarial não compensa a deterioração física e psíquica derivada da inexistência do tempo necessário ao descanso, acarretando o desgaste prematuro desta força de trabalho.

Na ânsia pelo aumento dos lucros, as construtoras estabelecem crescentes metas de produção, muitas vezes negligenciando os aspectos legais e as normas vigentes, necessárias para que as atividades ocorram dentro do nível de segurança adequado e com riscos minimizados. Durante a realização das entrevistas em campo, via enquete, 28% dos/as trabalhadores/as entrevistados/as afirmaram já ter se acidentado enquanto desempenhava seu trabalho neste ramo da produção e 79% afirmaram conhecer colegas de trabalho que já se acidentaram enquanto desempenhavam suas funções. Entre os acidentes mais comuns no setor, relatados durante as entrevistas, destacam-se os seguintes: cortes nas mãos e pés; amputação de dedos, mãos e braços; pancadas na cabeça; choques elétricos; quedas e, até mesmo, morte. Outro dado alarmante é que 40% dos/das entrevistados/as responderam que possuem ou já adquiriram alguma doença relacionada à atividade de trabalho no setor. Entre

as enfermidades mais comuns estão problemas relacionados à respiração e à coluna, tais como dores nas costas (lombalgia) e escoliose. De fato, tais acidentes e adoecimentos podem ser considerados importantes indicadores do aumento da jornada e da intensificação do ritmo de trabalho.

Diante do exposto, evidencia-se, com o agravamento da crise capitalista, a profunda deterioração das condições de trabalho no Brasil, a exemplo do setor da construção civil e o incremento da superexploração da força de trabalho. Intensificam-se problemas crônicos, como o trabalho desprotegido e o desemprego estrutural, atingindo, especialmente, mulheres, jovens e os menos escolarizados. Nota-se, ainda, que as regiões metropolitanas nordestinas, em especial Fortaleza, apresentam as piores condições de trabalho, uma marca estrutural da formação socioeconômica do capitalismo brasileiro, marcada por profundas diferenças regionais, que articulam, de modo desigual e combinado, os elementos “modernos” e “arcaicos” (OLIVEIRA, 2013).

Se não for revertida, a tendência para os próximos anos é um aprofundamento ainda maior do processo de precarização estrutural do trabalho, entendido como um fenômeno contemporâneo e sintomático da crise civilizacional, produzida pelo sistema do capital, espraiando-se para além do rebaixamento salarial, a envolver, também, a precarização da existência dos trabalhadores.

Diante do cenário de incremento da superexploração da força de trabalho na indústria da construção civil, os/as trabalhadores/as do setor, em Fortaleza, sob direção do STICCRMF, tem protagonizado lutas, deveras significativas, por melhores condições salariais e de trabalho. De fato, tais lutas por reajuste salarial acima da inflação, pela efetivação das leis e normas relacionadas à segurança do trabalho, contra a ampliação da jornada de trabalho por meio da implementação do banco de horas, dentre outras, desempenham importante papel no sentido de mitigar os efeitos mais perversos da superexploração, em curso no setor. Assim, o STICCRMF destaca-se como importante instrumento de articulação e mobilização da categoria, obtendo, inclusive, considerável reconhecimento dos demais movimentos sindicais e populares de Fortaleza.

O contexto de ofensiva das forças do capital estabelece novos patamares da luta de classes no País, pois o avanço do conservadorismo e da extrema-direita, no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, ora em curso, tende a dificultar as formas de resistência dos/as trabalhadores/as brasileiros/as. Nesse sentido, são sintomáticos os sistemáticos ataques às representações sindicais – inclusive, via inviabilização financeira destas entidades - e a criminalização dos movimentos sociais no Brasil, com crescentes

números de casos de lideranças populares assassinadas em todo território nacional. Tal cenário impõe a necessidade de reelaboração e, mesmo, reinvenção das táticas e estratégias destes movimentos sindicais e populares, na perspectiva de não apenas resistir contra a retirada de direitos sociais arduamente conquistados, mas também de recobrar o protagonismo e a ofensiva política, em direção a um horizonte de superação da superexploração da força de trabalho e de construção de uma sociedade para além do capital.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, J.. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial. **Revista Eletrônica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 3, p. 327-345, jul/set. 1997.

Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=31>. Acesso em: 03 abr. 2018.

ALVES, G.. O Minotauro brasileiro. Reforma trabalhista e desenvolvimento histórico do capitalismo no Brasil. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 51, 2017. Disponível em: <

https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/125460/2017_alves_giovanni_minotauro_brasileiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. Coleção Mundo do Trabalho. 2000. 368 p.

_____. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Coleção Mundo do Trabalho. 2011. 168 p.

_____. A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2002-2013). In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (orgs).

Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 101-125.

ANDERSON, P.. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. 172 p.

_____. **O que é o sindicalismo?** Coleção Primeiros Passos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980

ARANTES, P.. A cidade-mercadoria e os limites da reforma urbana brasileira. **Revista IHU On-line**, 20 jun. 2017. Entrevista a Patricia Fachin. Disponível em:

<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/568817-a-cidade-mercadoria-e-os-limites-da-reforma-urbana-brasileira-entrevista-especial-com-pedro-arantes>. Acesso em: 20 mar. 2018.

BARRETO, M. M. S.; HELOANI, J. R. M. Da violência moral no trabalho à rota das doenças e morte por suicídio. In: VIZZACCARO-AMARAL, A. L.; MOTA, D. P.; ALVES, G. (orgs.)

Trabalho e Saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTr, 2011.

BATISTA, P. N.. **Consenso de Washington:** a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6, 2. ed., nov. 1994.

BECKER, H. S.. **Falando da sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar. 2011. 404p.

BIANCHETTI, R. G.. **Modelo neoliberal e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 1997.

BIANCHI, A.. **Conservadorismo-liberal:** uma nova linhagem do pensamento político? Blog Junho, 2015. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/conservadorismo-liberal-uma-nova-linhagem-do-pensamento-politico/>>. Acesso em: 05 out. 2018.

BOITO JR, A. Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil. **Revista Crítica Marxista.** Sumário 3, 1996. Disponível em:<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo260Art1.6.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019

BOURDIEU, P. O **poder simbólico.** Lisboa: Difusão Editorial. 1989. 315p.

BRAGA, R.. **A política do precariado** – do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012. 263p.

_____.O fim do lulismo. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-60.

_____. **A rebeldia do precariado** – trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017. 269p.

BRASIL. Ministério da saúde. **Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT)** / Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Área Técnica de Saúde do Trabalhador. Elaboração Maria Maeno...[et al]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/ler_dort.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2018.

_____. Ministério da Previdência Social. **Anuário estatístico da previdência social 2007:** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423> >. Acesso em:18 fev. 2018.

_____. Tribunal Superior do Trabalho. O que é acidente de trabalho? / **Programa Trabalho Seguro** - Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/trabalhoseguro/o-que-e-acidente-de-trabalho>> Acesso em: 04 mar. 2018.

CARCANHOLO, M. D. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.** Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 2013, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan/abr. 2013a.

Disponível em: < <http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r473.pdf> >. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. (Im)Precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013b. 233 p

CARDOZO, S. A.. Guerra Fiscal no Brasil e alterações nas estruturas produtivas estaduais: um estudo do caso do Ceará. In: XXVII Congreso Asociación Latinoamericana de Sociología, 2009, Buenos Aires. **Anais del XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**., 2009.

CARVALHO, A. M. P.. Contemporaneidade brasileira: o Golpe em processo, a democracia em risco e a construção de resistência(s). **Conferência de abertura da XVI Semana da Cultura do Serviço Social**. Curso de graduação em Serviço Social. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE. 2018.

_____. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas** (UFMA), v. 1, p. 225-239, 2014. Disponível em:

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2713>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Análise de conjuntura e crise do Estado. **Aula inaugural no campo das Políticas Públicas**. Curso de graduação em gestão de Políticas Públicas / Mestrado Acadêmico de Avaliação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE. 2017a.

_____. Democracia, participação e seguridade. **II Seminário de Política de Assistência Social em Maracanaú**. Secretaria de assistência social e cidadania – SAS. Observatório de Práticas do Sistema Único de Assistência Social- OBSERVA SUAS. Maracanaú – CE. 2017b.

CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C.. O Brasil no século XXI nos circuitos da crise do capital: o modelo brasileiro de ajuste no foco da crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 19, p. 41-60, 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321143201003>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Políticas Públicas**, Número Especial, p. 267-280, novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/5978/3609>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CASTELO, R.. **O Social-liberalismo** - Auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 400 p.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (orgs). **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 43-73.

CASTRO, E. A.. **Estresse em trabalhadores da construção civil**. 2009. 116 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande. 2009

Disponível em:

<http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Stress_qualidade_de_vida/007%20-%20Estresse%20em%20trabalhadores%20da%20constru%E7%E3o%20civil.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CHESNAIS, F. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade** – Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 5, p 1-30, Dezembro de 1995.

CUT.. **Terceirização e desenvolvimento:** uma conta que não fecha. / Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. - São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014. 56 p.

DIEESE.. **Reforma Trabalhista:** Riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical / Texto Síntese. 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2017/reformaTrabalhistaSintese.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

_____. **Boletim Sindical.** n. 42. Escritório Regional do Ceará. 2016a.

_____. **Boletim Trabalho e Construção.** Nº 8, ago. 2016b. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimtrabalhoeconstrucao/2015/boletimTrabalhoConstrucao8.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

DURKHEIM, E.. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FARAH, M. F. S.. **Processo de trabalho na construção habitacional:** tradição e mudança. São Paulo: Editora ANNABLUME, 1996.

FARIAS, P. E. L. **Os operários da Construção Civil de Fortaleza:** luta social, consciência e ideologia – uma panorâmica à luz do marxismo. Semana de Economia Política da UFC, 2013a. Disponível em:< <https://semanaecopol.files.wordpress.com/2013/10/gt-2-paula-emanuela-lima-de-farias-os-operc3a1rios-da-construc3a7c3a3o-civil-de-fortaleza.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019

_____. **Dos canteiros de obra ao sindicato:** a formação política das lideranças da construção civil sob a égide do sindicalismo classista. 2013b. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2013.)

FURTADO, M. J. de A. **A construção da miséria:** um estudo sobre trabalhadores da construção habitacional. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFC. Fortaleza: 1985.

GIANNOTTI, V.; NETO, S. L. CUT, Ontem e Hoje. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

GRAMSCI, A.. **Cadernos do Cárcere,** vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D.. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. O neoliberalismo é um projeto político. **Esquerda.net**, 29 jul. 2016. Entrevista a Bjarke Skaerlund Risager. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/david-harvey-o-neoliberalismo-e-um-projeto-politico/43872>> Acesso em: 19 jun. 2018

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IASI, M. L.. **O sujeito oculto: ao vencedor as batatas**. Blog da Boitempo, 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/11/05/o-sujeito-oculto-ao-vencedor-as-batatas/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego: Janeiro 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. **Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018**. Agência IBGE Notícias. 27 abr. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018.html>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

IPECE. **Enfoque Econômico IPECE - Desempenho do Emprego Formal em Fortaleza**. 2012b. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/enfoque/EnfoqueEconomicoN36_30_04_2012.pdf. Acesso em: 20 out. 2017

_____. **Indicadores econômicos do Ceará – 2012. IPECE**. 2012a. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/categoria2/indicadores-economicos-do-ceara/Indicadores_Economicos_2012.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017

LENOIR, R.. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P; LENOIR, R; MERLLIÉ, D; PINTO, L. (orgs.) **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 271p.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde** - Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. História de uma categoria**. 2011. 225 f. Doutorado (Programa de Pós-graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACÁRIO, E.. Neodesenvolvimentismo e Questão Social: reflexões baseadas em dados do Brasil e do Ceará. In: Aurineide Maria da Cunha; Irma Martins Moroni da Silveira. (Org.). **Expressões da Questão Social do Ceará**. 1ed. Fortaleza: Ed Uece, 2014, v. 1, p. 61-92.

MACÁRIO, E; RODRIGUES JÚNIOR, N. S; SILVA, R. A.. Trabalho e Questão Social no Brasil contemporâneo: para uma crítica ao neodesenvolvimentismo. In: MACÁRIO, E; VALE, E. S.; RODRIGUES JUNIOR, N. S. (orgs). **Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 127-153.

MACÁRIO, E; RODRIGUES JR, N. S. Subimperialismo e particularidade brasileira: a perspectiva de Ruy Mauro Marini. **Revista Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 9, n.17, p. 39-60, 2013. Disponível em <<http://www.tensoesmundiais.net/index.php/tm/article/view/400/431>>. Acesso em 28 mar. 2018.

MARCELINO, P.. Sindicalismo e neodesenvolvimentismo: Analisando as greves entre 2003 e 2013 no Brasil. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 29, n. 3, pp. 201-227, 2017. Disponível em:<

MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini – Vida e Obra. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012a. 270 p.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital**. São Paulo: Boitempo, 2012b

_____. **La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo**. 1972. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 26 set. 2018

MARX, K. **O Capital**. (Os economistas). v.1. São Paulo: Abril Cultural,1983. 301 p.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 288 p.

MARX, K; ENGELS, F.. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 128 p.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MENDES, J. E. **Trabalhadores da construção civil de Fortaleza: uma história de luta e aprendizado (1988-1991)**. 1994. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L.. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicologia e Sociedade**, vol.19, p. 61-68, n.1. Porto Alegre Jan./Apr. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a09v19n1.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MÉSZÁROS, I.. **Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 108 p.

NETTO, J. P.. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NÓBREGA, Y. H.. **Operários em construção:** As experiências sindicais dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza entre as décadas de 1970 e 1990. Dissertação de Mestrado em História Social, UFC. Fortaleza: 2006.

OLIVEIRA, F.. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** 1. ed., 4. reimpr. – São Paulo, SP: Boitempo, 2013. 152 p.

OSÓRIO, J.. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (org.) **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. 233 p.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. S. (orgs.) **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

PAULANI, L. M.. **Brasil Delivery.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (orgs.) **Por que gritamos golpe?** : Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

POCHMANN, M.; BORGES, A.. **“Era FHC”** : a regressão do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

PONTES, R. N.. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. São Paulo: Cortez; Belém, PA: Universidade da Amazônia, 1995.

PRESTES, A. L.. **Existe ameaça fascista no Brasil?** Blog da Boitempo, 2018. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/18/anita-prestes-existe-ameaca-fascista-no-brasil/>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

QUEIROZ, F. J.. Marx entre andaimes: capital e trabalho na construção civil de Fortaleza. **Revista Eletrônica Arma da Crítica.** Ano 1. Nº 1. Jan.2009. Disponível em: <<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/fabio.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017

RODRIGUES JÚNIOR, N. S. **O Subimperialismo brasileiro em Ruy Mauro Marini:** Fundamentos socioeconômicos, particularidade do fenômeno e debates contemporâneos. 2014. 75f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Bacharel em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

RODRIGUES JÚNIOR, N. S.; CARVALHO, A. M. P. Brasil no século XXI: Governo Temer, ofensiva neoliberal e superexploração do trabalho. In: ROCHA, A. R. M.; FRANÇA, A. A.; ZIENTARSKI, C., et al. **Capitalismo Contemporâneo e Educação Brasileira:** Aspectos Controversos e Atuais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

ROSSI, W.; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009

SANTANA, M. A. O sindicalismo brasileiro nos anos 1980-2000: do ressurgimento à reorientação. **Revista da RET**. Ano V, n. 8, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/11%20_%208%20Articulo%20Marco%20Santana.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019

SILVA, M. R. **Canteiro de obras, lugar de mulher?** Um estudo sobre as relações de gênero e trabalho no âmbito da Construção Civil de Fortaleza- CE. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

SOARES, E. L. A. Trabalho e precarização: breve análise sobre o recente cenário de adoecimento entre trabalhadores da construção civil. **Revista da ABET**, v. 12, p. 48-62, 2013. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/abet/article/view/20207/11214>> Acesso em: 25 mar. 2018.

SOUSA, R. B. **OS SINDICATOS DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL**: trajetória histórica e perspectivas políticas. 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

STICCRMF. **Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018**. Disponível em: <<http://vozdopeao.org.br/site/wp-content/uploads/2017/08/2017.2018.pdf>>. Acesso: 15 jun. 2018.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 3. ed. São Paulo: Polis, 1982. 270p.

VARGAS, N. Racionalidade e não-racionalização: o caso da construção habitacional. In **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar – sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Editora Atlas, 1983.

VILLELA, F. F. Indústria da construção civil e reestruturação produtiva: as novas tecnologias e a construção das cidades contemporâneas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 37 - 51, jul./dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2233/1840>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

APÊNDICE A – ENQUETE COM TRABALHADORES/AS EM CANTEIROS DE OBRAS NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM FORTALEZA-CE

EMPRESA: _____

Categoria profissional: () servente () meio profissional () profissional

Função que exerce: _____

1- PERFIL

Idade: _____

Gênero: () masculino () feminino () outro

Raça e etnia: () branco () preto () amarelo () pardo () indígena () sem declaração

Escolaridade: () analfabeto () 1° ao 5° ano do EF () 6° ao 9° ano do EF

() ensino médio incompleto () ensino médio completo

() ensino superior incompleto () ensino superior completo

Naturalidade:

Bairro onde mora:

Tempo de trabalho nesta construtora:

Por que começou a trabalhar na construção civil?

Já trabalhou em outras construtoras? () sim () não

Em caso afirmativo, quais construtoras?

Se trabalhou em outras empresas, qual motivo de saída desta empresa?

() terminou o contrato de trabalho? () demissão

() adoecimento () pediu para sair por motivos pessoais

2 - TRABALHO

2.1 - Há quanto tempo você trabalha no setor da construção civil?

() menos de 1 ano () 1 ano () 2 anos () 3 a 5 anos () 5 a 10 anos

() mais de 10 anos () mais de 15 anos () mais de 20 anos () mais de 25 anos

2.2 - Como é o prazo de entrega das obras que você vem trabalhando nos últimos três anos?

() prazo longo

() prazo alijeirado

() prazo médio

2.3 - Marque mudanças que passaram a existir no seu trabalho nos últimos cinco anos:

- aumento da rotatividade de trabalhadores
- trabalho em equipe
- metas de produção
- cumprir mais de uma função no trabalho
- modernização do maquinário
- uso de novos materiais
- treinamentos / cursos de qualificação profissional
- a gerência procura escutar a opinião dos trabalhadores
- aumento da terceirização
- trabalho ficou mais intenso
- os intervalos e pausas são respeitados pela empresa
- aumento da presença de mulheres no canteiro de obras
- melhorou as condições de salário
- diminuiu o salário recebido

2.4 - O número de trabalhadores no canteiro de obras, nos últimos cinco anos:

- é aproximadamente o mesmo número
- aumentou de forma significativa
- diminuiu de forma significativa

2.5 - Como é vista a presença de mulheres no canteiro de obras:

- é uma conquista das mulheres
- é muito bom ter mulheres trabalhando no canteiro de obras
- a presença das mulheres é uma coisa que incomoda
- trabalho na construção civil não é lugar para mulheres
- mulheres atrapalham o rumo do serviço

2.6 - As mulheres sofrem discriminação nos canteiros de obra? () sim () não

3 - JORNADA DE TRABALHO

3.1 - Você faz hora-extra no trabalho? () sim () não

3.1.1 - Se sim, em média, faz quantas horas-extras por semana? _____

3.1.2 - Por que faz horas-extras:

- porque a empresa exige

para aumentar o salário

para avançar no trabalho

3.2 - Você vende suas férias para a empresa? sim não

3.3 - Você exerce outra atividade/trabalho (bicos) para complementar sua renda?

sim não

3.3.1 - Se sim, qual bico?

3.3.2 - Nesses bicos, você trabalha no final de semana? sim não

3.3.3 - Nesses bicos, você trabalha a noite, depois do expediente? sim não

3.3.4 Nesses bicos, você trabalha durante as férias e feriados? sim não

4 - SAÚDE E ADOECIMENTO

4.1 - Marque as frases que você concorda:

a construção civil ainda é um setor em que ocorrem muitos acidentes de trabalho

a pressão pelo cumprimento de metas gera sofrimento e adoecimento no trabalho

o medo do desemprego faz com que os trabalhadores aceitem mais facilmente a perda de direitos e condições ruins de trabalho

hoje é mais difícil acontecer acidentes

as construtoras estão investindo em segurança do trabalho

4.2 - Você já sofreu algum acidente de trabalho? sim não

4.2.1 - Se sim, qual acidente? _____

4.3 - Colegas seus já sofreram acidente de trabalho? sim não

4.3.1 - Se sim, o que aconteceu? _____

4.4 - Você tem ou já teve alguma doença relacionada ao trabalho no setor da construção civil?

sim não

4.4.1 - Se sim, qual doença? _____

5 - TRANSPORTE

5.1 - Qual o tempo que você gasta da sua casa para o trabalho?

5.2 - Qual transporte você mais utiliza para chegar ao trabalho?

ônibus

moto bicicleta

carro próprio a pé

carro (uber)

6 - Como você vê seu trabalho como operário da construção civil?

7 - Quais as maiores dificuldades no exercício do seu trabalho?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SINDICALISTAS

1. Quais as mudanças na forma de trabalho na indústria da construção civil de Fortaleza ao longo dos últimos 10 anos?
2. De que forma a modernização e o uso de novas tecnologias impactam nas relações de trabalho na indústria da construção civil em Fortaleza?
3. Em relação às transformações nacionais em curso no setor, você percebe diferenças em relação à Fortaleza? Existem especificidades? Explique.
4. Como é o sistema de remuneração na construção civil em Fortaleza?
5. Como é o regime de contratação no setor?
6. Qual o perfil, hoje, do trabalhador na construção civil em Fortaleza?
7. Como é a participação de mulheres no mundo do trabalho na construção civil em Fortaleza?
8. Sobre a questão da segurança, como as empresas lidam com casos de acidentes de trabalho no setor da construção civil?
9. Quais os acidentes mais comuns?
10. Sobre a questão da saúde, como as empresas lidam com casos de adoecimento laboral no setor da construção civil?
11. Quais as formas de adoecimento mais comuns?
12. Em relação às hierarquias existentes dentro do canteiros de obras, como é a relação entre engenheiros, mestres de obras, encarregados e os “peões”?
13. Por que o STICCRMF rompeu com a CUT, em 2004?
14. Quais os desafios para a atuação sindical impostos pelas transformações no mundo do trabalho na construção civil?
15. Quais os desafios para a atuação sindical impostos a partir da aprovação da Reforma Trabalhista?
16. Quais as estratégias do sindicato para lidar com o fim do imposto sindical?

